

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

EDUARDO JULIAN ALMEIDA RIUS

**O REGIME POLÍTICO CONTESTADO NA VENEZUELA (2018-19): AS
NARRATIVAS DA MÍDIA E SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA**

Porto Alegre

2019

EDUARDO JULIAN ALMEIDA RIUS

**O REGIME POLÍTICO CONTESTADO NA VENEZUELA (2018-19): AS
NARRATIVAS DA MÍDIA E SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr.

Porto Alegre

2019

CIP - Catalogação na Publicação

Rius, Eduardo Julian Almeida
O regime político contestado na Venezuela
(2018-19): As narrativas da mídia e suas relações com
a Política Externa Brasileira / Eduardo Julian Almeida
Rius. -- 2019.
99 f.
Orientador: Ronaldo Herrlein Jr..

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Política Externa Brasileira. 2. Mídia. 3.
Jornalismo. 4. Venezuela. 5. Narrativas midiáticas. I.
Herrlein Jr., Ronaldo, orient. II. Título.

EDUARDO JULIAN ALMEIDA RIUS

**O REGIME POLÍTICO CONTESTADO NA VENEZUELA (2018-19): AS
NARRATIVAS DA MÍDIA E SUAS RELAÇÕES COM A POLÍTICA EXTERNA
BRASILEIRA**

Trabalho de conclusão submetido ao curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 4 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr. - Orientador
UFRGS

Prof. Dra. Pamela Marconatto Marques
UFRGS

Prof. Dr. Fabian Scholze Domingues
UFRGS

À minha mãe, por representar para mim o significado de amor incondicional. Ao meu pai, por ser o homem que me ensina como a bondade e o amor são capazes de mudar o mundo. Ao meu irmão, por representar o brilho que a humanidade precisa.

E a todas as pessoas que acreditam na liberdade de se expressar e de poder ser quem se é genuinamente.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho, de certa forma, começou a ser gestado há cinco anos. Ingressei na UFRGS em 2014, no curso de Jornalismo. Devido a diversas questões que não mencionarei aqui para não ocupar o tempo da estimada pessoa que me lê, troquei de curso, e em 2015, eu era calouro novamente, mas agora, de Relações Internacionais. Foi uma das melhores decisões que já tomei na minha vida. Conheci algumas das pessoas mais importantes da minha vida e que, diariamente, contribuem para meu crescimento pessoal. Tive experiências que engrandeceram minha vivência pessoal e profissional. Mesmo estando em outro curso, o gosto pela mídia e pelo jornalismo continuaram tendo um lugar especial no meu coração. Nasceu, assim, este trabalho, que busca aliar os estudos dos campos da Comunicação e das Relações Internacionais. São muitos os agradecimentos a serem feitos.

Agradeço, primeiramente, à República Federativa do Brasil e à sociedade brasileira, por ter custeado meus estudos e proporcionado um ensino superior público, gratuito e de qualidade. O conhecimento é a luz do crescimento humano, a luz que aponta os caminhos para a construção de um mundo mais justo. Agradeço à UFRGS e à comunidade acadêmica pela oportunidade e pelos debates contribuíram para a minha formação enquanto ser humano crítico. Agradeço aos projetos de extensão UFRGSMUN, UFRGSMUNDI e RIPE, e ao Centro Estudantil de Relações Internacionais (CERI), por oferecerem tanto suporte ao longo da graduação e por me permitirem colocar em prática um retorno à sociedade sobre o que se faz dentro da sala de aula - e, perdoe-me atual Ministro da Educação do Brasil, mas pode ser tudo, menos “balbúrdia”.

Agradeço à minha família, meu suporte e alicerce. À minha mãe Vera. Meu porto seguro, minha luz, o abraço mais gostoso do mundo. Posso andar por mil cidades e países, mas não existe nenhum outro lugar igual ao teu colo e aconchego. Obrigado por tanto, obrigado por acreditar em mim e por ser a fonte do amor incondicional que ilumina a minha vida! Meu pai, Carlos, obrigado por todas as lições sobre a paz, a serenidade e em como o caminho do bem deve ser a luz do mundo. Obrigado pelo teu jeito paciente e compreensivo, por ser uma referência em como a humanidade precisa caminhar. Obrigado por ser o homem mais bondoso que já conheci! Meu irmão, Estéfano, eu tenho muito orgulho de ti. Tu tem uma inteligência estrondosa, talentos inigualáveis e eu tenho certeza de que tu vai longe. Tu vai muito longe. Obrigado por representar essa alegria e criatividade que me inspiram! Eu te amo! Ao meu avô Manoel, pelas suas histórias que nos fazem duvidar dos limites humanos e por

me transmitir a crença de que o conhecimento muda o mundo. Valeu, vô! Muito obrigado a meus tios e tias, primas e primos, pelo apoio na vida e nos bons momentos. Em especial, à tia Vânia, ao tio Vítor e à tia Isô.

Agradeço ao meu orientador, o professor doutor Ronaldo Herrlein Jr., pela paciência, por não desistir de mim quando propus aliar duas temáticas distintas em um mesmo trabalho, a comunicação e as relações internacionais. Por me apontar o caminho e facilitar quando estive sem saber o que fazer e sem ideia alguma de para onde o rumo das coisas ia dar. Por me ouvir em momentos de stress. E por compartilhar um pouquinho de seu vasto conhecimento comigo, coisa que muito me honra. Agradeço também ao professor Alexandre Rocha da Silva, da FABICO, pelos ensinamentos na área de comunicação e por agir, praticamente, como um co-orientador, igualmente oferecendo sua opinião e conselhos para a realização deste trabalho. Agradeço a todos os professores que tive ao longo de minha graduação e na vida escolar. Se cheguei até aqui hoje, foi porque vocês me apontaram os ensinamentos para isso.

Sempre digo que meus amigos são as coisas mais preciosas que tenho. E reafirmo aqui. Meus amigos, vocês constituem uma parte fundamental de mim. Obrigado por tantos conselhos, tantas risadas, desabafos, ensinamentos e por me darem tanto amor. Já dizia o poeta Mário Quintana que “a amizade é um amor que nunca morre”. Com vocês, aprendi o significado dessa frase, e em como tenho a felicidade e privilégio de ter vocês na minha vida. Com vocês, a vida tem um sabor mais gostoso e tem mais alegria. São muitos os amigos que preciso citar aqui e poderia escrever páginas e mais páginas, mas vou aplicar o que vocês mesmos me ensinaram: poder de síntese e objetividade.

A Marcus Japejú, uma das pessoas mais especiais que já conheci, o meu muito obrigado. Por toda a amizade e cumplicidade. Por compartilhar comigo tantos momentos e loucuras que só nós sabemos. Por estar junto comigo na saga do TCC e podermos nos apoiar mutuamente quando a coisa apertava. Por tudo o que já vivemos, as nossas viagens, por todas as risadas, todos os choros, todos os ranços e por me apresentar um lado colorido da vida, que não teria sido a mesma coisa sem ti. Por topar jornadas comigo que falta gente pra contar as histórias. Por tanto!

A Maria Ana Krack, a minha “esposa”. Por tantos anos de amizade, por me conhecer melhor do que a mim mesmo, pelos incontáveis puxões de orelha diante da teimosia e inexperiência. Por estar presente nos momentos mais difíceis e segurar comigo barras que, sem ti, eu teria certeza de que não teria conseguido suportar se tu não estivesse lá pra pegar

junto. Por toda a confiança e compartilhamento de sonhos. Pela racionalidade quando eu “viajo” demais, o que me ajuda a ter os pés no chão e a tirar meus sonhos do papel. Por toda a ajuda com o jornalismo e a fotografia. Por existir!

A Marcelo Figur, o Celso. Pelos incontáveis momentos de “críticas digitais” dignos de uma blogueira influencer. Por, em tão pouco tempo, se tornar um amigo fundamental para mim. Por tanto carinho, reciprocidade e pelo desejo de conquistar esse mundo que, convenhamos, há de ser nosso - sem falsa modéstia. Pelas aventuras, empreitadas e confidências. Pela paciência comigo e por me entender, em momentos em que eu precisava de um ombro para compartilhar algo. Por significar uma amizade que guardo em um canto especial do coração!

Ao Fernando Hoppe - o Fefê -, ao Julian e ao Secchi, por integrarem comigo tantos momentos especiais de amizade na graduação! Sem vocês, em hipótese alguma teria sido tão divertido e aconchegante. Por me aceitarem como sou e pela felicidade que sinto quando estou com vocês. Obrigado por tanto! Ao meu presentinho de 2019, a Elisa, por tantos rolês, confidências e loucuras. Ao Diego e ao Juliano, os colegas de apartamento com quem tenho o privilégio de aprender sobre a vida, sobre mim mesmo e compartilhar risadas e tristezas.

Aos amigos que o Jornalismo trouxe para ficar: Diana, Karine, Camila Bengo, Erick Gomes. Aos amigos do Bloco Bebe Que Vai, por essa alegria transbordante! Aos amigos do nosso grupo do Sobas, com quem tive o prazer de compartilhar a graduação, a maioria de fora de Porto Alegre e a maioria também morando longe da família: Mariana Theodoro, Matheus Bianco, Rodrigo Führ, Júlio Spido, José Henrique, Larissa Zimnoch, Luiz Felipe Firmo, Giovanna Padilha, Anna Karina, João Souza e Aline Andrade. A Isabela Ribeiro e Joseane Schervenski, pelas inúmeras confidências, conselhos e amizade que tenho a felicidade de compartilhar. Pelo colo que sei que, quando a coisa apertar, posso correr e me aconchegar. A Lucas Oliveira, o rei do basquete. A Bianca Pereira Zotti, pelos momentos de desabafos e de conselhos, pelas dicas acadêmicas, pelas loucuras e pelos melhores réveillons. A Jeniffer Gomes, pela amizade que nasceu e só cresceu, de uma forma especial que nem tenho como descrever! A Gabriel Constantino, o “paixão”, pelo amor e incentivo diários. Tu vai longe! A Grazielle Ourique e Aline Espranger, por serem amigas/mães para mim de uma forma tão rica e cheia de felicidade, e por me incentivarem a ser um bom profissional! À Mehadi, por tanta dança nesse ballet da vida. Agradeço a todos os colegas de trabalho e amigos da Linha Turismo e Prefeitura de Porto Alegre, por me honrarem com a graça de tê-los conhecido. A

todos os amigos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para este trabalho e que iluminam a minha vida!

“Mas não se pode ser universitário e ter tido o privilégio de ser e ter uma formação de caráter acadêmico e não sentir a responsabilidade que se tem para com o nosso povo, quase analfabeto.”

Pepe Mujica (2014).

RESUMO

O presente trabalho busca identificar as narrativas dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo sobre a política externa brasileira para os casos da reeleição de Nicolás Maduro como presidente da Venezuela, em 2018, e da autoproclamação de Juan Guaidó, líder opositor, como presidente. Considerando o contexto de colapso socioeconômico e político na Venezuela, utiliza-se a Teoria Construcionista do Jornalismo exposta por Traquina numa perspectiva construtivista das relações internacionais, em que se considera a realidade como um produto da interação entre os diferentes atores do sistema. Utiliza-se a diplomacia midiática como conceito a ser explorado. Realiza-se análise de discurso comparativa entre notícias relativas a um mesmo fato pela identificação de elementos semânticos. Consideram-se os meios de comunicação como legitimadores das ações de política junto à opinião pública, em constatação que tanto a Folha quanto O Globo adotaram um tom condenatório a Maduro e favorável a Guaidó.

Palavras-chave: Mídia. Política Externa Brasileira. Venezuela. Comunicação. Diplomacia midiática.

ABSTRACT

The present paper seeks to identify the narratives of the newspapers O Globo and Folha de S. Paulo about Brazilian foreign policy in the case of re-election of Nicolás Maduro, as president of Venezuela, in 2018, and the self-proclamation of Juan Guaidó, opposition leader, as President. Seeing the context of socioeconomic and political collapse in Venezuela, is used the Constructivist Theory of Journalism expounded by Traquina in a constructivist perspective of international relations, and considering reality as a product of interaction among the different actors of the system. Is used media diplomacy as a concept to be explored. Comparative discourse analysis is performed between related news and the same fact by identifying semantic elements. Consider the media as legitimizing policy actions with the public, noting that both Folha and O Globo have adopted one condemned by Maduro and in favor of Guaidó.

Keywords: Media. Brazilian Foreign Policy. Venezuela. Communication. Media diplomacy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (Maduro reeleito).....	72
Figura 2 - Fragmento de notícia de O Globo (Maduro reeleito).....	73
Figura 3 - Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (reação à reeleição).....	75
Figura 4 - Fragmento de notícia de O Globo (reação à reeleição).....	76
Figura 5 - Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (autoproclamação).....	80
Figura 6 - Fragmento de notícia de O Globo (autoproclamação).....	81
Figura 7 - Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (juramento).....	84
Figura 8 - Fragmento de notícia de O Globo (juramento).....	85
Figura 9 - Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (reação ao juramento).....	88
Figura 10 - Fragmento de notícia de O Globo (reação ao juramento).....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD	<i>Acción Democrática</i>
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CAN	Comunidade Andina de Nações
CD	<i>Coordinadora Democrática de Acción Cívica</i>
CNE	Conselho Nacional Eleitoral
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COPEI	Comitê de Organização Política Eleitoral Independente
CTV	<i>Confederación de Trabajadores de Venezuela</i>
CVP	<i>Corporación Venezolana del Petróleo</i>
EUA	Estados Unidos da América
FEDECAMARAS	<i>Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
Folha	Folha de S. Paulo
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IVC	Instituto Verificador de Circulação
Mercosul	Mercado Comum do Sul
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MVR	<i>Movimiento Quinta República</i>
NSA	<i>National Security Agency</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PdVSA	<i>Petróleos de Venezuela Sociedade Anónima</i>
PEB	Política Externa Brasileira
Petroven	<i>Petróleos de Venezuela</i>
PSUV	Partido Socialista Unido da Venezuela
PT	Partido dos Trabalhadores
RCTV	<i>Radio Caracas Televisión</i>
SELA	Sistema Econômico Latinoamericano

TSJ

Tribunal Supremo de Justiça

UE

União Europeia

UNASUL

União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMUNICAÇÃO.....	20
2.1 A “REALIDADE” CONSTRUTIVISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	20
2.2 JORNALISMO CONSTRUTOR DA REALIDADE: MÍDIA COMO “QUARTO PODER”.....	25
2.3 DIPLOMACIA MUDIÁTICA: A MÍDIA COMO UM ATOR INTERNACIONAL.....	34
3 UM RESGATE HISTÓRICO DA VENEZUELA.....	39
3.1 DA FORMAÇÃO DO ESTADO VENEZUELANO ATÉ O INÍCIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO.....	39
3.2 UMA DEMOCRACIA PETROLÍFERA.....	43
3.3 O CHAVISMO.....	47
3.4 A ASCENSÃO DE MADURO, A CRISE E A AUTOPROCLAMAÇÃO DE GUAIDÓ.....	52
4 NARRATIVAS MUDIÁTICAS E A AUTOPROCLAMAÇÃO DE GUAIDÓ.....	56
4.1 PRINCÍPIOS E BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI.....	57
4.2 ESTUDOS DE CASO: ANÁLISE DE PRODUÇÕES DOS JORNAIS O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO.....	66
4.2.1 A Folha de S. Paulo.....	66
4.2.2 O Globo.....	67
4.2.3 A reeleição de Nicolás Maduro.....	69
4.2.4 A reação brasileira e internacional.....	73
4.2.5 A autoproclamação de Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela.....	76
4.2.6 O juramento oficial de Guaidó como presidente autoproclamado.....	81
4.2.7 A reação ao discurso oficial de Guaidó.....	85
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90

REFERÊNCIAS.....	93
A. NOTÍCIAS UTILIZADAS PARA ANÁLISE QUALITATIVA.....	93
B. DEMAIS REFERÊNCIAS CONSULTADAS.....	94

1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais do século XXI se inserem na esteira de uma ampliação das formas de interação social e de interligação entre as decisões dos Estados e demais atores que compõem o sistema. Esse crescimento das formas de reação, replicação e divulgação de ideias acabam por conferir um maior protagonismo de diferentes estruturas e elementos que, outrora, permaneciam como dominantes. Segundo José Marques de Melo, o surgimento da imprensa na história da humanidade propiciou a forma extrema da cultura alfabética, dado que, conforme evolui, a sociedade busca manipular, analisar e transformar os instrumentos de sua cultura (2003). Na perspectiva de uma teoria democrática, como afirma Traquina (2012), a atividade jornalística torna-se fundamental na construção da democracia, ao atuar como um “Quarto Poder” fiscalizador dos outros, e ao dar voz à opinião pública perante os demais elementos da sociedade.

A própria forma de expressão política sofre influência da opinião pública, intermediada pelos meios de comunicação que proporcionam a circulação de informações. A forma de elaborar a política externa inclui um fator comunicacional na perspectiva da diplomacia midiática. Segundo Bomfim e Müller, “A mediação no jornalismo internacional desenvolve-se num contínuo contato entre a realidade construída por estas notícias e as concepções circulantes sobre as “esferas de realidade” exteriores, tudo isso em meio à experiência humana cotidiana.” (2016, p. 66).

Este trabalho busca abordar um campo ainda pouco explorado nos estudos de relações internacionais, o da associação destas com a comunicação. Em particular, com a atividade jornalística e a formação de imaginários. Sendo assim, adota-se uma perspectiva de que, dada a interligação em um contexto global de conectividade, de velocidade e de expressão facilitada, a mídia se tornou um novo ator no balanço das relações internacionais. Sendo um ator, um elemento capaz de alterar as relações de poder em uma perspectiva cultural diante da opinião pública. Considera-se, aqui, a opinião pública como um agente fundamental para a adoção de políticas.

Concentram-se os esforços em identificar este poder midiático como um novo elemento nas relações internacionais, considerando que a realidade pode ser construída de acordo com o imaginário desenvolvido, de acordo com um parâmetro construcionista da realidade. O quadro construtivista das relações internacionais afirma, conforme Gilberto Sarfati (2005), que a convivência social modifica os agentes - os Estados, não sendo estes

verdades materiais objetivas, mas os resultados de processos de confronto e de interação entre os agentes. Embora sejam os Estados os pontos centrais de análise nas teorias de relações internacionais, é crescente a importância dos atores não-estatais e de suas inflexões, no caso, na política externa.

Na América do Sul do século XXI, a Venezuela exerce um protagonismo no debate a respeito das crises globais, da governabilidade democrática e dos valores humanitários, diante da confrontação entre o pólo governamental e o oposicionista. Fruto de disputas de elite pelo controle do aparato estatal, o Estado latinoamericano viu sua economia, ao longo do seu processo dependente de desenvolvimento capitalista, encontrar no petróleo o alicerce econômico nacional. A ascensão de Hugo Chávez à Presidência da República, em 1998, elevou a expectativa do povo venezuelano acerca de políticas de desenvolvimento social que permitissem a emergência de uma nova classe média. No entanto, crises internacionais do petróleo mergulharam o país, altamente dependente do mineral, em uma derrocada econômica com efeitos na inflação e no descontrole das contas públicas estatais. Ao mesmo tempo, a repressão governamental contra manifestantes elevou o tom internacional contra a violência na Venezuela, denunciando uma crise humanitária sem precedentes na história do país. A década de 2010 - a partir de 2013, sob a gestão de Nicolás Maduro, sucessor de Chávez devido ao seu falecimento - presencia o colapso de uma nação, outrora modelo de democracia e de pujança econômica, arrasada pelo desabastecimento de produtos de subsistência, crise energética, de infraestrutura e instabilidade política.

O objetivo deste trabalho, assim, é investigar como a mídia apresenta o discurso em relação ao governo de Maduro e à oposição Venezuelana diante da política externa brasileira empregada. Trabalha-se com a ideia da presença de atores não-estatais e de sua importância na construção da realidade e no sistema internacional. Lança-se mão da teoria construcionista do jornalismo exposta por Traquina, aliada a uma perspectiva construtivista das relações internacionais, buscando delinear a relação da mídia com a política externa. Entende-se a política externa como uma política pública no âmbito do Estado e a mídia como um agente que trabalha diretamente sobre a opinião pública, legitimando as decisões tomadas em nível nacional ou internacional.

A realidade não é fixa: ela é construída à medida que os atores interagem. O valor semântico dos discursos permite que essa realidade seja edificada mediante as impressões que se extraem de acordo com a inflexão dada pelos emissores da mensagem. Emissores, estes, que possuem suas próprias realidades e que as expressam de acordo com o contexto histórico

a que foram submetidos em seu crescimento como agentes da sociedade. Opta-se como enfoque a análise da cobertura midiática a respeito dos atos de política interna executados na Venezuela e as reações da política externa brasileira a respeito, especialmente no período entre 2018 e 2019. Consideram-se como episódios de referência para a análise a reeleição de Nicolás Maduro, em 2018, e a autoproclamação de Juan Guaidó, o presidente da Assembleia Nacional venezuelana, como chefe do Executivo nacional em 2019.

Para revelar um olhar brasileiro a respeito da Venezuela, empregam-se as produções jornalísticas dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo (Folha) como referenciais de análise, com busca na notícias - preferencialmente - e nas reportagens em meios online. Para tanto, realizou-se vinculação como cliente assinante dos veículos, a fim de proporcionar ampliação e melhor visualização dos conteúdos. Justifica-se a escolha de tais publicações devido ao alcance nacional e credibilidade gozadas diante da sociedade e das instituições brasileiras. Ambas pertencem a dois dos principais conglomerados de mídia do país, o Grupo Globo e o Grupo Folha, respectivamente.

É difícil e abstrata a mensuração a respeito de efeitos práticos na opinião pública por serem quase inexistentes pesquisas de opinião sobre a política externa brasileira. Para tanto, utiliza-se como metodologia de pesquisa a análise de discurso das duas publicações relativas aos dois eventos considerados chave na crise venezuelana dos anos de 2018 e 2019, a reeleição de Maduro e a autoproclamação de Guaidó. Buscou-se, a fim de equivalência de sentido, comparar notícias relativas ao mesmo fato e, preferencialmente, publicadas no mesmo dia. Por exemplo, no primeiro caso, a forma como O Globo e a Folha noticiaram a autoproclamação. Em seguida, as notícias sobre a reação do governo brasileiro. Lançou-se mão, também, de discursos oficiais, a fim de corroborar as ideias e enfoques transmitidos pelas publicações, se alinhadas ou não ao demonstrado pelo governo brasileiro. Em suma, delinear a construção do imaginário a respeito do episódio da autoproclamação e das ações do governo brasileiro como reação ao fato. Como objetivos específicos, buscamos identificar se houve a construção de imaginário condenatório do regime de Nicolás Maduro segundo o conteúdo produzido pelos jornais O Globo e Folha de São Paulo, bem como se houve uma mudança de política externa do Brasil favorável à oposição venezuelana.

Apresenta-se como problemática de pesquisa as formas como as ações de política externa do Brasil para o caso da autoproclamação de Juan Guaidó como presidente da Venezuela impactaram na formação de discurso nos jornais Folha de São Paulo e O Globo, tendo em vista o contexto venezuelano. Nossa hipótese é a de que ambas as publicações

retrataram de uma maneira deliberadamente negativa o governo de Maduro buscando legitimar o tom condenatório contra o chavismo da nova política externa brasileira a partir dos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro.

No primeiro capítulo, trata-se da revisão bibliográfica a respeito das relações internacionais e da comunicação, em uma tentativa de identificar a colaboração do fator midiático para a política externa dos países. Apresentam-se as teorias construtivistas de relações internacionais e a teoria construcionista do jornalismo, como já citado. No segundo capítulo, realiza-se o resgate histórico da Venezuela para fins de contextualização do momento de colapso em que o país se encontra entre 2018 e 2019. Assim, resgata-se a formação do Estado venezuelano, o porquê de este ter-se tornado altamente dependente do petróleo e, finalmente, em como o chavismo impactou na sucessão histórica dos fatos. O terceiro capítulo realiza um apanhado da política externa brasileira, principalmente a partir do início do governo Lula (2003), e apresenta os estudos de caso das notícias e reportagens escolhidas.

2 RELAÇÕES INTERNACIONAIS E COMUNICAÇÃO

Este capítulo objetiva realizar uma revisão bibliográfica a respeito da teoria construtivista das relações internacionais e de teorias da comunicação, bem como da associação entre os dois campos. Analisa-se o conceito de diplomacia midiática e a produção de sentido e de imaginário de acordo com o discurso.

2.1 A “REALIDADE” CONSTRUTIVISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As relações internacionais, principalmente a partir do século XX, evidenciam a mudança em um sistema que anteriormente era compreendido sob o ponto de vista teórico que privilegiava os Estados. A intersecção entre diferentes agentes e a formação de novas estruturas dessas relações, em uma perspectiva de sincronização e de agregação de fatores diversos, tornaram possível e necessária a análise do sistema de relações internacionais como realidade socialmente construída. Em outras palavras, evidenciaram que a estrutura desse sistema não é única nem plenamente determinada, mas que ela se constitui por meio das relações com seus diferentes agentes, estes igualmente constituídos nas relações entre si.

Uma abordagem construtivista da realidade coloca em xeque a imutabilidade dos fatores, a predeterminação que altera, num todo, a conjuntura. Entre explicar o que são as relações internacionais e do que elas se constituem, a teoria construtivista se apresenta como uma terceira via, como evidencia Gilberto Sarfati (2005). Transitando entre os paradigmas tradicionais, uma das principais identidades do construtivismo é a crítica ao racionalismo presente nos paradigmas tradicionais de teoria das relações internacionais. Racionalismo que orienta a determinação das preferências dos Estados.

Analisar a realidade sob uma ótica construtivista questiona o próprio conceito de realidade. Numa abordagem que abarca tanto os agentes fundamentais de uma estrutura quanto os conjunturais, ou seja, aqueles capazes de influir no rumo da história, a proposta pode ser resumida numa maneira “desconstruída” de análise. É fato que o construtivismo se aproxima do realismo numa perspectiva Estado-cêntrica, ao colocar os Estados como única estrutura do sistema político com capacidade de monopólio do uso da força. No entanto, como afirma Sarfati, “essa teoria reconhece que o Estado, com o seu monopólio da legitimidade sobre o uso da violência, não é uma verdade a-histórica e, dessa forma, é possível que, no futuro, isso não seja mais verdade” (2005, p. 260-261). Nesse sentido, considerando a

historicidade do Estado, não se pode pensar numa realidade presente sem os fatores que a precederam. A própria noção de realidade se torna passível de questionamento, uma vez que os fatores que a modificam também se encontram em constante reinvenção e interação, fatos que modificam, igualmente, a história.

O construtivismo, assim, defende uma construção social da realidade. As preferências dos Estados são determinadas pelo processo social de construção da sua identidade, sendo que cada Estado possui a sua. Logo, cada identidade representa uma realidade distinta, questionando-se o que deve ser considerado como verdade. Isso influi nos interesses de cada Estado, pois, conforme a realidade, modifica-se a diretriz a ser adotada em política externa. Conforme a identidade de cada Estado, o posicionamento adotado deverá seguir determinada linha de ação. Esta identidade, porém, também é socialmente construída.

Segundo Sarfati, “a identidade social é definida como o conjunto de significados que os atores atribuem a si próprios, tomando em perspectiva os outros” (2005, p. 261). Numa análise subjetiva individual, pode representar as preferências de um sujeito por determinados aspectos, e o impacto social daí provindo. A escolha por um time de futebol específico, o gosto por um determinado segmento culinário, a particular identificação por uma religião, a fidelidade por uma marca: a identidade de um indivíduo passa a ser materializada pela preferências que toma em relação a determinados aspectos que, num campo amplo, possuem mais de uma opção de existência. O que determinaria, assim, dentro desse campo de mais de uma opção de existência, a escolha por um específico perfil? O material histórico a que o indivíduo foi submetido ao longo de sua trajetória.

A exposição da maneira construtivista de análise não contrapõe a estrutura e os agentes. O fator ontológico surge em detrimento do metodológico. Isto é: importa, mais, a natureza do que se vai estudar do que o método de estudo em si. O questionamento da realidade promovido pelo construtivismo vai ao encontro da perspectiva de que esta se encontra, continuamente, em construção, devido às interações entre seus componentes. Estes, por sua vez, estão em permanente processo de reinvenção devido, igualmente, às interações. Diz-se, assim, que a estrutura não possui capacidade de determinar as características dos agentes, e estes, tampouco àquela. Os choques entre eles são os responsáveis pela determinação das características tanto da estrutura quanto dos agentes.

Nessa linha, toma-se como a premissa central do construtivismo o enunciado de que “o mundo não é predeterminado, mas sim, construído à medida que os atores agem, ou seja, que o mundo é uma construção social” (MESSARI; NIZAR, 2005, p. 166). Portanto, as

preferências desses atores são construídas conforme o contexto em que estão inseridas e os produtos obtidos das relações daí advindas. A segunda premissa, assim, corrobora a ideia de que a natureza das ideias é socialmente construída, sem um precedente que a determine. Nega-se a precedência ontológica aos agentes e à estrutura - estando estes no mesmo plano -, sem que os primeiros se utilizem da segunda conforme seus interesses. Tampouco, que a estrutura seja rígida a ponto de constranger as ações dos agentes. Logo, “os agentes e estrutura são co-constitutivos uns dos outros, e nenhum precede o outro nem no tempo, nem na capacidade de influenciar o outro” (MESSARI; NIZAR, 2005, p. 166).

O construtivismo, no entanto, não existe em uma forma única. Apesar das premissas tomadas como gerais para uma ótica construtivista de determinada questão, há divergências que englobam tanto uma teorização mais voltada ao positivismo quanto ao pós-modernismo construtivista. É possível identificar o estadocentrismo de Alexander Wendt, mais voltado à construção de uma ponte entre as teorias positivistas e pós-modernas, enquanto, sob a denominação construtivista, também é possível a ênfase na linguística e no discurso como agentes construtores da realidade. Neste ponto, surge a divergência entre os construtivistas, que, por um lado, aliam cientificismo com a co-construção entre agentes e estrutura, e por outro, a centralidade das normas do discurso enquanto um agente construtor da realidade.

Friedrich Kratochwil afirma que a percepção sobre as regras que regem o discurso permite o entendimento sobre as regras que regem a própria realidade, pois

o mundo ao qual nos referimos é produto dos discursos que nos permitem nos referir a ele. (...) Isso significa que a linguagem não reflete apenas a ação, mas é o fundamento da ação e, portanto, é a própria ação. (...) Para Kratochwil, os processos de comunicação social e de intersubjetividade são centrais para o entendimento do processo por meio do qual as decisões e as ações dos atores são analisadas (MESSARI; NIZAR, 2005, p. 170-171).

A teoria, assim, visualiza o mundo, assim como sua realidade, como socialmente construídos, produto da interação entre os atores. Sendo, o discurso, um “filtro” pelo qual a realidade é visualizada, realidade, esta, sem apresentar um caráter universal justamente devido às implicações sociais a que os componentes que a constroem estão submetidos, a formulação da análise depende da centralidade das ideias envolvidas no processo e na identidade dos atores.

Alexander Wendt, autor mais voltado ao cientificismo, questiona as teorias tradicionais de relações internacionais ao incorporar papel essencial ao campo das ideias na

análise teórica. Mesmo não sendo um adepto da chamada “virada linguística”, que encampa a importância do discurso enquanto materialização da realidade, Wendt realiza a ponte entre o material e o discursivo, ao afirmar que o mundo é o produto das ideias e dos valores dos agentes que o constroem. A não colocação das ideias na centralidade da problemática reside no fato de que Wendt, ao realizar a ponte entre o positivismo e as teorias pós-modernas, coloca o Estado como protagonista dos eventos de relações internacionais. Dessa maneira, o autor se coloca num campo entre as teorias tradicionais de relações entre os Estados, dialogando com estas, e entre as visões consideradas ontológicas. Isto é, as teorias que se ocupam da natureza do que se deve estudar. Wendt, assim, centraliza os Estados na sua teoria, mas analisa as contínuas interações entre estes, bem como a natureza destas.

As relações entre os Estados, no entanto, dependem também das concepções que cada Estado possui sobre si, e de como elas reagem ao encarar outras formas de concepção. É necessário, portanto, investigar qual é a identidade de cada agente. Para Nicholas Onuf, o conceito de identidade sequer se torna relevante, pois a interação entre os agentes e a estrutura é determinada por regras capazes, inclusive, de definir quais são os agentes apropriados para que seja dada continuidade a certa interação. As relações entre agentes e estrutura são construídas, mas a identidade se torna irrelevante diante dos interesses e das preferências dos agentes, segundo Onuf (MESSARI; NIZAR, 2005). Para Wendt, por outro lado, a formação da identidade dos agentes precede a formação dos interesses, pois não é possível definir um interesse de um ator sem traçar as suas características intrínsecas e que acabam por formular uma ordem de preferência e de noção de prioridade nas escolhas. Em comparação com um indivíduo humano comum, a sua personalidade é o que determina os interesses e as suas atitudes perante o mundo, estando esses processos em constante construção e reinvenção. A personalidade, assim, é uma questão de identidade, que se constrói de acordo com as experiências do indivíduo frente ao mundo e a suas próprias limitações. De maneira semelhante, para o construtivismo de Wendt, se comportam os Estados no sistema internacional, tendo as suas tomadas de decisão orientadas conforme a identidade de cada Estado. Identidade, esta, construída de acordo com o curso da história e também de acordo com as interações com outros núcleos. Wendt, dessa forma, abre a possibilidade de visualização de um sistema de relações internacionais em permanente mudança.

Portanto, questiona-se sobre a natureza da realidade, pois, se as identidades dos Estados são determinantes para a alteração de suas preferências, os Estados não são verdades materiais objetivas e rígidas, mas uma construção social. Wendt cita que as qualidades

intrínsecas que constituem o ator formam a identidade corporativa. Para o indivíduo humano, correspondem às experiências e à consciência adquiridas. Para as organizações, as qualidades intrínsecas são seus recursos físicos e humanos. Para os Estados, a identidade se baseia numa composição entre a construção histórica destes Estados - isto é, os motivos pelos quais eles existem e a maneira como chegaram ao presente momento - e quatro interesses próprios de uma estrutura estatal: 1) segurança física; 2) segurança ontológica, que busca o desejo de uma identidade social estável; 3) reconhecimento por outrem, significando sobrevivência por meio da força bruta; 4) desenvolvimento enquanto significado de uma vida melhor, em que os Estados representam o desejo de uma coletividade por essa vida (SARFATI, 2005).

A identidade social, segundo Sarfati, é o conjunto de características que os atores atribuem a si próprios, tomando em perspectiva outrem. O que significa que os interesses de cada ator são expressos de acordo com a identidade social de cada um, tomando como parâmetro a visão diante dos outros. De um ponto de vista prático, significa as escolhas de um indivíduo e a representatividade disso num ambiente social. Se o sujeito se identifica de acordo com um determinado time de futebol, ou de acordo com uma denominação religiosa, ou, ainda, com as características de uma nação específica, ele expressa isso de acordo com determinadas percepções que possui de si mesmo e que refletem na sociedade. A identidade, ainda assim, é socialmente construída, diante do confronto com o que é diferente, e sujeita ao tempo histórico e a um processo longo e contínuo desse confronto, implicando numa possibilidade de mudança da identidade. O resultado da interação fornece a base necessária para a identidade que se cria em cima de um aspecto. Quando dois sujeitos se encontram, não há como definir se um possui uma postura amigável ou repulsiva a outro, a priori. A menos que ambos interajam e confrontem suas identidades para, assim, conduzir à formação de uma identidade positiva ou negativa em relação ao outro (SARFATI, 2005).

O processo de formação da identidade, fruto das interações sociais, precede a definição dos interesses dos atores, portanto. A subjetividade conferida pela particularidade de cada processo orienta as ações a serem tomadas, e assim, interfere na construção da realidade. A construção da realidade depende de como o sujeito se refere a ela, influenciado pela sua identidade e pelos processos de interação social por que passa. Um mesmo fato pode ser contado de maneiras diferentes por indivíduos diferentes, cada um orientado pela sua própria visão de mundo. A comunicação e o discurso, dessa forma, assumem papel fundamental na construção e transmissão de certos sentidos de realidade, pois ela passa a ser contada de acordo com uma determinada ótica, influenciada pelos diversos processos pelos quais o

indivíduo ou organização passou, ao longo de sua trajetória, até o momento de confrontar sua visão com a de outrem. Este processo, por sua vez, gera uma nova perspectiva de realidade, novamente construída de acordo com a interação entre os agentes. A comunicação, portanto, pode ser considerada parcial, por refletir uma forma específica de visualizar o mundo.

2.2 JORNALISMO CONSTRUTOR DA REALIDADE: MÍDIA COMO “QUARTO PODER”

O fazer jornalístico, enquanto construtor da realidade, possui embasamento com a teoria Construcionista do Jornalismo. Sem tratar a atividade jornalística como um “espelho” da realidade - na verdade, ao contrário disso -, o fator de construção declara que a notícia auxilia no desenvolvimento da própria realidade. É necessário afirmar que, enquanto construtoras da realidade, este paradigma não trata as notícias como elementos que distorcem os fatos, como afirma Traquina (2012).

É necessário considerar, também, que, quando se fala em notícias como fatores que constroem a realidade, a veracidade das informações é atestada. Ou seja, mesmo sob um ponto de vista que analisa o papel de construção da realidade, as notícias sob esta ótica não são ficção. A diferença se situa na ideia de que elas são “convencionais” (TRAQUINA, 2012, p. 170). Tratar as notícias como histórias não significa que estas não cumpram com sua função de informar, tampouco que, ao desenvolverem uma função narrativa dos fatos, que estes não sejam verídicos. Ou que o texto noticioso esteja relegado a uma função de entretenimento. Gaye Tuchman enfatiza que

(...) dizer que uma notícia é uma história não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna (TUCHMAN apud TRAQUINA, 2012, p. 171).

A notícia, assim, não é inverídica. Tampouco, um “espelho da realidade”. Se a notícia constrói a realidade, ela não é capaz de “refletir” realidade alguma, mas sim, de integrar esta, como demonstra Traquina (2012). A linha de análise que toma as notícias como construção da realidade, também, considera o fato de que as notícias não refletem o fator real por uma questão de parcialidade na linguagem: a transmissão dos fatos não ocorre tal e qual as características inerentes ao episódio, e sim, de acordo com o que dele se abstrai. Pelo fato de a

linguagem não ter um caráter neutral, o fato em si não é contado de acordo com sua realidade intrínseca.

Patrick Charaudeau evidencia que a profissão do informador é um serviço em benefício da cidadania, atendendo a uma demanda social pela democracia (CHARAUDEAU, 2010). No entanto, os serviços midiáticos também agem sob uma lógica comercial, considerando que as empresas de comunicação estão inclusas num meio capitalista e sujeitas à concorrência do mercado. O autor explica que, nessa linha, as entidades buscam assegurar uma quantidade de público considerável, ou, até mesmo, a maior parte da audiência disponível. A informação, assim, passa atender à demanda de um público específico, alvo das atividades da empresa. Em outras palavras, em uma lógica capitalista midiática, o público torna-se consumidor da informação. O comportamento da informação a serviço de um público, logo, pode comprometer a sua própria credibilidade e o propósito inicial de “serviço à democracia”. Como analisa Charaudeau,

Por essa lógica, cada uma delas [das empresas] procura ‘captar’ uma grande parte, se não a maior parte, do público. Sendo assim, não se pode insistir, com relação a tais organismos, na hipótese de gratuidade, e menos ainda de filantropia, que evocamos acima; sua atividade, que consiste em transmitir informação - que tanto pode ser dada espontaneamente quanto procurada ou provocada -, torna-se suspeita porque sua finalidade atende a um interesse diferente do serviço da democracia. O imperativo de captação a obriga a recorrer à sedução, o que nem sempre atende à exigência de credibilidade que lhe cabe na função de “serviço do cidadão” - sem mencionar que a informação, pelo fato de referir-se aos acontecimentos do espaço público político e civil, nem sempre estará isenta de posições ideológicas (CHARAUDEAU, 2010, p. 59).

A informação também não é neutral devido a um descompasso entre os objetivos da emissão da informação - ainda que a hipótese democrática devesse representar o ideal clássico jornalístico - e os efeitos produzidos no alvo. Ocorre que este mesmo alvo possui uma própria experiência social, tendo que a informação lidar com o contexto que o cerca. Sendo assim, existe a possibilidade de a informação “produzir um efeito de banalidade, de saturação, de amálgama ou, ao contrário, de dramatização”, como explica Charaudeau (2010, p. 59). O contexto em que os fatos ocorrem podem ocasionar mudanças na tratativa do fato, aliado ao panorama de concorrência midiática e ao direcionamento do discurso para a concorrência pelo público. O autor exemplifica:

Se as manchetes dos jornais são diferentes, é porque, para se diferenciar do concorrente, cada jornal deve produzir efeitos diferentes. Imaginemos como seria uma imprensa com manchetes idênticas em todos os jornais, com números sem comentários, transcrições de decretos, citações *in extenso* (CHARAUDEAU, 2010, p. 59).

Não se observa neutralidade na informação, tampouco, um “grau zero”, este entendido como a “ausência de todo teor implícito e de todo valor de crença”, como descreve Charaudeau (2010, p. 59). A notícia enquanto construção, dessa forma, não representa um “espelho” da realidade, não servindo ao mero papel de retratação externa, mas sim, inserido e constituinte daquela.

Por fim, em associação com ideia da lógica - comercial ou social - específica à qual os meios midiáticos servem, diz-se que estes meios organizam de maneira própria a forma de apresentação dos fatos. Traquina afirma que

os *media* noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos, devido a diversos fatores, incluindo os aspectos organizativos do trabalho jornalístico (...), as limitações orçamentais (...), a própria maneira como a rede noticiosa é colocada para responder à imprevisibilidade dos acontecimentos (...) (2012, p. 170).

É necessário frisar, no entanto, que a declaração de que os *media* realizam, cada qual, sua própria estruturação da realidade, não implica a ideia de “manipulação” midiática. Os atos protagonizados pela mídia, como o de relatar acontecimentos, circular opiniões e explicações sobre fatos e propiciar o debate, demonstram que os meios de comunicação exercem um papel significativo na manutenção da democracia, cumprindo um papel de cidadania (CHARAUDEAU, 2010). Entender as notícias como estórias que constroem a realidade, dentro da perspectiva de mídia como papel social, liga-se com a ideia da importância da dimensão cultural do material jornalístico.

Nessa linha, é possível identificar a tendência a um “direcionamento” da informação de acordo com a perspectiva de quem a emite. Como já frisado, o constrangimento da informação com o receptor está sujeito ao contexto deste, ou seja, já é outra instância. Mas a própria produção de notícias perpassa pelas vivências, sistemas e significações dos indivíduos que as executam. A carga cultural, somada ao contexto temporal, ao local e ao fato em si, celebram a realização de uma informação “traduzida”, e não “refletora” da realidade. A dimensão cultural passa a ser um coadjuvante na produção da notícia. Como assinala Schudson, em citação de Traquina,

(...) as notícias são produzidas por ‘pessoas que operam, inconscientemente, num sistema cultural, um depósito de significados culturais armazenados e de padrões de discursos. (...) As notícias, como uma forma de cultura, incorporam suposições acerca do que importa, do que faz sentido, em que tempo e em que lugar vivemos, qual a

extensão de considerações que devemos tomar seriamente em consideração (SCHUDSON *apud* TRAQUINA, 2012, p. 172).

Nesse trecho, Schudson evoca a forma como o sistema cultural se manifesta no processo de elaboração da notícia e, como consequência, no seu resultado final. Não sendo a linguagem jornalística neutral, a notícia, enquanto elemento construtor da realidade, o é em composição com os significados que o redator atribui a ela. Charaudeau reforça: “Na verdade, o cidadão nunca tem acesso ao acontecimento bruto, ele sempre entra em contato com um acontecimento filtrado pela mídia” (2010, p. 256). O processo, porém, como já descrito por Schudson, também demonstra que a menção ao “depósito de significados” a que o jornalista faz referência, de acordo com seu sistema cultural, é inconsciente. Não necessariamente ocorre uma manipulação dos meios, ou uma postura de má-fé diante da audiência.

A manipulação midiática é descrita por Charaudeau como um processo intencional em que uma instância busca transmitir uma crença a outra instância de forma que a primeira seja beneficiada, sem que a segunda o perceba (2010). Ocorre, assim, que o primeiro elemento procura fazer crer algo - que não necessariamente seja verdade - a outrem, o que cria uma ordem de antagonismo, do ponto de vista de uma terceira pessoa, em que há um manipulador e uma vítima. Se o segundo elemento toma como verdadeira a crença transmitida pelo primeiro e passa a agir de forma que o emissor da informação seja beneficiado, dentro das regras do jogo de cada meio de mídia, a manipulação ocorre.

Não se pode confundir o processo de manipulação com o de informação mediante o contexto social do emissor. Embora o primeiro carregue uma intenção de má-fé, não necessariamente o segundo também o signifique. De maneira alguma a informação será neutral, em ambos os casos. Ao contrário disso, a agenda midiática - que se relaciona, em seu papel de cidadania, com as agendas política e pública -, compreende os significados trazidos pelo contexto de quem escreve e produz conteúdo.

Novas teorias jornalísticas, com o advento das décadas de 1960 e 1970, passam a fortalecer o paradigma das notícias como construção social, as interacionistas e estruturalistas. Para estas teorias, que apresentam pontos de convergência, as notícias não são o espelho da realidade, mas o resultado de complexos processos de interação social entre diferentes agentes: os jornalistas, as fontes de informação, a sociedade. Assumem que os profissionais da imprensa possuem autonomia e reconhecem a abordagem prática da teorização que afirma a presença do sistema cultural na elaboração de notícias, rechaçando a ideia de uma mera instrumentalização da informação ao bel-prazer. Nas palavras de Traquina,

ambas contestam a visão de que os jornalistas são observadores passivos e defendem a posição de que, ao contrário, são de fato participantes ativos na construção da realidade. Sendo uma construção, ambas as teorias reconhecem que as notícias são narrativas, ‘estórias’, marcadas pela cultura dos membros da tribo e pela cultura da sociedade onde estão inseridos, sendo necessário mobilizar todo um *saber de narração* (...) que pressupõe a aprendizagem da linguagem jornalística (...) e o domínio de todo um *inventário de discurso* (...) (2012, p. 175).

O efeito social prático do filtro que os jornalistas utilizam, consciente ou inconscientemente, de acordo com seus contextos, é a construção da realidade por determinadas vias. A proposta da mídia estampa uma realidade, assim, fruto de complexos processos de interação. Como afirma Charaudeau,

é claro que as mídias nos impõem suas escolhas dos acontecimentos. Não é, como dizem, porque elas tornem visível o invisível, mas porque só tornam visível aquele visível que decidiram nos exibir, e esse visível não é necessariamente àquele que o cidadão espera ou deseja: agenda midiática, agenda política e agenda cidadã não são sempre as mesmas (2010, p. 253).

A audiência acaba por aceitar o lugar de espectadora - isso não se correlaciona com a ideia de um acriticismo absoluto por parte do público, mas de uma maneira “confortável” de assistir aos fatos contados. Segundo o autor, o público que se informa é co-responsável do processo de espetacularização do mundo que as mídias propõem (CHARAUDEAU, 2010). O espetáculo, entendido por Guy Debord como uma representação, é o que compõe a vida em sociedade.

Debord identifica o espetáculo como a sociedade como um todo, como parte dela e como um fator de unificação, de coesão. Se visto como um integrante da sociedade, ele é a forma consciente da ação, é a ação em si. Se, por outro lado, como o fator de agregação, ele é o ponto de convergência, o ponto focal de diferentes partes que estão separadas. No entanto, como um ponto ilusório, pois apresenta uma falsa realidade ao colocar em um mesmo malote peças diferentes de jogos diferentes. É conduzir a linguagem em um ambiente de segregação generalizada. O autor declara a essencialidade da questão: “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens” (DEBORD, 2017, p. 38).

Não é incomum encontrar referências à mídia como o “quarto poder”. Essa crença se apresenta num processo que inclui não apenas os meios transmissores da informação, mas o próprio público que a consome. A atribuição de credibilidade aos meios de comunicação

provém desde o rigor com que o jornalismo, essencialmente, trata a questão da veracidade de suas notícias, quanto à ideia de que a imagem transmitida pela mídia é a tradução da realidade. O valor de transparência experimentado pela imagem, assim, permite que ela se torne a própria realidade. Charaudeau afirma que, crendo ou não no que se apresenta como imagem, não é possível escapar à impressão de transparência que ela transmite.

A imagem nos traria a realidade tal como ela existe, em sua autenticidade: essa mulher que estou vendo e que está chorando a morte de seu filho: é verdade; esses cadáveres mostrados numa carnificina: é verdade (...); essa criança palestina que morre sob minhas vistas: é verdade; esses soldados israelenses que são defenestrados: é verdade. Pode-se contestar essa transparência, mas é difícil ir de encontro à crença popular de que somos todos cúmplices: a imagem reproduz fielmente a realidade (CHARAUDEAU, 2010, p. 255).

Traquina explica que a chegada da imprensa à consideração sobre a existência de um quarto poder perpassou períodos em que a própria foi rechaçada e desacreditada. No início do século XIX, o autoritarismo dos governos da época contrastava com os ideais de liberdade que a imprensa evocava, destinando aos jornalistas um lugar de antagonismo e uma imagem de despreparo, subalternidade, demagogia e de escritores de terceira categoria. Os próprios governos, no entanto, apresentavam contradição ao relegarem desprezo à imprensa, uma vez que esta era, também temida, considerada perigosa e revolucionária. Para os padrões autoritários da época, a imprensa era um desafio ao status quo (TRAQUINA, 2012).

A ideia de que o quarto poder existiria advém do princípio de fiscalização mútua entre os três poderes - os três *états* - na nova configuração de democracia que a Revolução Francesa propunha. O termo “quarto poder” foi utilizado por um deputado do parlamento inglês, McCaulay, no século XIX, para se referir à galeria ocupada por jornalistas. Desde então, o termo tem sido empregado para a mídia como sendo um poder que fiscaliza os três *états* dos novos pilares democráticos, em uma perspectiva de “poder controla poder”: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário (TRAQUINA, 2012).

A partir daí, a mídia iniciou uma escalada para destituir-se da imagem negativa transmitida pelos governos da época, cujo resultado encontra-se na consideração da mídia como integrante do processo democrático. Isso ocorre por meio da alteração que a imprensa implicaria à opinião pública, tornando este elemento um fator decisivo para a consolidação da democracia. Bentham chega a afirmar que a opinião pública é uma parte integrante da teoria democrática do Estado. Não apenas isso, mas esta opinião passa a se tornar um meio de controle social (TRAQUINA, 2012). Juntamente, a posição da opinião pública passa a se

tornar um agente fundamental das decisões políticas, sendo um fator decisivo para a definição da agenda pública. Os meios de comunicação, com a prerrogativa de lançar material capaz de inclinar a posição popular para um determinado lado, passam a, igualmente, ocupar posição de destaque, transmitindo dados capazes de modificar a opinião pública e, assim, a agenda. É possível, ainda, subdividir o público que compõe a chamada opinião entre “forte” e “fraco”. O primeiro, contando com capital político e financeiro, com capacidade de advogar quais serão as pautas levadas a cabo. O segundo, com capacidade de absorção das pautas propostas. Rodriguez, citando o exemplo do Brasil, discorre:

no processo de formação da opinião pública, (...) o público forte possui recursos para produzir agendas e influenciar a opinião pública. No Brasil, a baixa distinção na opinião pública está associada à relação histórica da mídia com as elites, o que potencializa a capacidade destes seletos grupos fortes de agendar as questões que estarão em pauta na opinião pública geral (...) (RODRIGUEZ et al, 2015, p. 43).

George Boyce, citado por Traquina, conclui que a imprensa se constitui como um elo indispensável entre a opinião pública e as instituições governamentais (BOYCE apud TRAQUINA, 2012). A legitimidade do quarto poder, assim, reside na ideia de que, num processo democrático, é necessária a participação da imprensa. Isso se dá devido à ligação direta dos meios de comunicação com a opinião pública, ao fato de a imprensa funcionar como um “depósito” de anseios e descontentamentos populares - em quaisquer ordens e assuntos, pela liberdade de expressão representada pela imprensa significar o combate à tirania e ao autoritarismo e, também, pelo jornalismo assumir uma postura de desconfiança em relação ao poder, evocando a aura de “poder fiscalizador dos outros”. Alexis Tocqueville afirmou serem inseparáveis a liberdade de imprensa e a soberania do povo. Já Thomas Jefferson, que presidiu os Estados Unidos no início do século XIX, declarou não haver democracia sem liberdade de imprensa. Segundo Jefferson, em um artigo publicado em 1855, a imprensa é “o instrumento por meio do qual a inteligência agregada da nação os critica e controla a todos. É, na verdade, o ‘Quarto Poder’ do Reino” (JEFFERSON apud TRAQUINA, 2012, p. 49).

Gabriel Tarde define “opinião” como sendo

um grupo momentâneo e mais ou menos lógico de juízos, os quais, respondendo a problemas atualmente colocados, acham-se reproduzidos em numerosos exemplares em pessoas do mesmo país, da mesma época, da mesma sociedade (1992, p. 83).

É importante distinguir, no entanto, a opinião propriamente dita - entendida como um conjunto de juízos - e os desejos, a vontade geral. Para o autor, igualmente, é necessário que a opinião não seja confundida com dois elementos integrantes do espírito social, que são a tradição e a razão. A primeira se refere à síntese de um acúmulo de o que foi a opinião dos antepassados, uma herança que se constitui num conjunto de práticas provindas dos conceitos e preconceitos alimentados em outras épocas. Já a segunda alude a juízos pessoais, que também podem ser insensatos, de uma elite pensante que se retira da camada popular a fim de represá-la ou dirigi-la. Essa elite concentra poderes e saberes específicos, representada por sacerdotes, políticos, cientistas, juristas, e instituições como o Parlamento ou determinadas câmaras de discussão (TARDE, 1992).

A opinião não pode ser confundida com esses fatores por crescer às custas desses. Primeiramente, para o desenvolvimento de uma opinião considerada comum ou geral, é necessário que o povo que se identifica como nação tenha consciência de valores tomados por si como tradicionais, ao mesmo tempo em que se coloca sob a égide de uma razão considerada superior. A opinião é o terceiro fator social além dos dois, o capaz de arrebatá-los seus predecessores e de contestá-los a ponto de que um se converta em outro. A opinião tem a capacidade de represar uma barreira considerada tradicional, devastando instituições e costumes tradicionais e plantando a ideia de novas perspectivas. Por outro lado, também é apta a transformar a racionalidade em tradição. Independentemente do processo em que se encontre, seja no de consolidação ou no de desmonte da tradição, o que a opinião gosta é de tomar partido (TARDE, 1992).

Para a formação de uma opinião social - ou pública -, é necessário que haja uma coesão mínima entre os membros da sociedade em torno de uma pauta comum, e que o juízo proveniente da interação social seja divulgado para o maior número de membros da comunidade. Não apenas isso, mas que a sociedade perceba e tome ciência de que uma aspiração comum existe e que ela simboliza uma expressão de coletividade. Quem realiza essa propagação de ideais, com o advento das telecomunicações, é a imprensa. Nas palavras de Tarde, “a transformação de uma opinião individual numa opinião social, na ‘opinião’, foi devida à palavra pública na Antiguidade e na Idade Média, à imprensa nos dias de hoje (...)” (TARDE, 1992, p. 83).

Retomando-se a teoria democrática, que afirma que não há democracia sem opinião pública e, por conseguinte, sem o meio pelo qual ela é divulgada - a imprensa -, os jornalistas passam a ser os porta-vozes dessa opinião, seja dos excluídos, das demandas diversas seja da

fiscalização dos poderes para o bom funcionamento do processo democrático. O jornalismo consolidou-se como uma prática social e um serviço público, atuando numa via dupla: por um lado, “fiscalizando” os poderes e denunciando irregularidades. Por outro, fornecendo informações necessárias para que o público pudesse desempenhar suas funções cívicas de maneira satisfatória. Traquina identifica essas vias, respectivamente, como liberdade “negativa” e liberdade “positiva” (TRAQUINA, 2012, p. 50).

A opinião pública pode ser canalizada para um lado ou outro. Mauro Pereira Porto chega a citar a existência de uma “antipolítica” dos meios de comunicação. Tal prática pode ser resumida numa atitude de desconfiança da mídia para/com as tradições e instituições políticas. Não apenas em âmbito jornalístico, mas em peças de entretenimento a política seria retratada com valores negativos, incluindo a valorização e ênfase em personagens demagógicos ou corruptos em filmes e telenovelas. A desconfiança em relação à política, em verdade, seria um elemento sempre presente na cultura política de um país. Ela, no entanto, é acentuada pelos meios de comunicação, que contribuem para a disseminação de uma imagem degradada da política, o que, segundo Porto, reforça a descrença sobre a própria estrutura de representação partidária-parlamentar. O autor compactua com a ideia de que a mídia é o “quarto poder”. Porém, também expõe o paradoxo a que esta se submete:

Simultaneamente, os meios de comunicação se consolidaram como uma instituição poderosa, constituindo um quarto poder que, ao contrário dos outros três (executivo, legislativo e judiciário), é independente e exerce forte influência sobre o funcionamento dos demais (...). Além disso, este quarto poder cria, em diversos momentos, obstáculos à consolidação da legitimidade democrática (PORTO, 1996, p. 50).

Daí se observam críticas aos meios de comunicação que, por um lado, desempenham papel de fiscalizadores e delatores de irregularidades no Estado - segundo Porto, um importante papel a ser cumprido em qualquer democracia (1996) - e, por outro lado, dissemina desconfiança em relação a determinadas temáticas e estruturas governamentais. Tomando como exemplo o *impeachment* de Dilma Roussef em 2016 na democracia brasileira, Olímpio Cruz Neto menciona a existência de uma “ofensiva midiática” (2018, p. 129) contra a então presidente brasileira, que teria sido objeto de hostilidade e de uma massiva campanha de manchetes majoritariamente negativas. Conforme Neto, e em alinhamento com a ideia proposta por Porto de que a mídia nem sempre colabora para a estabilidade da estrutura democrática - mesmo que seja um fator essencial para a sua existência -, os meios de

comunicação construíram um ambiente de “antigoverno” para Dilma, cuja resultante seria o *impeachment* (NETO, 2018, p. 128).

O que se pode aferir é o papel de quarto poder *de fato* exercido pela mídia. Na análise de Porto, nem sempre a estabilidade das instâncias componentes do processo democrático é incentivada pelos meios de comunicação. A confiança e a legitimidade da política dependem de um aspecto fundamental, “o caráter subjetivo da avaliação da população quanto ao desempenho da economia e do sistema político” (1996, p. 46). E a fonte principal desse julgamento, segundo o autor, é a mídia. Nem sempre, portanto, a função de quarto poder é exercida somente com resultados positivos. Os estudos de Traquina, no entanto, enfocam a legitimidade da mídia justamente no tocante à desconfiança em relação ao poder, trazendo o jornalismo como um porta-voz da opinião pública e do descontentamento, conferindo voz a grupos de diferentes lugares e espaços sociais. O jornalismo e a opinião seriam a proteção contra a tirania. James Mill, citado por Traquina, declara:

É tão verdadeiro que o descontentamento do povo é o único meio de remover os defeitos dos governos vivos, que a liberdade de imprensa, o instrumento principal para criar descontentamento, é, em todos os países civilizados, visto por todos exceto os adeptos do mau governo como uma segurança indispensável e a maior salvaguarda dos interesses da humanidade (MILL *apud* TRAQUINA, 2012, p. 47).

A imprensa possui, assim, uma relação especial com os outros três poderes e com a cultura de um povo, por meio do subjetivismo que é capaz de conferir à opinião e com a própria disseminação de ideias. Em se tratando de política, a mídia pode atuar como antagonista da tirania, ao promover a liberdade de expressão, como facilitadora da comunicação entre nações, num processo de integração, e também como desagregadora, dado que o subjetivismo transmitido à opinião pública pode ser um fator de divergência entre os interesses dos agentes. Dessa forma, as relações internacionais também são afetadas pelas mídias, que passaram a protagonizar, principalmente a partir do século XX, uma globalização das informações e de circulação de impressões acerca dos processos políticos em curso.

2.3 DIPLOMACIA MIDIÁTICA: A MÍDIA COMO UM ATOR INTERNACIONAL

A própria mídia se desenvolveu em um processo de expansão do sistema capitalista e do capital internacional, em que era necessário que os interesses políticos estivessem alinhados com os econômicos para tal avanço. Como explica Rodriguez, em citação a

Hobson, “a expansão do capital acionário teria levado a um divórcio entre os interesses políticos (...) e os interesses econômicos (...). A mídia poderia ser vista como o elo que ligaria estas duas esferas, ao modelar a política mundial em esferas importantes” (HOBSON apud RODRIGUEZ, 2015, p. 50.). Se Lênin afirma que, no curso da expansão do capital financeiro imperialista, era essencial que este fosse legitimado por meio da justificativa pelas causas sociais (RODRIGUEZ, 2015), pode-se realizar um comparativo em relação à esfera política. Procedimentos e práticas de parlamentos que estivessem anteparados por uma causa social ancorada pela mídia estariam com o caminho à legitimidade mais facilitado, em nossa visão. Em outras palavras, se a mídia mantivesse como pauta a defesa de determinado apelo, as casas legislativas poderiam circular mais livremente com seus procedimentos em defesa de tal agenda.

A partir das décadas de 1970 e 1980, os estudiosos neoliberais Keohane e Nye desenvolveram as ideias institucionalistas e de interdependência complexa. Não nos interessa, aqui, uma análise aprofundada a respeito de todo o seu arcabouço teórico, mas a compreensão de que, especialmente a partir da segunda metade do século XX, os atores considerados não-estatais e transnacionais assumem um papel fundamental na compreensão das relações entre os Estados. Visualiza-se um crescente aumento de poder destes atores - poder entendido como a capacidade de fazer com que outro ator execute ações de interesse de outro, em que se incluem, por exemplo, as instituições transnacionais e a mídia. A interdependência complexa define-se, assim, como uma situação de reciprocidade entre as forças dos diferentes atores, e os efeitos dessas interações. As instituições - governamentais, internacionais, particulares - seriam capazes, segundo a teoria, de refletir, inclusive, na sensibilidade e na vulnerabilidade dos Estados. “Sensibilidade” refere-se ao grau de resposta de um Estado a uma política, o quão rápido ela seria e qual seria o poder de amenizá-la. Já a “vulnerabilidade” é o custo de resposta a essa política, o que inclui uma alta ou baixa taxa de disponibilidade de recursos e de estratégia para contrapor-se (SARFATI, 2005).

A mídia inclui-se no rol de atores não-estatais capazes de influenciar a sensibilidade e a vulnerabilidade dos Estados, em um sistema internacional interdependente. Segundo o institucionalismo de Keohane, “as instituições podem afetar a compreensão do papel dos estadistas e os pressupostos da motivação dos outros estadistas, pois elas ajudam a definir e interpretar os interesses” (SARFATI, 2005, p. 158). A informação transmitida, portanto, pode alterar o rumo de decisões a serem tomadas, bem como a abordagem dada ao fato.

O termo “diplomacia midiática” surge para explicar o vínculo dos meios de difusão de informações com a política desenvolvida entre os Estados e, a partir de um sistema em interdependência complexa, com os demais atores. Bomfim e Müller afirmam que, sob este tipo de diplomacia, as negociações entre os países tornaram-se sensíveis à ação da mídia internacional (2016). Em um sistema altamente globalizado e midiaticizado, as relações internacionais adquirem a forma desse mundo mediado pela informação. Sendo assim, a forma de fazer política internacional seguiria o padrão da “*cyberpolitik*”, que utiliza os recursos midiáticos e a estrutura dos meios de comunicação para obter benefícios. A mídia, assim, sendo tratada como um novo agente nas negociações (RODRIGUEZ et al, 2015).

O uso dos meios de informação objetiva desde a influência na resolução de conflitos - uma forma “direta” de atuação - até formas “indiretas”, como a construção de uma imagem positiva de um aspecto ou de uma ação (BOMFIM; MÜLLER, 2016). Como já frisamos aqui, a ideia de construção de uma imagem positiva liga-se com a ideia da cultura política com que a mídia trabalha de acordo com o contexto de uma época, com o local e com os atores envolvidos. Sendo a política externa uma ação pragmática, esta busca tirar partido de fatores culturais para o entrosamento em suas negociações, os fatores responsáveis pela construção da identidade das nações. Para Edgard Ribeiro, “o que os Estados buscam projetar, em última instância, são seus valores” (1989, p. 15).

Logicamente, a forma como o jornalismo e as empresas de comunicação em geral tratam determinada questão advém de um caráter nacional. Mesmo essas próprias empresas de comunicação, cada vez mais inseridas em um aprofundamento do capitalismo imperialista e da internacionalização de suas atividades e capitais (RODRIGUEZ et al., 2015), são caracterizadas a partir de uma identidade nacional. Isso não significa que esse interesse nacional guie cegamente o discurso, que esse represente a materialização daquele, tampouco que a mídia concorde com as políticas de governo, mas que o parâmetro de análise seja a construção interna do país (BOMFIM; MÜLLER, 2016).

O jornalismo internacional, assim, se encarrega de explicar o contexto de uma situação externa, em outros países, para um público interno (idem, 2016). Essa explicação carrega os parâmetros culturais nacionais de origem da empresa jornalística que presta esse serviço, o que não significa, necessariamente, uma postura de má-fé, mas uma natural abordagem e valorização de aspectos que dialogam com o senso nacional de quem escreve. O que pode ocorrer é uma mudança na diplomacia cultural, ramo que trata de objetivos nacionais

específicos com relação a outro país que podem abranger âmbitos econômicos, políticos e comerciais (RIBEIRO, 1989).

Nesse sentido, a mídia, como fator que pode trazer alterações na agenda da diplomacia em curso, é vista como um novo ator, ao trabalhar na contextualização popular dos fatos e, como já visto, na carga de sentidos daí decorrente, dado que a linguagem não é neutra e que os meios de comunicação se colocam como uma instância de poder. Gilboa, assim, conceitua a diplomacia midiática como sendo “a influência e o uso de redes internacionais de comunicação nas decisões estatais” (GILBOA apud RODRIGUEZ, 2015, p. 50).

Bomfim e Müller consideram a experiência de formação dos Estados nacionais aliada ao desenvolvimento dos meios de comunicação. Para os autores, os dois processos ocorrem em concomitância, em que, citando Thompson, afirmam que os processos de tomada de decisão se tornaram mais públicos, e o poder, mais visível (THOMPSON apud BOMFIM; MÜLLER, 2016). Consequentemente, a política externa também se inclui em uma discussão que se torna nacional e que envolve a opinião pública e os meios de informação. Não apenas com um envolvimento passivo, o jornalismo internacional passa a oferecer à audiência a leitura global dos temas na agenda do sistema de relações internacionais, mediando a relação do público com as proposições em si e com a formação de um imaginário dentro do âmbito do próprio sistema. Na linha apresentada pelos autores, considerando o jornalismo como a “realidade” e a “verdade”, junto ao ideário natural de credibilidade que a atividade jornalística busca carregar, a história contada a respeito das ações internacionais é exposta de acordo com a realidade dos *media*. Nas palavras de Bomfim e de Müller,

para “explicar o mundo”, a credibilidade do relato jornalístico possui valor fundamental, e esse elemento, para Weber (...), é encontrado na junção entre as visibilidades controlada e conquistada. Pensando nas relações entre países a partir do noticiário internacional, é preciso que as ações estatais sejam vistas, mas que, juntamente, seja formada a credibilidade (2016, p.70).

A diplomacia midiática, em alinhamento com o que Gilboa (apud RODRIGUEZ, 2015) afirma, portanto, coloca os atores midiáticos como agentes interativos na política internacional. As reputações dos Estados são um objeto questionável na era informacional, dado o crescimento da pluralidade de ideias e de construção de novas realidades a partir da perspectiva jornalística apresentada às audiências.

Gilboa vai além:

Diplomacia midiática se refere ao uso da mídia por líderes para expressar interesse em negociações, para construir confiança e para mobilizar apoio público para acordos. A diplomacia midiática é perseguida a partir de várias rotinas e atividades midiáticas especiais, incluindo conferências de imprensa, entrevistas e “vazamentos”, visitas de chefes-de-Estado a mediadores em países rivais e espetaculares eventos midiáticos organizados para pavimentar uma nova era (GILBOA, 2002, p. 741 *apud* BOMFIM; MÜLLER, 2016, p. 71-72).

É este o conceito de diplomacia midiática aqui adotado: a noção de que a mídia é um agente ativo não apenas no debate público sobre a imagem estatal, em um plano interno, mas também sobre o conceito que se toma com relação a outros agentes do plano internacional, sejam eles estatais ou não-estatais. A diplomacia que toma a mídia como um agente, assim, alia-se com a perspectiva de que as relações internacionais são o produto da interação entre os agentes, bem como de suas políticas externas. Ao mesmo tempo, que as produções jornalísticas textuais e imagéticas igualmente são construtoras da realidade no sistema, sem refletir uma ordem predeterminada, mas em permanente atualização e sujeita aos confrontamentos inerentes conduzidos pela surpresa, pela negociação e pela luta histórica.

3 UM RESGATE HISTÓRICO DA VENEZUELA

O objetivo deste capítulo é realizar um resgate histórico a respeito da Venezuela com a finalidade de contextualização. Para o desenvolvimento da posterior análise de conteúdo produzido pela mídia brasileira, é necessário compreender o processo de formação do Estado venezuelano, o atrelamento de sua economia ao petróleo, a ascensão do chavismo e os fatores que levaram à crise socioeconômica e política em curso no país.

3.1 DA FORMAÇÃO DO ESTADO VENEZUELANO AO INÍCIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

A informação, tomada na sua mais simplória forma de definição como a “transmissão de um saber, com a ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que se presume não possuí-lo” (CHARAUDEAU, 2010, p. 33), essencial parte das relações humanas no próprio processo de evolução do tempo histórico. Os acontecimentos surgem e são contados pelas gerações por diferentes processos comunicacionais, cada qual próprio de seu tempo. Como aponta Traquina, no século XIX, ocorre a mudança de um paradigma majoritariamente propagandístico para um informacional (TRAQUINA, 2012). Isto é, a construção da agenda social passa a ser baseada na atividade jornalística, que se liga a “fatos”, em vez de uma abordagem absolutamente baseada em “opiniões”, como trabalha a propaganda. Nas palavras do autor,

A vertiginosa expansão dos jornais no século XIX permitiu a criação de novos empregos neles; um número crescente de pessoas dedica-se integralmente a uma atividade que, durante as décadas do século XIX, ganhou um novo objetivo - fornecer informação, e não propaganda. Este novo paradigma será a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público - uma constelação de ideias que dá forma a uma nova visão do ‘polo intelectual’ do campo jornalístico. (TRAQUINA, 2012, p. 34).

Cumpram-se um dos papéis sociais do jornalismo, assim, quando este fornece informações necessárias de forma que os diferentes pólos da sociedade constituam uma interconexão. Como parte da construção da realidade, as notícias ligam-se ao contexto da época em que são publicadas e colaboram para a construção da opinião pública. A respeito desta, Michel Thiollent discorre que ela não é um simples somatório de diferentes opiniões

individuais, mas sim, que “sua formação e sua significação dependem do contexto nacional, do governo, dos partidos políticos, das grandes empresas, dos meios de comunicação de massa (...)” (1986, p. 16). A implicação política em textos jornalísticos, dado que a linguagem não é neutra, igualmente é fruto do confronto de contextos da época em que se escreve.

Sendo assim, torna-se necessária a compreensão da formação do Estado venezuelano - local retratado pelo material jornalístico que posteriormente será analisado - e de como se chegou à realidade do país - socialmente construída - do século XXI. Um país latinoamericano com uma realidade social criticada em nível internacional sob o ponto de vista dos direitos humanos e com controvérsias diplomáticas, levando organizações internacionais a opinarem, inclusive, sobre o emprego de forças militares no país (EXAME, 2019).

O território da atual República Bolivariana da Venezuela foi colonizado pela Espanha desde o final do século XVI. Na ocasião, fora batizada de Vice-Reinado de Nova Granada, e tal qual o restante da América hispânica, contara com um sistema escravista de produção e com agricultura voltada ao mercado externo (TANCREDI *et al*, 2016). Nova Granada compreendia os territórios, dentre outros países, dos atuais Colômbia, Venezuela e Equador, no noroeste da América do Sul. À época, um dos maiores produtos de exportação era o ouro, chegando a superar a do Brasil no século XVIII, que se encontrava em declínio. A região se tornara o bastião do poder espanhol sobre a costa sul-americana do Caribe, com a cidade de Cartagena das Índias - hoje, na Colômbia - capitaneando o centro econômico regional e as movimentações náuticas. Como afirma Halperin Donghi, o mais importante dos produtos de exportação da Venezuela era o cacau - representando um terço do total exportado -, seguido do anil, do café e do algodão. As lavouras da costa norte da América do Sul eram concentradas por grandes proprietários que se utilizavam de mão-de-obra escravizada (DONGHI, 2012). Segundo Tancredi *et alii*, uma característica fundamental da economia venezuelana é essencial para o entendimento da condição econômica atual do país: a dependência da exportação de *commodities*, em especial, a de petróleo, que, futuramente, seria o carro-chefe das exportações (TANCREDI *et al*, 2016).

Segundo os autores, a fragilidade política da Espanha ocasionada pelas Guerras Napoleônicas permitiu que a elite regional *criolla* desenvolvesse a luta pela independência do território, em um movimento liderado por Simón Bolívar (TANCREDI *et al*, 2016). O primeiro levante pela independência da Venezuela em relação a Nova Granada ocorreu em 1797, sob a liderança do militar Francisco de Miranda. A revolta não obteve sucesso e

Miranda partiu para o exílio. Em 1811, uma junta governativa declarou a independência da Venezuela, sendo reprimida por forças da coroa espanhola. Assim, Miranda, recém retornado do exílio, foi preso. Bolívar, então, conduziu diversos embates até o ano de 1819, quando, finalmente, na batalha de Boyacá, as forças rebeldes conquistaram a capital de Nova Granada (NEVES, 2010).

Bolívar buscava a formação de um grande país, a Grã-Colômbia. Durante 1819, Bolívar foi presidente da Venezuela, e no mesmo ano, as tropas de Nova Granada e da Venezuela se uniram, formando a república da Grã-Colômbia. O território do futuro Equador também se reuniu ao novo país, bem como se consolidaram as vitórias das forças independentistas do Peru e da Bolívia, com a participação de Bolívar nos operativos militares. Como o revolucionário se retirara da Venezuela para apoiar os movimentos dos vizinhos, deixara no comando do país o general José Antonio Paéz, que, no entanto, passara a apoiar o movimento separatista interno (NEVES apud TANCREDI *et al*, 2016). Como afirma Neves, Paéz decretou, em 1829, o abandono da Grã-Colômbia pela Venezuela, embora Bolívar tivesse se autoproclamado presidente vitalício em 1828. Após uma sucessão de pressões, incluindo problemas de saúde pessoais, o revolucionário renunciou à presidência, em 1830. Finalmente, em 1831, um congresso constituinte proclamou a independência da Venezuela, elegendo Paéz para a presidência. É necessário ressaltar, no entanto, que, na contramão da diversidade de ações militares para garantir a independência do Estado que nascia, a população sofria um revés considerável, com seu padrão de vida sendo rebaixado devido às guerras e com uma queda vertiginosa do nível de produção (NEVES, 2010).

Tancredi *et alii* declaram que “ao longo de todo o século XIX e começo do XX, a Venezuela viveu um período de instabilidade política, fruto das disputas entre os *caudillos* pelo controle do aparato de Estado” (2016, p. 511). É fundamental partir desta perspectiva para a compreensão da atual cultura política venezuelana, marcada por instabilidades, confrontamentos entre governo, oposição e populares e pelo chavismo, como será visto mais adiante. A respeito dos *caudillos*, os autores discorrem que estes

(...) eram oriundos das forças armadas ou possuíam laços com militares, o que possibilitava a sua chegada ao poder e garantia sua força. Formavam governos centralizados e autoritários, que perseguiam opositores e críticos do regime. Por meio da força, tentava-se gerar estabilidade política em meio à fragilidade socioeconômica que marcava a Venezuela. Por fim, foi durante o período dos *caudillos* que ocorreu a transformação da economia venezuelana de agrária para exportadora de petróleo e quando intensificou-se o processo de urbanização do país (TANCREDI *et al*, 2016, p. 511).

Em 1899, uma revolta comandada pelo general Cipriano Castro buscou destituir o caudilhismo do poder e instalar o que seria chamado por ele de “revolução liberal restauradora”. A conquista de Caracas pelos rebeldes inaugurou uma nova etapa na política da Venezuela, sendo o grupo vencedor chamado de “andinos” por provir do Estado de Táchira, na região dos Andes venezuelanos. Castro, ao contrário do título do novo regime, estabeleceu um governo nacionalista autoritário e centralizado que contou, inclusive, com tentativas de restauração da antiga Grã-Colômbia. As forças separatistas do território do atual país colombiano - uma força distinta das da Grã-Colômbia - , quando em quase vitória contra o governo central da Venezuela, mergulhavam em crises internas, o que colaborou para o fortalecimento das relações da administração venezuelana com os Estados Andinos, cada vez dotados de maior poder militar. Os anos finais de governo de Castro contaram com hostilidades internacionais, marcados pela cobrança de ressarcimentos de empresas estrangeiras que teriam apoiado financeiramente a logística e os levantes contra o governo venezuelano. As relações diplomáticas com a França, por exemplo, seriam retomadas somente em 1913. Com os Estados Unidos (EUA), cujo embaixador na Venezuela assertivamente apoiava a queda do governo, a solução do impasse foi negociada. O controle dos militares andinos sobre o governo nacional venezuelano seria chamado de “domínio andino” e compreenderia o período entre 1899 e 1945 (NEVES, 2010).

Problemas de saúde levaram Castro a se afastar do poder em 1908, assumindo a presidência o seu vice, o general Juan Vicente Gómez, que permaneceria no cargo até 1910. Na ausência de Castro, que fora à Alemanha para realizar uma cirurgia, o então governo foi destituído, e Gómez instaurou uma ditadura que duraria até 1935. Nesse período, a repressão contra a oposição se intensificou, foi imposta censura aos meios de comunicação e, no lugar do nacionalismo exaltado por Castro, foi empregada uma abertura comercial ao capital estrangeiro. Dentre reformas constitucionais, algumas eleições e uma alternância entre a chefia do Executivo e do exército, Gómez conseguiu elevar o tempo de mandato presidencial para sete anos, permanecendo no poder durante 27 anos, até o seu falecimento, em 1935. Dois fatos, em particular, são marcantes de seu período à frente do governo. O primeiro é o aumento da militarização da Venezuela, com modernização e aparelhamento das tropas, o que possibilitou controle tanto dos opositores quanto da situação. Vale lembrar que a Venezuela já era um Estado altamente militarizado e com diversos focos de resistência interna - a década de 1920 contou, inclusive, com tentativas concretas de deposição de Gómez. O

segundo fato, por sua vez, se refere à entrada definitiva da economia venezuelana no uso do petróleo. Este se tornara, em 1926, o principal produto da pauta de exportação, em um processo que transformou a economia do país de essencialmente agrária para exportadora de petróleo. Junto a isso, iniciou-se o processo de urbanização massiva da Venezuela (NEVES, 2010). Mais tarde, já na década de 2000, o aprofundamento da matriz econômica, cujo centro dinâmico era a produção de petróleo, ocasionaria uma desarticulação entre o setor produtivo e os restantes. O desenvolvimento do Estado venezuelano se tornaria dependente dos ganhos do petróleo, representando a principal fonte de renda para o investimento público e, por consequência, do progresso do país (TANCREDI *et al.*, 2016). Como resume Paulo Vizontini, até o início do século XX, a Venezuela ainda não havia concluído a construção de seu Estado Nacional. A ditadura de Gómez deu os primeiros passos para a centralização do poder estatal, para a consolidação do Estado Nacional e para o estreitamento de relações do setor petrolífero com os Estados Unidos (VIZENTINI, 2003).

3.2 UMA DEMOCRACIA PETROLÍFERA

A partir de 1945, a Venezuela ensaia um retorno à democracia. Paradoxalmente, isso ocorre por meio de um golpe de Estado, em que assume o poder uma Junta Revolucionária composta, principalmente, por civis e militares, e sob a liderança de Rómulo Betancourt, do partido político *Acción Democrática* (AD, Ação Democrática, tradução nossa). Em 1948, o país passou por um novo golpe de Estado, em que assume o poder uma junta militar trina encabeçada pelos tenentes-coronéis Carlos Delgado Chalbaud, Marcos Pérez Jiménez e Luis Felipe Llovera Paez, sendo presidida pelo primeiro. A ideia era, em 1950, realizar um pleito para a escolha da nova chefia do poder Executivo nacional. No entanto, Chalbaud foi assassinado no mesmo ano, com as suspeitas recaindo sobre o colega de junta Jiménez. As eleições idealizadas por Chalbaud foram canceladas, sendo retomadas em 1952, quando Jiménez, um dos candidatos, vence o pleito, sob acusações de fraude (NEVES, 2010).

Vizontini afirma que o período do Triênio, quando a junta militar assume o governo, foi uma das poucas experiências democráticas experimentadas pela Venezuela até então. Seguindo-se a ela, Jiménez instala uma ditadura com ligações estreitas com os Estados Unidos. “Durante esse regime, o país chegou a ser o segundo produtor mundial de petróleo, estabilizando-se as relações entre os diversos setores da elite socioeconômica. Contudo, o notável desenvolvimento econômico foi marcado por profundas distorções setoriais, regionais

e sociais” (VIZENTINI, 2003, p. 57). A sensação era de crescimento econômico, com um aumento do preço do barril de petróleo e com investimentos massivos em infraestrutura. O alto nível de receita proveniente do petróleo, porém, causou um descontrole orçamentário nas contas públicas, levando a denúncias de corrupção contra Jiménez. Além disso, a população reivindicava ampliação dos direitos e da participação política, o que fragilizou o governo e possibilitou um novo golpe de Estado, ocorrido em 1958. Na ocasião, assumiu a presidência o comandante das Forças Armadas, almirante Wolfgang Larrazábal. Jiménez foi extraditado para os Estados Unidos em 1962 (NEVES, 2010).

A partir de 1958, a Venezuela inicia um período democrático na sua história. Como assinala Vizentini, o regime militar foi derrubado e, em seu lugar, a estruturação do poder civil foi alicerçada pelo *Pacto de Punto Fijo*, que consistia num acordo entre os partidos mais importantes da época - a Ação Democrática, de orientação social-democrata, e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) - para a manutenção da democracia (2003). Uma nova constituição nacional foi aprovada em 1961, que, em alinhamento com as perspectivas de democracia, ampliou a participação política popular. O período é denominado de Quarta República, para simbolizar a significativa mudança política em relação aos regimes anteriores. Neves, contudo, enfatiza que “a condição da aceitação do pacto democrático pelas Forças Armadas foi uma autonomia administrativa bastante alargada e a supressão dos partidos de extrema esquerda da legalidade” (2010, p. 47). A AD e o COPEI alternar-se-iam no poder, com respeito às bases democráticas do pacto que fora firmado (VIZENTINI, 2003). A partir daí, a Venezuela experimentaria o início de sua efetiva inserção internacional e integração regional, com a entrada no Pacto Andino e na Comunidade Andina de Nações (CAN). Ao mesmo tempo, na década de 1970, veria a nacionalização seu principal gerador de divisas, o petróleo, a partir do governo de Rafael Caldera, do COPEI, eleito em 1968 - a nacionalização seria firmada em 1975, no governo de Andrés Pérez. Entrementes, a nação venezuelana atingiria o auge de sua estabilidade econômica e política, com a pacificação dos partidos de esquerda e com a disparada dos preços internacionais do petróleo (TANCREDI *et al*, 2016). Neves declara que “a Venezuela era a rainha entre os países produtores, tendo sido, até 1979, o país com a maior produção acumulada desde o início das suas atividades de extração” (2010, p. 48).

O planejamento estatal se baseava na política de nacionalismo democrático levada a cabo pelo presidente Caldera em anos anteriores, conferindo autonomia à Venezuela para fixação do preço de seu petróleo, para a nacionalização de seu gás, dentre outros projetos. No

plano internacional, assim, o discurso venezuelano tinha forte base nacionalista e com busca de sua projeção regional, atuando junto a movimentos em favor do Terceiro Mundo, como o Movimento dos Países Não-Alinhados, a criação do Sistema Econômico Latinoamericano (SELA, com sede em Caracas), e a ocupação de lugar de destaque na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O contexto da época, ainda, apresentava a Guerra das Malvinas entre Argentina e Inglaterra e a intervenção norte-americana em Granada. Diante das controvérsias no panorama mundial, a Venezuela reagiu com a formação do Grupo de Contadora, em 1983, cujo objetivo era a solução política para tensões sub-regionais. A articulação contou com a Colômbia, o México e o Panamá (VIZENTINI, 2003).

O grande fluxo de entrada de divisas, entretanto, ocasionou descontrole orçamentário. O déficit público crescia, bem como as dívidas interna e externa. Embora a entrada de capital atingisse níveis fabulosos, o investimento estatal em infraestrutura não ultrapassava 1% do PIB, legando à nação um Estado que subsidiava indiscriminadamente os bens essenciais de subsistência, como água, eletricidade e transporte. Em 18 de fevereiro de 1983, a crise da dívida pública explode, a moeda nacional é desvalorizada e é implantada uma política de controle cambial (NEVES, 2010). Junto a isso, os choques do petróleo derrubam os preços do barril a partir de 1986. Desse conjunto de fatores, resultou um processo inflacionário que colocaria a economia venezuelana em situação extremamente delicada. A elevação das taxas de juros, no início da década, acentuou a problemática da dívida externa. Vizentini pontua que, devido às iniciais vantagens da alta do preço do petróleo, a Venezuela conseguiu fazer frente ao agravamento da crise da dívida por um tempo maior, em comparação com os outros países da região. Em 1988, no entanto, foi obrigada a suspender o pagamento dos passivos internacionais (2003). Em reação à crise, o governo suspendeu o subsídio de serviços nacionais, levando a população às ruas em protestos contra as medidas de austeridade. As manifestações foram repreendidas com brutalidade, o que inflamou ainda mais os protestos por todo o país. Essa série de manifestações ficou conhecida como “Caracaço” (NEVES *apud* TANCREDI *et al*, 2016, p. 512).

Embora não seja o foco de análise deste trabalho, é interessante mencionar o alto grau de dependência da economia venezuelana em relação ao petróleo. Para isso, é necessário entender o petróleo como um bem de segurança e de interesse nacional, a partir da transformação da sociedade e da acumulação de capital proporcionada pelo mineral. Junto a isso, o seu emprego em equipamentos bélicos, com ênfase no caso de submarinos e de aviões, e no setor de infraestrutura de transportes, com destaque para as empresas automobilísticas.

Logo, o petróleo, principalmente a partir do início do século XX, passa a ser considerado não apenas um elemento complementar da economia, mas um fator sensível para os interesses nacionais (NEVES, 2010). A partir disso, o hidrocarboneto tornou-se agenda em fóruns internacionais e em questões diplomáticas, conduzindo, inclusive, à criação, em 1960, de um organismo especial para a discussão do manejo do produto pelos países com maiores reservas: a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). O aniversário da exploração do petróleo na Venezuela, para diversos autores, é o ano de 1917, quando a *Caribbean Petroleum Company*, uma subsidiária da *Royal Dutch Shell* - de capital anglo-holandês - passa a explorar um vasto campo produtivo na região do Lago de Maracaibo descoberto três anos antes, em 1914. Em 1922, seria descoberto outro poço quatro vezes mais produtivo. Em 1937, o petróleo representava cerca de 30% da pauta de exportações da Venezuela, atingindo 95% em 1948. Diferentes companhias internacionais, com isso, passam a se interessar pela região, chegando a mais de cem em 1931 (NEVES, 2010). Os recursos fiscais provenientes do petróleo passariam a ser utilizados pelo Estado para o pagamento da dívida externa e interna e, entre o final da década de 1950 e o início da de 1960, o governo passa a restringir as concessões de exploração do produto. Como fundamentam Tancredi et al, os países da OPEP se organizaram em uma ação coletiva para exercer controle sobre a produção mundial de petróleo e enfraquecer os grandes cartéis privados, em um plano de segurança e de interesses nacionais. Ocorre, dessa forma, o primeiro dos choques do petróleo, em 1973, que alterou a relação do mundo com a estrutura produtiva do hidrocarboneto a partir da estatização de empresas petrolíferas (2016). Funda-se a estatal *Corporación Venezolana del Petróleo* (CVP) e, mais tarde, em 1976, toda a produção é nacionalizada. Para isso, cria-se outra companhia, a *Petróleos de Venezuela* (Petroven), que, posteriormente, transformar-se-ia na *Petróleos de Venezuela Sociedade Anónima* (PdVSA). Mesmo que a produção estivesse centrada na mão estatal, a logística para transporte do produto ainda era de propriedade estrangeira. Para fugir ao preço dos cartéis internacionais de companhias petrolíferas, a PdVSA, como representante do Estado, passou a negociar diretamente com outros Estados. A taxa para pagamento de *royalties* chegou a 16% e, a partir da década de 1980, com a crise da dívida externa e do déficit público no Estado venezuelano, foi readmitido o ingresso de capital privado na produção, a fim de garantir a competitividade da empresa. Para atrair novos investimentos, a taxa de *royalties* foi reduzida para 1%. A PdVSA, gradativamente, ampliou sua malha de negociações, passando a dialogar diretamente com outras companhias, muitas vezes, sem

levar em consideração políticas estratégicas do governo, o que teria feito com que ela se tornasse uma espécie de “Estado dentro do Estado”, como afirma Neves (2010, p. 58).

A dependência da economia venezuelana em relação à exportação de *commodities*, especialmente a de petróleo, é uma de suas características estruturais, acompanhada de uma baixa taxa de investimento do país (TANCREDI *et al*, 2016). Em linhas gerais, os investimentos públicos tornaram-se, ao longo das décadas, dependentes da renda proveniente das exportações de petróleo, subjugando o sucesso destes ao desempenho internacional do produto. Um dos fatores responsáveis por isso foi o *boom* das *commodities*, que ocasionou aumento de renda nas camadas sociais inferiores, a um aumento considerável do nível de vida e ao crescimento de uma classe média na Venezuela. Em contrapartida, o crescimento de divisas não acompanhou proporcionalmente o investimento na infraestrutura do país, sendo o primeiro maior do que o segundo. Ao mesmo tempo, a economia de extrativismo gerou um tipo de “vício” que, pela alta lucratividade, não incentivou a diversificação de atividades produtivas (TANCREDI *et al*, 2016).

3.3 O CHAVISMO

O baixo clero dos oficiais militares também foi atingido pela insatisfação. Em 1992, estes tentam um golpe de Estado, falho, sendo um dos líderes o tenente-coronel Hugo Chávez. André Pérez, o então presidente, sofreu impeachment em 1993, devido a denúncias de corrupção, o que colaborou ainda mais para o desgaste político. Em 1994, Rafael Caldera ganha as eleições, “pondo fim ao revezamento entre AD e Copei (com a ressalva de que ele tinha sido até então a principal figura do Copei) e, de certa forma, ao Pacto de Punto Fijo” (NEVES, 2010, p. 51).

Hugo Chávez intensifica seu processo de articulação política a partir de 1994, após um indulto aos rebeldes de 1992. O tenente-coronel funda o partido *Movimiento Quinta República* (MVR), articula alianças com outros partidos de esquerda da Venezuela e, no pleito de 1998, é eleito presidente da república com 56% dos votos (TANCREDI *et al*, 2016). A eleição de Chávez punha um fim definitivo ao Pacto de Punto Fijo, caracterizado pela alternância de poder entre AD e Copei, por um investimento massivo em infraestrutura e pelo aprofundamento da dependência da economia venezuelana em relação ao petróleo. Instalava-se, assim, a Quinta República (NEVES, 2010).

A ascensão de Chávez ocorre em meio a uma inflação desenfreada, à desvalorização cambial, falências generalizadas e a uma queda no nível de vida da população, como enumera Neves (2010). Além disso, a credibilidade dos governos anteriores encontrava-se desgastada devido a acusações de corrupção, bem como o próprio descontrole das contas públicas e o aumento da dívida externa. A economia venezuelana e o subsídio de bens essenciais, como a água e a eletricidade, fortemente atrelados ao capital proveniente do petróleo, experimentaram desfalques na ocasião dos choques do petróleo, ainda sentidos no começo da década de 1990 no país. A conjuntura apresentava um esgotamento do modelo neoliberal e a necessidade do que Chávez chamava de “renascimento institucional” (NEVES, 2010, p. 65). Dessa forma, Renata Oliveira afirma que

É consenso que o distanciamento político de Chávez com relação à política tradicional, e sua postura anti-sistêmica e crítica das reformas neoliberais, foram os fatores responsáveis pela sua vitória eleitoral. A ascensão de Chávez deu início a um período marcado por intensa mobilização política, apelo às massas, politização da sociedade, aliança cívico-militar que dá sustentação ao regime e a resistência à dominação norte-americana (OLIVEIRA, 2011, p. 66).

Oliveira também relata que o desafio maior de Chávez não era demover as instituições venezuelanas então estabelecidas, mas sim, elaborar uma nova institucionalidade (2011). Logo após a posse, o tenente-coronel realiza um referendo e convoca uma Assembleia Constituinte, em que seus aliados conquistaram 125 das 131 cadeiras disputadas. Com o processo, passou a ser garantido à população o acesso a direitos como saúde e específicos para minorias indígenas. Ao mesmo tempo, modificou-se o então Congresso para uma Assembleia Nacional unicameral - em supressão ao Senado e à Câmara -, bem como da Corte Suprema para um Supremo Tribunal de Justiça. O nome do país também foi modificado para República Bolivariana da Venezuela (TANCREDI *et al*, 2016). Chávez chega ao poder em meio ao forte descontentamento com a democracia puntofijista, realizando, em seu governo, um rompimento com a tradição neoliberal vigente nos anos anteriores, em favor de diversas reivindicações sociais (MORAES, 2010, p. 14 *apud* OLIVEIRA, 2011).

Chávez ascende com a proposição de mudança do regime democrático da Venezuela, em postura favorável à formação de organizações políticas não tradicionais, o que, definitivamente, rompeu com a organização dos velhos partidos políticos e com a ordem estabelecida desde 1958. Eleito com 56% dos votos, o governo de Chávez aproveitou a grande popularidade para remover a antiga elite do poder e transformar a relação das

instituições do Estado entre si e com a sociedade. Entrou em curso, assim, a nova constituição, que ampliou o tempo de mandato presidencial de cinco para seis anos, admitiu a possibilidade de reeleição e colocou a prerrogativa de promoção de oficiais militares sob o poder do presidente da república. Moreira analisa que

a proposta de Chávez apontava para uma reforma radical no Estado, combate à corrupção, promoção da democracia participativa e mais transparência. No plano econômico, propunha diminuir a dependência do petróleo, por meio da diversificação produtiva, com estímulos à industrialização e à agricultura (MOREIRA, 2018, p. 58).

Hugo Chávez colecionou algumas vitórias no poder legislativo, tendo como um de seus bastiões a Assembleia Nacional Constituinte que propusera após a chegada ao poder. Essa assembleia, como aponta Moreira, simbolizou o afastamento de integrantes da AD e do COPEI dos âmbitos governamentais e o fortalecimento dos poderes do presidente da república. O sucesso do projeto de afastamento das antigas elites do governo ocorreu em função das diversas manobras perpetradas, pela grande popularidade do presidente e pela formação de maioria na Constituinte (MOREIRA, 2018).

Os setores da política tradicional, logicamente, reagiram de maneira negativa às novas medidas. O ápice ocorreu em 2002. Sobre a ocasião, Moreira discorre:

O estopim que resultou na ampla mobilização de setores da oposição política, a classe empresarial e autoridades do setor petrolífero foi a publicação de quarenta e nove decretos ao amparo da lei habilitante aprovada pela Assembleia Nacional em novembro de 2001. A aprovação ocorreu em bloco, sem qualquer consulta aos setores interessados (...) (2018, p. 63) .

As medidas desagradaram ao empresariado - majoritariamente reunido na *Federación de Cámaras y Asociaciones de Comercio y Producción* (FEDECAMARAS) -, aos proprietários de terras, ao setor petrolífero e de pesca industrial, à mídia e aos sindicatos ligados aos partidos tradicionais. O discurso da oposição era de que o governo ameaçava a propriedade privada - garantida pela constituição - e encaminhava a Venezuela para um *regime comunista*, inspirado em Cuba (MOREIRA, 2018). A política do país se polarizava, e quando Chávez anunciou em rede nacional a demissão de toda a cúpula da PdVSA, a FEDECAMARAS e a *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) anunciaram manifestações que terminaram de forma violenta. Um golpe de Estado afastou Chávez em 11 de abril de 2002 e conduziu à presidência Pedro Carmona, presidente da FEDECAMARAS, que dissolveu a Assembleia Nacional e formou uma junta governista provisória. (MOREIRA,

2018). Porém, 48 horas após o golpe, Chávez retornou ao poder. Estabeleceu-se, a partir daí, uma nova relação entre o governo e a oposição que explicaria boa parte das relações políticas da Venezuela nos anos seguintes. Sobre as consequências do episódio, Moreira resume:

O início de um período de maior estabilidade viria após a vitória de Chávez no referendo revogatório, realizado em 15 de agosto de 2004, que envolveu longo processo de diálogo entre governo e oposição, mediado pela OEA e pelo Grupo de Amigos da Venezuela desde o golpe de 11 de abril. A confirmação da permanência de Chávez na presidência inaugurou uma nova etapa do período iniciado em 1999. O presidente se consolidou no poder, ao mesmo tempo em que a oposição se debilitou e passou a ser estigmatizada pelo governo como golpista. Após um interregno de instabilidade de mais de dois anos, o fortalecimento da posição de Chávez o permitiu retomar seu projeto de hegemonia política em situação ainda mais favorável àquela do início de seu mandato (MOREIRA, 2018, p. 65).

Igualmente importante é a identificação que Chávez desenvolveu com o povo venezuelano. Isso se transformaria em uma marca fundamental de seu governo, a base para seu discurso oficial e, como afirma Moreira, para a “construção de uma narrativa de indispensabilidade do líder para o desenvolvimento do país” (2018, p. 66). A maneira personalista de condução do governo refletiria na concentração de poder em torno do presidente e a uma progressiva deterioração das instituições do Estado. O próprio autor afirma: “A política externa a partir de 2004 refletiu uma visão de mundo pessoal de Chávez” (2018, p. 100), apoiada no contexto pós-Guerra Fria de transição de um mundo bipolar para um multipolar. Esta transição ainda trazia um ator como o preponderante em termos econômicos e militares: os Estados Unidos.

Na visão de Chávez, os EUA exerciam um poder hegemônico que necessitava ser equilibrado. É nesse sentido que os esforços da nova política exterior se dirigiram a construir novos pólos de poder, com o propósito de conter a hegemonia norte-americana (MOREIRA, 2018, p. 100).

As medidas práticas de uma política externa nesse tom, de acordo com Vizentini, foram um tensionamento das relações venezuelanas com os Estados Unidos, à medida que se estreitavam as com Cuba, o aprofundamento dos laços comerciais e diplomáticos com China, Iraque - com uma visita, inclusive, ao então presidente Saddam Hussein, inimigos dos EUA - e Irã, a proibição de voos “antidrogas” de aeronaves norte-americanas sobre o espaço aéreo da Venezuela e o aumento do preço do petróleo produzido pelo país. Tais medidas desagradaram os EUA, o maior investidor estrangeiro na Venezuela, sendo esta a principal fornecedora de petróleo para os Estados Unidos, que consideram o país latinoamericano como um sócio

estratégico. As medidas empregadas por Chávez, sem rodeios, representavam uma antítese ao Consenso de Washington (VIZENTINI, 2003).

Após diversas crises políticas - em que, inclusive, a oposição a Chávez se reuniu em torno de uma entidade única, a *Coordinadora Democrática de Acción Cívica* (CD) - e um referendo que colocou em xeque a continuidade do mandato, a ordem política se estabilizou na Venezuela, o petróleo se valorizou e o estadista saiu fortalecido e com aclamação popular, especialmente a partir de 2003. Pôde-se, assim, colocar em prática alguns eixos da política chavista, marcada, de acordo com Lima, por

(...) três eixos fundamentais, sendo eles: a correção da injusta distribuição de renda e riqueza; superação do discriminatório acesso aos direitos humanos fundamentais como o acesso à saúde, educação, alimentação e moradia; e, por fim, o desenvolvimento de uma cidadania plena, eixos que, de fato, garantiriam maior mobilidade e organização popular no sentido de construção de uma nova ordem e dinâmica no país (LIMA, 2015, p. 8, apud TANCREDI *et al*, 2016, p. 516).

No quarto mandato consecutivo de Chávez, iniciado em 2007, é lançado o *Plan Nacional Simon Bolívar*, “formado por cinco eixos principais, denominados Cinco Motores rumo ao Socialismo” (NEVES, 2010, p. 69). Eles são: (1) a aprovação de uma lei que permita a Chávez legislar; (2) uma reforma constitucional que, dentre outros pontos, amplia o poder do Estado sobre o petróleo e o gás, permite a reeleição ilimitada e cria o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), aglutinando todas as forças de esquerda apoiadoras de Chávez; (3) inclusão de valores socialistas nas grades curriculares; (4) alteração da estrutura e do pacto federativo e (5) “explosão do poder popular”, que consiste na criação de mecanismos para ampliar a participação popular nas decisões governamentais (NEVES, 2010).

Quatro anos antes, em 2003, também foram lançadas as Missões Bolivarianas, que eram planos de desenvolvimento de áreas específicas com vistas ao progresso social. Dentre os pontos contemplados, estavam a saúde, a assistência social, a segurança alimentar, a educação e o desenvolvimento regional. O propósito das Missões não era somente suprir necessidades em áreas básicas com déficit de investimentos, mas reelaborar a estrutura social da Venezuela de forma que a país não se tornasse tão dependente da produção de petróleo. De uma maneira geral, as Missões obtiveram sucesso, ocasionando queda nos índices de analfabetismo e de indigência da população, por exemplo. O financiamento dos programas veio da renda obtida com o petróleo (TANCREDI *et al*, 2016).

A tentativa de propalar os ideais socialistas na Venezuela, como feito por Chávez, influenciou na retórica da direita conservadora nos anos posteriores à sua morte, com

acusações de o sistema socialista representar o caos político. Em 24 de setembro de 2019, em discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, o então presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, declarou que, sob um pretense socialismo, a população do país vizinho estava pobre e sem liberdade (VIEIRA, 2019). O período a que Bolsonaro se refere compreende a gestão de Nicolás Maduro, sucessor de Chávez após o falecimento deste, em 2013. E, a despeito das medidas desenvolvimentistas colocadas em prática por Chávez, a instabilidade na região permanecia devido a crises políticas, de infraestrutura e humanitárias. Como exemplo, em represália a opositores, a não-renovação da concessão do canal de televisão *Radio Caracas Televisión* (RCTV) em 2007. O canal, junto a outras três redes de televisão, engajou-se numa forte “campanha anti-Chávez” até 2002 (NEVES, 2010, p. 89). Além disso, em 2009 e 2010, a Venezuela sofreu uma grave crise energética provocada, principalmente, pelo fenômeno climático *El Niño*. O discurso da oposição foi de que o governo não investia no setor, e a população precisou entrar em regime de racionamento da energia. Pode-se citar, ainda, a problemática do sistema carcerário venezuelano, cujo ponto marcante foi a rebelião de mais de mil apenados na cadeia de *El Rodeo*, a 40 km de Caracas, e que deixou vítimas fatais (UOL, 2013). Acontecimentos dessa natureza, no futuro, contribuiriam para o endossamento de críticas com relação à Venezuela, como veremos mais adiante.

3.4 A ASCENSÃO DE MADURO, A CRISE E A AUTOPROCLAMAÇÃO DE GUAIDÓ

Hugo Chávez faleceu no dia 5 de março de 2013 vítima de um câncer na região pélvica. No ano anterior, Chávez fora eleito para seu quarto mandato. O artigo 233 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela reza que “quando houver falta absoluta do (a) presidente (a) da República (situação na qual se enquadra o falecimento) durante os quatro primeiros anos do mandato presidencial, deve ocorrer uma nova eleição presidencial” (TANCREDI *et al*, 2016, p. 518). Nesse entremeio, quem deve assumir interinamente é o vice-presidente da república. Assim, o então ocupante do cargo, Nicolás Maduro, assumiu o posto, empossado pelo presidente da Assembleia Nacional da Venezuela em oito de março de 2013.

Chávez escolhera Maduro para ser seu sucessor, nomeara-o para a vice-presidência e, desde então, vinha preparando-o para o exercício do cargo, dado que a situação com o câncer se agravara. É interessante citar que, na Venezuela, o vice-presidente não é escolhido diretamente pela população, em chapa com o candidato à presidência, mas sim, é escolhido

pelo presidente eleito depois da eleição. Em declaração à imprensa, Chávez recomendou o voto em Maduro, em uma de suas primeiras admissões públicas da possibilidade de morte:

Nicolás Maduro no sólo en esa situación debe concluir el periodo, como manda la Constitución, sino que mi opinión firme, plena como la luna llena, irrevocable absoluta, total, es que en ese escenario que obligaría a convocar a elecciones presidenciales ustedes elijan a Nicolás Maduro como presidente (CHÁVEZ apud PRIMERA, 2012).

Novas eleições foram convocadas para abril de 2013, e Maduro lançou-se como o candidato chavista contra Henrique Capriles, candidato da oposição e filiado ao partido *Primero Justicia*. Nas eleições de 2012, Capriles também fora o candidato da oposição contra Chávez, mas perdera por onze pontos percentuais. Já em 2013, o chavismo, representado na pessoa de Maduro, venceu o pleito por somente 1,49 ponto percentual, o que demonstrou um fôlego mais apertado na disputa política. A pequena margem de vitória levantou suspeições sobre a lisura do processo eleitoral. Capriles contestou na justiça o resultado e solicitou uma auditoria (BBC, 2013, *apud* TANCREDI *et al*, 2016). O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela deu início ao processo de apuração e Capriles convocava manifestações populares. É desse período a frase em que Maduro afirma que “está disposto a conversar até com o diabo” em nome da estabilidade do pleito e da Venezuela (G1, 2013). Maduro assumiu a presidência enquanto o processo de auditoria ainda estava em curso, em acordo com o resultado oficial das eleições, e se intensificava a violência dos protestos em oposição. Uma reunião extraordinária da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) foi convocada para discutir a instabilidade política no país, cujos efeitos já resultavam em oito mortes decorrentes das manifestações (G1, 2013).

Ao final da auditoria, o CNE anunciou estar correto o resultado das eleições. A oposição, no entanto, passou a questionar a legitimidade da auditoria e do próprio CNE, uma vez que este era, majoritariamente, composto por chavistas. Como demonstram Tancredi *et al*, as sucessivas contestações do pleito e das decisões judiciais acabou por contestar a legitimidade das instituições, ao passo que, para a oposição, o regime chavista feria a independência dos três poderes do Estado (TANCREDI *et al*, 2016). A Suprema Corte da Venezuela, em agosto de 2013, declarou a constitucionalidade da eleição de Maduro.

Um conjunto de problemáticas, principalmente a partir de 2014, contribuiu para uma deterioração do quadro geral da Venezuela. A queda do preço do petróleo ocasionou uma diminuição das divisas que fundamentavam o financiamento de programas sociais no país,

com recursos provindos, em sua maior parte, da PdVSA. A especulação financeira fez com que o bolívar, a moeda do país, se desvalorizasse, possibilitando o surgimento de um mercado paralelo e a adoção de duas taxas de câmbio. Aliada a uma política de controle de preços e de câmbio supervalorizado, a instabilidade política do país provocou a desconfiança internacional de investidores (TANCREDI *et al*, 2016). Em 2013, assim, a Venezuela passa a vivenciar uma hiperinflação que, cinco anos depois, em 2018, atingiria a marca de 130.060% ao ano, segundo dados oficiais do governo (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Ocorreu um aumento da dívida externa da Venezuela e uma diminuição na entrada de divisas petrolíferas. Ao mesmo tempo, uma queda no nível de importações ocasionou crise de desabastecimento de produtos básicos, como de alimentação e higiene, considerando que o país é dependente da produção externa.

A fim de controlar a situação econômica, a Assembleia Nacional aprovou, em 2013, a Lei Habilitante, que conferia a Maduro a possibilidade de governar por decretos durante 12 meses. A reação popular à medida foi extremamente negativa, com o início de uma escalada de manifestações de cunho violento e de repressão governamental. Em 2014, “houve mais de 9.286 protestos (média de 26 por dia) que, só até junho daquele ano, já totalizavam 3.306 prisões, 973 pessoas feridas e 42 mortes (LA PATILLA, 2015, *apud* TANCREDI *et al*, 2016). Uma das prisões que gerou maior repercussão foi a do líder opositor Leopoldo López, que foi acompanhado por uma massa populacional na ocasião de sua entrega à justiça.

A comunidade internacional assistia, cada vez com mais apreensão, à escalada de violência no país, cujo governo, em 2015, autorizou o uso de armas letais contra a população revoltosa a fim de reestabelecer a ordem. A situação de colapso chamou a atenção de organismos como a UNASUL, a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Organização das Nações Unidas (ONU). O secretário-geral da OEA, Luís Almagro, chegou a afirmar que “as brisas do regime bolivariano, impulsionadas pelo madurismo e pelo regime cubano, trazem violência, saques, destruição e um objetivo político de atacar diretamente o sistema democrático e forçar interrupções nos mandatos constitucionais” (O GLOBO, 2019). Crises diplomáticas passaram a ser frequentes, em particular, com os Estados Unidos, acusados de estarem por trás das revoltas da oposição. Como resultado, o governo expulsou da Venezuela o corpo diplomático norte-americano. Também em 2015, a administração Maduro sofreu a primeira derrota em 17 anos nas eleições legislativas, em que a oposição conquistou a maioria das cadeiras. A já citada crise energética decorrente do *El Niño* era, também, mais um fator que deixava a Venezuela em situação de caos social, o que ocasionou

apagões, medidas de racionamento de energia, redução da semana laboral - que chegou a ser de dois dias úteis por semana - e até alteração do fuso horário. As investidas da oposição persistiam no sentido de retirar Maduro do poder, utilizando a Assembleia Nacional para medidas desde a redução do tempo de mandato presidencial até a convocação de um Referendo Revogatório (TANCREDI *et al*, 2016).

Nas eleições presidenciais de 2018, Maduro foi reeleito em um processo com mais de 50% de abstenção. O seu único adversário real era Henri Falcón, que imediatamente não reconheceu o resultado e exigiu uma nova eleição, acusando a situação de fraude (MOLEIRO, 2018). Finalmente, em 11 de janeiro do ano seguinte, o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, se autoproclamou presidente interino do país. Logo após o anúncio, os Estados Unidos reconheceram a decisão, e em nota, o presidente norte-americano Donald Trump afirmou que empregará “todo o poder econômico e diplomático dos EUA para pressionar pela restauração da democracia da Venezuela” (AFP, 2019). O presidente Brasileiro, Jair Bolsonaro, seguiu o posicionamento de Trump, em reconhecimento a Guaidó como o presidente legítimo do país vizinho. Em reação à autoproclamação, Maduro declarou que, na Venezuela, “não se rende ninguém, aqui não foge ninguém. Aqui vamos à carga. Aqui vamos ao combate. E aqui vamos à vitória da paz, da vida, da democracia” (G1, 2019). Engrossaram a lista de países que apoiaram a autoproclamação de Guaidó a Colômbia, o Paraguai, Peru, Canadá, Equador, Chile e até o secretário-geral da OEA. Por outro lado, em legitimação de Maduro, advogaram México, Rússia e Bolívia (*idem*, 2019). É o episódio da autoproclamação de Juan Guaidó, a reação do governo brasileiro em termos de política externa e a leitura da imprensa sobre os fatos que analisaremos a seguir.

4 NARRATIVAS MIDIÁTICAS E A AUTOPROCLAMAÇÃO DE JUAN GUIDÓ

Este capítulo objetiva delinear os princípios que regem a Política Externa Brasileira, principalmente no século XXI, e realizar estudos de caso, com material jornalístico selecionado dos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, a respeito dos episódios da reeleição de Nicolás Maduro e, principalmente, da autoproclamação presidencial de Juan Guaidó. Para tanto, resgata-se o contexto político brasileiro, a história das duas publicações e analisa-se a semântica da construção de discurso.

Neves define a história política da Venezuela, assim como a da maior parte das ex-colônias da Espanha na América Latina, como “marcada pela luta interna pelo controle do nascente Estado nacional, que significava também o controle sobre um aparato estatal herdado da Coroa Espanhola, bem como sobre as rendas tributárias, os cargos públicos e regulação das atividades econômicas” (2010, p. 60). Isso significa a presença constante não somente de grupos *caudillos* - cujas lutas englobam a organização em lideranças regionais, facções e acordos e desacordos com dominâncias que se formam -, mas de elites que competem pelo controle político e das instituições locais. Tais características, considerando os fatos do decorrer das duas décadas iniciais do século XXI, ainda se apresentam na disputa pelo poder da Venezuela. Em particular, entre os grupos de elite que compõe a faixa governista e a opositorista.

O colapso em curso na Venezuela tem como agravante a queda do preço do petróleo ocorrida em 2014 (TRAIANO, 2019). Com uma economia fortemente atrelada à geração de divisas com base petrolífera e à dependência de importações, o declínio da arrecadação provocou o desabastecimento de produtos básicos. A isso, somam-se a deterioração econômica - com uma inflação que, segundo projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI), pode chegar a 10.000.000% ao final de 2019 (TRAIANO, 2019) - e a uma crise energética que provocou racionamento pelo país. Manifestações populares, assim, foram convocadas pela oposição, com reação violenta por parte do governo, o que levou a acusações internacionais de violação dos direitos humanos. O ano de 2019 assistiu à autoproclamação de Juan Guaidó, o então presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, como o presidente do país.

As motivações para esse movimento tiveram espaço em 2018, com as eleições presidenciais que reelegeram Maduro, pela segunda vez, como presidente do país. Em um turbulento processo eleitoral, o sucessor de Chávez alcançou a vitória contra o candidato da

oposição, Henri Falcón, com 68% dos votos, contra 21% do adversário (BBC, 2018). O resultado eleitoral foi contestado perante o CNE, e manifestações populares foram convocadas em contrariedade ao chavismo. Na Assembleia Nacional, de maioria oposicionista, o ambiente era de insatisfação e, em 11 de janeiro de 2019, o então líder, Juan Guaidó, autoproclamou-se presidente da República Bolivariana da Venezuela, um dia após a posse oficial de Maduro como presidente reeleito. Em discurso na sede da ONU em Caracas, Guaidó jurou “assumir formalmente as competências do Executivo nacional como presidente interino” (TERRA, 2019). Imediatamente, os Estados Unidos reconheceram Guaidó como o presidente interino, além de países como Colômbia, Costa Rica, França, Argentina, Paraguai, Austrália, Portugal, Peru e o Brasil. Em apoio a Maduro, se pronunciaram Rússia, Cuba, China, Bolívia, Turquia, Irã, México, dentre outros (G1, 2019).

4.1 PRINCÍPIOS E BREVE HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO SÉCULO XXI

A política externa do Brasil, historicamente, é fundamentada em sólidos princípios elaborados desde a época da chancelaria do Barão do Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira, no início do século XX. Princípios, estes, que contribuiram para o prestígio internacional do país enquanto agente diplomático. Dentre eles, a intangibilidade da soberania, a solução de problemas limdeiros, a busca de uma supremacia compartilhada na região da América do Sul e um maior pragmatismo nas relações com os demais Estados (CERVO; BUENO, 2015).

A política externa do Brasil, no século XXI, surge em um panorama de retração do neoliberalismo na periferia mundial, concentrando-se nas relações entre Estados Unidos e União Europeia em cooperação política, geopolítica e econômica. A ordem da globalização se afasta de uma agenda preponderantemente neoliberal e passa a ser mediada pelos Estados, seu poderio militar e pelas empresas transnacionais. A nova fase da globalização compreende uma rede em que os diferentes atores, antagonistas ou não, se sentem interligados, sejam eles ricos ou pobres, desenvolvidos ou emergentes (CERVO; BUENO, 2015). Dessa maneira, os países emergentes passam a compartilhar de uma defesa da democratização da globalização, em contraponto ao imperativo do posicionamento norte-americano a respeito de democracia. O Brasil, como evidencia Amado Cervo, segue princípios de “soluções pacíficas” de conflitos e de “multilateralismo de reciprocidade” nas relações internacionais. Segundo o autor, esse

conceito trabalha com dois pressupostos: a existência de regras no sistema internacional, de forma que se evite uma disparidade de poder que beneficie as grandes potências, e a “elaboração conjunta dessas regras, de modo a garantir reciprocidade de efeitos para que não se realizem interesses de uns em detrimento de outros (CERVO; BUENO, 2015, p. 531).

Além disso, é preciso identificar o caráter integracionista da política externa brasileira. Essa perspectiva enquadra a integração como uma estratégia para a superação de dificuldades. Nesse sentido, visualizam-se as relações regionais do Brasil na articulação e associação a blocos, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e com colaborações com a União Europeia (UE). Ressalta-se a aversão do Brasil a tratados sem reciprocidade (CERVO; BUENO, 2015) - vide a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) idealizada pelos Estados Unidos, em meados da década de 1990, e rechaçada pelo Brasil.

Amado Cervo, a respeito da inserção internacional do Brasil no século XXI, divide a iniciativa em dois momentos: o de ascensão e o de declínio. O primeiro, segundo o autor, refere-se ao período dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva como presidente, e o segundo, ao primeiro mandato de Dilma Rousseff, sua sucessora. Cervo enumera alguns dos principais princípios de política externa empregados por Lula e que consolidaria uma posição estratégica ao Brasil, com prestígio diante da União Europeia, da comunidade árabe e latinoamericana, por exemplo. O autor descreve:

As estratégias de ação externa de Lula e Rousseff tanto convergem na forma quanto diferenciam-se pelo estilo e pelos resultados. Com efeito, a ascensão do Brasil como potência emergente durante a era Lula resultou de algumas estratégias externas conduzidas com entusiasmo pela sociedade. Foram elas: **globalismo; multilateralismo de reciprocidade** dos regimes que compõem a ordem internacional, especialmente no que diz respeito ao comércio, ao combate à fome e à promoção da igualdade entre as nações; **regionalismo cooperativo** na América do Sul; **internacionalização da economia** brasileira por meio da expansão para fora de empresas nacionais; reforço de poder via coalizões ao sul; enfim, política internacional de segurança baseada na **negociação de conflitos e não na intervenção** de potências superiores (CERVO; BUENO, 2015, p. 561, grifos nossos)

O Brasil, por meio dessa lógica de condução da política externa, foi alçado à posição de potência emergente, em que se destacam as iniciativas de articulação do grupo dos BRICS, (reunindo em cooperação as maiores potências emergentes do século XXI: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), de conclusão da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), de afinamento do acordo Mercosul-UE e, dentre outros, da participação brasileira no comando das tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

(MINUSTAH), como demonstra Cervo (2015). É preciso lembrar que tal lógica de política externa se insere no paradigma de Estado Logístico, que coloca a estratégia a serviço do desenvolvimento. O Estado que é Logístico não meramente presta serviços ou assiste aos diferentes atores do sistema impetrarem suas próprias dinâmicas - como a de mercado e a de inteligência -, mas, nesse paradigma, assume uma posição ativa do ponto de vista estratégico e de legitimação das atividades dos outros atores sociais e econômicos. No padrão logístico - iniciado, no Brasil, na administração de Fernando Henrique Cardoso e consolidada na de Lula -, não se admite que, diante das forças internacionais, os governos não possam governar (idem, 2015). A respeito das condições que favoreceram o estabelecimento do Estado Logístico, Amado Cervo aponta três:

a) a sociedade encontra-se em nível avançado de organização, com suas federações de classe articulando industriais, agricultores, banqueiros, operários, comerciantes e consumidores, condição que facilita a função de coordenação superior do Estado guiado pelo interesse nacional, soma dos interesses setoriais; b) a estabilidade política e econômica, que sugere associar a lógica da governabilidade interna com a lógica da governança global; c) o nível avançado dos agentes econômicos e sociais em termos de organização empresarial e competitividade sistêmica (CERVO; BUENO, 2015, p. 529).

A partir do primeiro mandato de Dilma Rousseff, o Brasil experimenta um declínio em relação ao progresso que vinha atingindo em termos de política externa, dada uma diminuição na capacidade de diálogo do Estado com a sociedade e com os diferentes atores do sistema - o diálogo com as múltiplas esferas é um pressuposto do paradigma logístico. Em virtude disso, o Estado se distanciou da sociedade e das lideranças corporativas e sociais, provocando uma ausência de posicionamento de representantes de instituições ligadas à política externa. Tais pontos, como explicam Cervo e Bueno (2015), levou ao aumento de críticas da sociedade, que estava mais preocupada com a situação interna do país do que com a externa, culminando nas manifestações populares de 2013. Entende-se, assim, que o governo Dilma Rousseff “deteriorou a qualidade do processo decisório e tolheu eficiência ao modelo de desenvolvimento que acoplava interno e externo mediante colaboração entre Estado e sociedade” (CERVO; BUENO, 2015, p. 562).

Não apenas isso, mas como consequência dessa falta de diálogo da esfera estatal com o restante da sociedade, um esgotamento de ideias-chave e de proposições proativas para a solução de problemáticas, bem como de iniciativas de inovação, acometeu o governo. No âmbito da política externa, o Brasil não apresentou uma política de comércio exterior efetiva, de maneira que encerrasse o ciclo iniciado por Lula na busca por um tratado global de livre

comércio no escopo da OMC - um ciclo conduzido de maneira mal-sucedida. Soma-se o fato de que a distância entre a sociedade e o Estado era incompatível com a internacionalização da economia brasileira, de forma que, sem esse diálogo, não era possível colher benefícios em teor de inovação tecnológica proveniente das cadeias produtivas globais. (CERVO; BUENO, 2015). A estagnação econômica interna levou a um desgaste do governo no plano interno - uma pesquisa encomendada ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) apontou que, em setembro de 2015, já no segundo mandato de Dilma, a taxa de aprovação da presidente pela população era de 9%, e a de reprovação, de 82%, por exemplo (IBOPE, 2015) -, paralelamente com o surgimento de impeditivos na dinâmica do regionalismo sul-americano. Estes impeditivos, dentre outros fatores, concretizados como a formação de blocos de oposição quanto à matriz econômica a ser empregada - se liberal ou industrialista -, à preponderância de projetos nacionais de desenvolvimento, em detrimento dos regionais, e a um esvaziamento de visões de mundo no sentido de concepções de desenvolvimento. Esse fatores levaram a um ofuscamento do Brasil no âmbito dos próprios BRICS, contando com a proeminência da Rússia e da China enquanto motores geopolíticos e econômicos.

Dificuldades também foram sentidas nas relações bilaterais do Brasil, que, especialmente no caso com os Estados Unidos, uma parceria histórica, estremeceram em termos de comércio e de projeção securitária. É necessário ressaltar que a visão brasileira a respeito da segurança internacional compreende, essencialmente, dois aspectos: a não intervenção em assuntos externos e a solução pacífica dos conflitos (CERVO; BUENO, 2015), o que confere ao Brasil uma posição de pacifista internacionalmente prestigiada. Além disso, a diplomacia brasileira também enfatiza a cooperação internacional para o fortalecimento das forças armadas, “a associação do conceito de desenvolvimento aos projetos de cooperação militar” (CERVO; BUENO, 2015, p. 564) e a manutenção da América do Sul como uma zona de paz. Os Estados Unidos já não compartilhavam da ideia multilateralista e da ideia de um Brasil globalista, assim como apresentavam resistência aos princípios brasileiros com relação à segurança internacional. Alguns episódios colaboraram para um clima de estranhamento na relação, como a tentativa brasileira de mediação da questão nuclear entre o Irã e a Turquia, em 2010, e da espionagem feita pela *National Security Agency* (NSA, Agência Nacional de Segurança, tradução nossa), contra Dilma, estabelecendo um fato negativo para a relação dos dois países.

O clima interno do Brasil se agravava no final do governo Dilma. Como explica Robert Putnam, as relações internacionais de um país são o resultado dos processos de confronto entre “dois níveis”: o interno e o externo. O primeiro se constitui de instituições e atores nacionais em luta por seus interesses dentro do território, sejam esses interesses em termos comerciais ou com ganho de capital político. No nível internacional, os diversos atores - estatais ou não estatais, indivíduos ou corporações - cujos interesses buscam maximizar os ganhos na barganha internacional. Nas palavras do próprio autor,

A luta política de várias negociações internacionais pode ser sutilmente concebida como um jogo de dois níveis. No nível nacional, os grupos dominantes perseguem seu interesse pressionando o governo a adotar políticas favoráveis a seus interesses e os políticos buscam o poder constituindo coalizões entre esses grupos. No nível internacional, os governos nacionais buscam maximizar suas próprias habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas das evoluções externas. Nenhum dos dois jogos pode ser ignorado pelos tomadores de decisão, pois seus países permanecem ao mesmo tempo interdependentes e soberanos. (PUTNAM, 2010, p. 151);

Numa ótica construtivista, como já visto, os interesses dos Estados e suas identidades são construídos pela interação entre os diferentes atores do sistema, assim como a apreensão de o que é a realidade é o resultado da explicação do significado social de algo. Como afirma Sarfati (2005, p. 269), “se queremos entender a realidade, devemos buscar explicá-la, pois entender sua constituição não altera a realidade”. Por exemplo, um banquinho, na ausência de uma cadeira, pode se tornar uma ao exercer a função de assento. Diz-se que o banco adquire o significado social de cadeira, apesar de, materialmente, não apresentar o formato clássico com quatro pernas e um encosto. No plano de política externa, de acordo com a metáfora de Putnam, esta se torna o resultado do processo de interação entre os agentes. Como se estivessem em um jogo, representando peças, os planos interno e externo seriam representados por dois tabuleiros, o internacional e o nacional. E, dentro de cada um, se posicionam os governantes como peças, cada qual com sua estratégia, linhas de ataque e de defesa, é estabelecida uma complexidade à medida que as duas equipes em confronto interagem. Putnam (2010) define esse jogo em dois estágios: primeiramente, uma barganha entre os negociadores e que leva a um acordo provisório (nível I), e em segundo lugar, as discussões em separado entre os grupos domésticos de apoio sobre ratificar e apoiar ou não o acordo em pauta (nível II).

A situação de deterioração econômica e de crise no diálogo do Estado com a sociedade levou a uma sucessão de crises de âmbito político no governo Dilma. O presidente da Câmara

dos Deputados da época, Eduardo Cunha, chegou a anunciar o “rompimento” com o governo e a declarar-se oposição (ALESSI, 2015). Para Angela Alonso, as manifestações contrárias ao governo Dilma Rousseff compreenderam três fases. Na primeira, denominada de “mosaico”, o foco inicial, puxado pelo Movimento Passe Livre, seria a insatisfação com o preço das passagens de transporte público, em 2013. Diante de uma resposta repressora por parte do governo, as manifestações tomaram proporções maiores, e novas pautas, difusas, provenientes de grupos sem ativismo prévio, começaram a ser agregadas, como o descontentamento com a situação dos sistemas de saúde, segurança e educação brasileiros, até a indignação com a corruptela no sistema político. Nas outras duas fases, chamadas de “patriota” (2014-2015) e a do *impeachment* propriamente dito, houve a materialização de uma oposição efetiva contra o governo, em que o Partido dos Trabalhadores (PT) passou a ser associado diretamente à corrupção (ALONSO *apud* SILVA, 2019). A crise institucional culminou com o impeachment, com Dilma se tornando a segunda chefe de Estado a sofrer um impedimento após a redemocratização do Brasil. Não é nosso objetivo neste trabalho desvendar as questões específicas que conduziram à queda do governo Dilma, mas, por ora, afirmar dois aspectos: imediatamente após o processo de impeachment, favoreceu-se a ascensão de governos ideologicamente orientados à direita no espectro político; e a política, em acordo com o que reitera Putnam, torna-se o resultado da interação dos agentes internos com os externos, o que explica, com a ascensão de um repúdio à esquerda e de um conservadorismo na sociedade brasileira, uma política externa mais crítica em relação à Venezuela.

Avritzer elenca com precisão os fatores da origem do conservadorismo em curso no Brasil a partir de meados da década de 2010:

Segundo Avritzer (2016), a origem da ascensão conservadora estaria na inconformidade de eleitores do candidato Aécio Neves (PSDB), derrotado por uma diferença de 3% dos votos em 2014, aliado ao aumento das expectativas do restante da população sobre o governo Rousseff. Considerando a crise econômica e os escândalos de corrupção, tais expectativas não se confirmaram, gerando uma desilusão generalizada. Tanto que a maior parte dos manifestantes em 2013 era de classe média ou alta – 49% deles tinham renda superior a 5 salários-mínimos (G1, 2013). Tal padrão foi mantido em 2015, com o adendo de que a maior parte dos envolvidos foi eleitora de Aécio Neves em 2014, percentual que atingiu 82% em um dos casos (DESIDÉRIO, 2013) (AVRITZER, 2016 *apud* SILVA, 2019).

Com o afastamento de Dilma, Michel Temer, seu vice, assumiu a presidência do Brasil com uma agenda diferente da antecessora. Em termos de política externa, o governo petista seguiu o padrão de multilateralismo, de uma paradigma “logístico” para o Estado e de reação

cautelosa à instabilidade do sistema internacional. Adotamos aqui, para “política externa”, a proposição de Hill: “a soma de relações exteriores oficiais conduzidas por um ator independente (Estado) nas relações internacionais” (HILL, 2003 *apud* SILVA, 2019, p. 23). A gestão Temer, por outro lado, já iniciou com a ideia de ruptura com relação ao panorama anterior, impulsionada pelo contexto interno do Brasil. Sendo a política externa uma política pública, ela também reflete os interesses dos diferentes atores que objetivam atingir suas metas por meio da influência sobre os processos decisórios (OLIVEIRA, 2018). Putnam (2010, p. 151) descreve alguns desses atores: “em volta do tabuleiro doméstico e atrás do líder nacional, sentam-se figuras partidárias, parlamentares, porta-vozes das agências domésticas, representantes de grupos-chave de interesses e os assessores políticos do próprio líder”.

A política externa, portanto, refletiu os valores da nova formação conservadora do Brasil. Já em seu discurso de posse, o então ministro de relações exteriores de Temer, José Serra, plantou os novos parâmetros de política externa:

A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos **valores da sociedade brasileira** e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e **preferências ideológicas** de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e **jámais de um partido**. Essa nova política não romperá com as boas tradições do Itamaraty e da diplomacia brasileira, mas, ao contrário, as colocará em uso muito melhor. Medidas que, em outros momentos, possam ter servido ao interesse nacional, quero dizer, podem não ser mais compatíveis com as novas realidades do país e com as profundas transformações em curso no cenário internacional (BRASIL, 2016, grifos nossos).

Entende-se a nova proposta para o Itamaraty exposta por Serra como uma crítica direta aos governos petistas e ao próprio PT, em alinhamento com o que se chama de resgate dos valores tradicionais brasileiros. Não apenas isso, mas Serra também realiza, na segunda diretriz por ele chamada em seu discurso de posse, uma “defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos em qualquer país, **em qualquer regime político**, em consonância com as obrigações assumidas em tratados internacionais e também em respeito ao princípio de não-ingerência” (BRASIL, 2016, grifo nosso). Por esse trecho, compreende-se uma crítica indireta à Venezuela, que, para Silva (2019), representou o ponto máximo de diferenciação da política externa de Temer em relação à de Dilma:

A diferença é clara na retórica, mais efusiva no governo Temer, para a satisfação dos setores sociais diversos (especialmente os populares) que foram contrários aos governos do PT e associaram o governo de Nicolás Maduro às políticas petistas, à corrupção e, obviamente, ao “bolivarianismo” (SILVA, 2019, p. 34).

Não somente, mas a política externa do Itamaraty sob José Serra procurou descolar-se da petista e a criticar a Venezuela, pois, para Casarões, “ataca frontalmente o legado petista e atrai o eleitorado anti-PT” (CASARÕES *apud* RIZZI, 2017). A mídia demonstrou um papel fundamental na legitimação da política externa pós-PT perante a sociedade brasileira, legando à opinião pública uma agenda a respeito de temas sensíveis.

Em outubro de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil alavancado por uma pauta conservadora antipetista e com o mote de moralização do Estado e da sociedade. Antes da posse do novo governo, a especulação a respeito de como seria a política externa envolveu declarações de Bolsonaro sobre uma suposta mudança da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém - a exemplo da medida adotada pelo presidente dos EUA, Donald Trump, no mesmo ano -, tensionamentos com a China e a crítica a uma suposta ideologização do Itamaraty. A proposta era de uma mudança radical na diplomacia brasileira, que, para Pedro Costa (2018), poderia trazer sérias consequências para as relações exteriores do Brasil, dado um prestígio alcançado ao longo de décadas:

O Itamaraty é uma espécie de transatlântico. As mudanças são lentas, pesadas, mas o presidente eleito deixou claro que faria uma ruptura séria na política externa e vejo que isso é sincero. (...) Mesmo que venha outro governo, um choque de confiabilidade é algo que custa caro e demora para ser revertido e isso será decisivo (RUIC, 2018).

Dentro da previsão de mudanças, também se considerou uma diferença em relação ao histórico multilateralismo desenvolvido pelo Brasil. Para Denise Holzacker, como explica Ruic (2018), essas mudanças mais óbvias “(...) são a aproximação dos Estados Unidos e a preferência por arranjos bilaterais. Esses são pontos nos quais o Brasil tem uma tradição histórica divergente: o não alinhamento e a aposta no multilateralismo”. A suposta “moralização” da sociedade brasileira não tardaria, também, em atingir a diplomacia, acusada de promover o que o ministro de relações exteriores de Bolsonaro, o diplomata Ernesto Araújo, chamou de “marxismo cultural”. Sob a gestão de Araújo, o Itamaraty passou a criticar o chamado “globalismo”, na esteira da “desideologização” da política externa. Em artigo pessoal publicado na revista conservadora norte-americana *The New Criterion*, o novo ministro disserta sobre esse “globalismo”:

(...) o sistema entou a ária globalista sem perder uma nota. Ajudou a transferir poder dos EUA e da aliança ocidental para a China; favoreceu o Irã; trabalhou

incessantemente para levantar uma nova cortina de ferro socialista sobre a América Latina, favorecendo governos ou partidos de esquerda na Argentina, Venezuela, Equador, Bolívia, Chile, Colômbia, Peru, Paraguai, Uruguai, República Dominicana, Nicarágua, Honduras e, é claro, em Cuba. (...) O país passou por um falso liberalismo econômico nos anos 1990, até alcançar o globalismo sob o PT: o marxismo cultural governava por dentro um sistema aparentemente liberal e democrático, construído por meio de corrupção, intimidação e controle de pensamento (ARAÚJO, 2019).

Na prática, a gestão do Itamaraty encampou a crítica da desideologização. Já no discurso de posse como ministro das relações exteriores do Brasil, Araújo afirmou que “o Itamaraty existe para o Brasil, não existe para a ordem global. O Itamaraty existe para o Brasil, não existe para si mesmo”, em um anseio nacionalista. Utiliza o espaço para definir com mais ênfase o globalismo:

O globalismo se constitui no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provém da mesma raiz etimológica e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda. Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, são os mesmos que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta. Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura (BRASIL, 2019).

O ministro também exalta a liberdade existente em Israel e nos Estados Unidos, sob o ponto de vista que essas seriam nações cuja luta pelos valores nacionais mobilizam o clamor da pátria. Abertamente, realiza crítica específica à Venezuela e a um suposto alinhamento de países latinoamericanos com a organização de esquerda Foro de São Paulo - em contradição com a política externa “sem viés ideológico” pregada pelo governo Bolsonaro, e em abandono à posição mediadora outrora adotada pelo Brasil. Na qualidade de ministro de Estado, os efeitos práticos do discurso demonstram a o posicionamento da instituição à frente da qual estará. “Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo. (...) Admiramos os que lutam contra a tirania na Venezuela e em outros lugares” (BRASIL, 2019). Mesmo representando um distanciamento da Política Externa Brasileira (PEB) petista, o antecessor de Araújo, Aloysio Nunes, mantivera os princípios de multilateralismo e de não alinhamento historicamente executados pela PEB. Em nosso olhar, a chancelaria de Bolsonaro, ao contrário, é taxativa no alinhamento com potências externas - em especial, os Estados Unidos e Israel - e no ideologismo que afirma combater.

4.2 ESTUDOS DE CASO: ANÁLISE DE PRODUÇÕES DOS JORNAIS O GLOBO E FOLHA DE SÃO PAULO

No caso da Venezuela, faz-se necessário analisar material jornalístico a fim de identificar as narrativas midiáticas contadas, fato do qual, na perspectiva da diplomacia midiática, se valem os governos na legitimação da política externa. Para tanto, opta-se pelos jornais Folha de São Paulo e O Globo. A escolha desses veículos específicos ocorre devido à abrangência nacional, à credibilidade e à importância atribuída às suas publicações em âmbitos governamentais e na formação da opinião pública brasileira.

4.2.1 A Folha de São Paulo

Com sede na cidade de São Paulo, a Folha de São Paulo foi fundada em 19 de fevereiro de 1921 por um grupo de jornalistas liderado por Olival Costa e Pedro Cunha, e na época, era chamada de Folha da Noite. A publicação buscava atingir o público vespertino da classe operária e das classes médias urbanas. Em 1925, foi lançada a versão matutina da publicação, a Folha da Manhã. Seis anos depois, em 1931, as publicações sofreram uma mudança em sua linha editorial, com a compra por Octaviano Alves de Lima, Diógenes de Lemos e Guilherme de Almeida, e passaram a defender os ideais dos produtores rurais paulistas (FOLHA DE S. PAULO, 2006).

Em 1945, essa fase foi encerrada, com o controle acionário da empresa passando para José Nabantino Ramos, que modificou a razão social para Empresa Folha da Manhã S.A. e sua política editorial, que foi direcionada para as classes médias urbanas de São Paulo. Quatro anos depois, foi criada a Folha da Tarde. Em 1960, os três jornais foram fundidos em um, sob o nome de Folha de S. Paulo. A partir de 1962, os empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho assumem a administração, com a missão de reequilibrar as contas. (FOLHA DE S. PAULO, 2006). Investimentos passam a ser feitos na redação do jornal, em proposta de modernização da redação e do processo produtivo do jornal, e no final da década de 1960, era o pioneiro no sistema de impressão off-set a cores. Já em 1983, era o primeiro jornal da América do Sul a informatizar a sua redação (FOLHA DE S. PAULO, 2019). Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), a Folha é o jornal brasileiro com maior tiragem e circulação, atingindo a marca de 292.331 edições digitais e impressas em novembro de 2017 (IVC *apud* FOLHA DE S. PAULO, 2019).

A Folha se caracteriza como um jornal “crítico, pluralista e apartidário” (idem, 2006, p. 17), cuja independência e pluralismo de ideias se ligam à agenda de construção da democracia. Defende posições liberalizantes em termos econômicos, políticos e de costumes, ao passo que atenta para uma dimensão analítica e opinativa de iluminar os fatos. A partir de 2017, inclui também a defesa explícita do jornalismo profissional como combate à propagação de notícias falsas (*fakenews*). O projeto editorial do jornal preza o desatrelamento de doutrinas e alinhamentos ideológicos com grupos políticos, de pressão ou governos, ao mesmo tempo em que considera essencial a veracidade do material produzido. (FOLHA DE S. PAULO, 2019). A publicação, no entanto, já se envolveu em polêmicas em relação à defesa da ditadura militar brasileira, ocasião em que aderiu às Marchas da Família com Deus pela Liberdade - de acordo com Juremir Machado da Silva, organizadas com apoio dos Estados Unidos em defesa de estruturas arcaicas (SILVA, 2014) -, fez críticas ao então presidente, João Goulart, e publicou editorial em que, explicitamente, defendeu o regime, em 1971: “(...) o pior do terrorismo é não compreender que no Brasil não há lugar para ele. Nunca houve. E de maneira especial não há hoje, quando um governo sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social - realidade que nenhum brasileiro lúcido pode negar, e que o mundo todo reconhece e proclama.” (FOLHA DE S. PAULO *apud* SILVA, 2014, p. 121).

A mais recente polêmica da Folha sobre o tema refere-se a 2009, quando o jornal utilizou o termo “ditabranda” para se referir ao regime militar brasileiro no editorial “Limites a Chávez” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009). Após uma repercussão negativa na sociedade civil, o diretor de redação, Otávio Frias Filho, publicou uma nota de retratação parcial, em que admite que a Folha errou, mas que o regime brasileiro tenha sido atenuado em relação aos países como Argentina, Chile e Cuba (FILHO *apud* FOLHA DE SÃO PAULO, 2009). No mesmo “Limites a Chávez”, a Folha teceu críticas ao regime chavista, legando a Hugo Chávez, então presidente da Venezuela, o papel de perpetuador do poder e de oportunista à frente de um país em inflação e ruptura institucional (2009).

4.2.2 O Globo

Fundado em 1925 pelo jornalista Irineu Marinho, o jornal O Globo foi o precursor do atual Grupo Globo, o décimo-sétimo maior conglomerado de mídia do planeta, segundo

relatório da empresa ZenithOptimedia de 2015 (ROSA, 2015). A publicação iniciou suas atividades no prédio do Liceu de Artes e Ofícios, no Largo da Carioca, no centro do Rio de Janeiro. 25 dias após o lançamento da primeira edição do jornal, Irineu Marinho faleceu, e o jornalista Eurycles de Mattos assumiu a direção dos trabalhos, enquanto o filho de Irineu, Roberto Marinho, passou a ocupar o cargo de secretário. Cinco anos depois, assumiu a presidência da publicação e iniciou a ampliação das atividades. Gradativamente, a empresa se expandiu para outros ramos da comunicação, com a inauguração da Rádio Globo, em 1944, da Rio Gráfica e Editora, em 1952 - responsável pela publicação de revistas de grande circulação -, da TV Globo, em 1965, da Globosat - rede de televisão por assinatura - em 1991, do Globoplay - serviço de streaming - em 2015, dentre outros produtos.

O jornal O Globo segue princípios definidos pelo conselho editorial do Grupo Globo, responsável pelo conselho da produção jornalística do conglomerado. Tal qual a Folha de São Paulo, o veículo busca a prática de um jornalismo independente, laico, ágil e correto, sob o ponto de vista factual - ou seja, que o fato reportado realmente tenha acontecido. Defende valores institucionais de apartidarismo e de isenção, em neutralidade diante de governos, grupos econômicos e igrejas. O Globo considera a democracia, o republicanismo, o respeito às liberdades individuais, aos direitos humanos, à ciência e à natureza, dentre outros, elementos fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. O jornal admite que não é possível atingir um nível de cem por cento de isenção, pois, “assim como a verdade é inexaurível, é impossível que alguém possa se despir totalmente do seu subjetivismo” (O GLOBO, 2019), embora recomende aos seus profissionais um esforço consciente entre os jornalistas e o veículo para atingir o nível máximo de isenção. Segundo a empresa, somente tem valor a informação dotada de isenção, correção e agilidade, e a visão de jornalismo que adota é a de atividade cujo propósito é produzir um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas (O GLOBO, 2019).

De acordo com Juremir Machado (2014), assim como a Folha, O Globo realizou defesa do regime militar brasileiro, quando entrou com o editorial “Ressurge a Democracia!” na edição de 2 de abril de 1964. A publicação celebrava a ascensão de uma ordem com poderio para frear a “ameaça comunista” de um iminente regime: “(...) Agora, o Congresso dará o remédio constitucional à situação existente, (...) sem que o poder do Estado volte a ser usado em favor da desordem, da indisciplina e de tudo aquilo que nos estava a levar à anarquia e ao comunismo” (O GLOBO, 1964 *apud* SILVA, 2014, p. 133). 49 anos depois, a retratação seria divulgada no site da publicação: “Já há muitos anos, em discussões internas,

as Organizações Globo reconhecem que, à luz da História, esse apoio foi um erro” (O GLOBO, 2013).

4.2.3 A reeleição de Nicolás Maduro

Diante de seus históricos e da grande circulação de suas produções junto à sociedade brasileira, opta-se, aqui, pela análise dos jornais O Globo e Folha de São Paulo em meios online como forma de identificar o imaginário desenvolvido pela mídia a respeito dos acontecimentos em curso na Venezuela. Em particular, no caso da autoproclamação de Juan Guaidó como presidente da Venezuela e da reeleição de Nicolás Maduro em 2018. Parte-se, aqui, como já visto anteriormente, do princípio de que a linguagem não é neutra e de que os meios de comunicação possuem um papel ativo na construção do imaginário junto aos fatos representados. Segundo Charaudeau, a construção do sentido do discurso sobre a realidade a ser comentada nunca é transmitida

(...) tal e qual à instância da recepção. Ela passa pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constitui em ‘mundo comentado’, dirigido a um outro do qual postula, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. (...) Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível (CHARAUDEAU, 2010, p. 95).

No dia 20 de maio de 2018, Nicolás Maduro foi reeleito para mais um mandato na presidência da Venezuela. A Folha (MAISONNAVE, 2018) anunciou a vitória com o título “Maduro se reelege em votação contestada dentro e fora da Venezuela”. Tanto no primeiro parágrafo quanto na linha de apoio da matéria, a publicação se refere a Maduro como “ditador”, acrescido de que, na segunda, também é citada a taxa de abstenção no pleito de 54%. Quanto aos efeitos da reeleição do chavista, a Folha é taxativa:

O triunfo de Maduro **diminui** as chances de a Venezuela reverter seu agudo processo de **deterioro**. Em recessão desde 2013 — e com uma hiperinflação de quase 14.000%, a **penúria** do país tem levado centenas de milhares de pessoas a emigrar, fugindo da **fome** e da **violência** (MAISONNAVE, 2018, grifos nossos).

O jornal destaca a baixa adesão ao pleito em diferentes parágrafos: “O dia foi marcado pela pouca presença de eleitores nos centros de votação, mesmo nos redutos chavistas”; “A

movimentação de eleitores era mínima no local pela manhã. A reportagem da Folha contou apenas 29 pessoas entrando no prédio do liceu entre as 8h03 e as 8h13”. Em contrapartida, o jornal tomou a frente narrativa dos fatos, transcrevendo frases do candidato da oposição, Henri Falcón, somente duas vezes. Já O Globo dá um destaque maior a Falcón, com transcrição literal de frases suas pelo menos em seis parágrafos do texto, além dos formados por discurso indireto das declarações do opositor. No mesmo dia, o jornal transcreve: “Violaram a Constituição e as leis... contabilizamos 12.711 pontos vermelhos muito próximos dos centros de votação — explicou Falcón” (FIGUEIREDO, 2018). A utilização do verbo “explicar” para delinear o dito por Falcón demonstra a opção de relegar a este a tutela do ato em curso, o que representa um desvio da publicação para um candidato em detrimento de outro. A própria redação do título da matéria centraliza não em Maduro o mérito pela reeleição, mas a um agente externo, o CNE: “CNE anuncia vitória de Maduro, e Falcón diz que não reconhecerá resultado das eleições”, diferentemente da Folha, que coloca sobre Maduro a responsabilidade da reeleição. As linhas de apoio mostram o enfoque que cada matéria concederá a cada um dos atores: a Folha (2018) vem com “Ditador recebeu dois terços dos votos, em pleito em que 54% do eleitorado não foram às urnas”, enquanto O Globo traz “Candidato ex-chavista considerou pleito ilegítimo e pediu nova votação 'sem trapaça” (2018). Para a primeira, o foco é a ação de Maduro, enquanto para o segundo, a opinião do candidato opositor a respeito de o que ocorria no processo eleitoral. A Folha dedicou uma notícia inteira à reação de Falcón ao resultado eleitoral no mesmo 20 de maio. Em “Candidato opositor diz que não reconhece processo eleitoral venezuelano”, o jornal busca acrescentar à reputação do candidato por meio da adjetivação de um fator científico, as pesquisas eleitorais locais:

Não reconhecemos este processo eleitoral. Para nós, não houve eleições, é preciso fazer novas eleições na Venezuela”, disse Falcón por volta das 21h40 locais (22h40 em Brasília), que liderava as pesquisas de opinião **mais reputadas** do país (MAISONNAVE, 2018, grifo nosso).

Habitualmente, Nicolás Maduro também é chamado de “ditador” nesta notícia. O texto faz uma dedução do pensamento do opositor no parágrafo seguinte, o que pode indicar um comprometimento da lisura e da idoneidade pregadas em seus princípios editoriais, além da discussão sobre o que é factual ou não: “Com a declaração, Falcón **praticamente admitiu** que obteve menos votos do que Maduro. O mandato presidencial é de seis anos” (idem, 2018,

grifo nosso). Em editorial publicado também no dia 20 de maio, a Folha argumenta que a vitória nas eleições venezuelanas ocorre quando o governo quer - chamado de “regime” pelo jornal, que cita Maduro como “ditador” novamente. “Entretanto nenhum venezuelano se arrisca a confiar em sondagens ou mesmo na genuína vontade popular, posto que o Executivo controla o Conselho Nacional Eleitoral, que referenda os pleitos”. O veredicto é dado pelo próprio título do texto: “A urna não decide” (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

Figura 1 – Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (Maduro reeleito)

VENEZUELA

Maduro se reelege em votação contestada dentro e fora da Venezuela

Ditador recebeu dois terços dos votos, em pleito em que 34% do eleitorado não foram às urnas

   



Nicolás Maduro segura o comprovante de votação logo após sair da manhã deste domingo (20) - Juan Barreto/APP

Fabiano Maisonnave

CARACAS Em votação marcada pelo baixo comparecimento e não reconhecida pelo seu principal adversário, o ditador venezuelano, Nicolás Maduro, 55, foi reeleito neste domingo (20) para um novo mandato de seis anos, segundo o CNE (Conselho Nacional Eleitoral).

Com 92,6% das urnas apuradas, o chavista obteve mais de 5,8 milhões, ou 68% dos votos válidos, contra pouco mais de 1,2 milhão (21%) para o opositorista Henri Falcón. Em terceiro, ficou o pastor evangélico Javier Bertucci, com 925 mil (11%).

A abstenção chegou a 34%. Na eleição presidencial anterior, em 2013, este percentual foi de 30,3%.

"Obrigado por me fazer presidente da República Bolivariana da Venezuela no período 2019-2025", disse Maduro, no discurso da vitória, no Palácio de Miraflores. "Quanto me subestimaram, e aqui estou."

A vitória oficialista ocorre apesar de o seu governo ter rejeitado pela maioria da população, segundo as pesquisas de opinião mais confiáveis, que colocavam o ex-chavista Falcón como favorito.

Pouco antes do anúncio do resultado, Falcón acusou Maduro de usar a máquina estatal para vencer o pleito. "Não reconhecemos este processo eleitoral. Para nós, não houve eleições, é preciso fazer novas eleições na Venezuela."

Em resposta, Maduro chamou o opositor de "falcón" por não aceitar a derrota. "É uma falta de respeito contra você, compatriota."

Com o resultado, o chavismo, no poder desde 1999, aparenta ganhar uma sobrevida, em meio à mais grave crise econômica da história venezuelana.

Fonte: Maisonnave, 2018.

Figura 2 – Fragmento de notícia de O Globo (Maduro reeleito)

CNE anuncia vitória de Maduro, e Falcón diz que não reconhecerá resultado das eleições

Candidato ex-chavista considerou pleito legítimo e pediu nova votação 'sem truques'

Jarvina Figueiredo e Ingrida Especial
20/05/2018 - 23:15 | Atualizado em 21/05/2018 - 09:12

[f](#) [t](#) [w](#) [l](#)

PUBLICIDADE



Nicolas Maduro, logo após o anúncio de vitória nas eleições deste domingo. Foto: Carlos Garcia Restrepo / Reuters

CARACAS — O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela informou na noite deste domingo que, segundo dados ainda não definitivos, o presidente Nicolás Maduro foi reeleito com 5,9 milhões de votos, superando amplamente seus rivais Henri Falcón (1,8 milhão) e Javier Bertucci (925 mil). De acordo com o presidente do CNE, Tibisay Lucena, com 92,8% do total de votos apurados a participação eleitoral foi de 48% e poderia chegar a 48%.

— Trata-se de uma tendência irreversível... pedimos que o voto dos venezuelanos seja reconhecido e respeitado — declarou Lucena, menos de uma hora depois de Falcón ter anunciado sua decisão de não reconhecer o processo eleitoral.

LEIA MAIS: [Artigo: Precisamos conversar sobre a Venezuela](#)

[Opositores denunciam irregularidades na votação na Venezuela](#)

[Crise na Venezuela faz mortalidade infantil aumentar 20,1% em um ano](#)

[Venezuela: 'Governos ditatoriais sempre tentam tragar', diz candidato Falcón](#)

A participação divulgada pelo CNE é a mais baixa numa eleição presidencial desde que o chavismo chegou ao poder, em 1999. E os votos obtidos por Maduro ficaram muito abaixo dos 7,8 milhões conquistados pelo presidente em sua primeira eleição, em abril de 2013, pouco depois da morte de Chávez. No total, de acordo com o CNE, neste domingo

Fonte: Figueiredo, 2018.

4.2.4 A reação brasileira e internacional

O governo brasileiro não reconheceu o resultado do processo eleitoral. No dia 21 de maio de 2018, ambos os jornais publicaram notícias destacando a contestação internacional do regime. O Globo não coloca a crítica brasileira no epicentro da notícia e menciona o posicionamento brasileiro como o de um integrante comum do Grupo de Lima - aliança

internacional composta por países de todo o continente americano com o objetivo de discutir a situação na Venezuela. Em um texto que se pode considerar de tom moderado em sua maior parte, o jornal adota principalmente a descrição dos fatos ao trazer os posicionamentos de diversas nações. Os pontos de maior inflexão são a exposição do pensamento norte-americano sobre o tema, que classifica a eleição na Venezuela como “farsa”, e do Grupo de Lima, com destaque para um posicionamento considerado “duro” e com a contundência do presidente chileno, Sebastián Piñera, a respeito: “A eleição na Venezuela não cumpre os padrões mínimos da verdadeira democracia”. O título da matéria é objetivo ao deixar o leitor a par do que está por vir: “Eleição de Maduro na Venezuela sofre rejeição internacional” (O GLOBO, 2018).

A Folha, diferentemente de O Globo, cita diretamente o posicionamento do Brasil acrescido do respaldo de outrem no título de sua matéria do mesmo dia: “Brasil e outros 13 países da região não reconhecem eleição na Venezuela.” Nota-se que, para O Globo, o protagonismo da chamada se volta para o processo eleitoral Venezuelano, e na Folha, para as críticas a este ao conferir atores que desempenham diretamente este papel de reprovação. Essa hipótese se confirma ao longo do texto, pois o jornal carioca foca-se no fator descritivo e sucessivo dos fatos e em dados técnicos como índices de abstenção e de votantes, enquanto a Folha torna o Grupo de Lima o protagonista da notícia ao fazer reprodução literal de trechos do comunicado emitido pela organização, bem como de frisar atitudes tomadas na subsequência e de endossar o posicionamento desta com comunicados de outras instituições. É o caso do Itamaraty, que “também emitiu um comunicado separado, em que reforçou as posições do grupo de Lima e disse que o pleito venezuelano não teve ‘legitimidade e credibilidade’” (FOLHA DE S. PAULO, 2018).

A exposição de trechos de declarações oficiais se configura como uma forma de tornar crível a notícia. Entretanto, escolha por esses trechos pode ser considerada um fator semântico em relação à política externa do país. No caso, em curso a de Michel Temer, pautada no seu ponto de ápice de diferenciação com a política externa petista pela crítica à Venezuela e ao regime chavista. No ponto de vista da diplomacia midiática em sua conceituação original, não seria o governo usando a mídia para a concretização de sua política, mas transformando os meios de comunicação em legitimadores, junto à audiência, das ações realizadas.

Figura 3 – Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (reação à reeleição)

VENEZUELA

Brasil e outros 13 países da região não reconhecem eleição na Venezuela

Governo de 14 nações anunciaram que vão chamar para consulta os embaixadores em Caracas

[f](#)
[t](#)
[w](#)
[v](#)

SÃO PAULO O governo brasileiro e outros 13 países anunciaram nesta segunda-feira (21) que não reconhecem a eleição presidencial venezuelana e que irão convocar seus embaixadores em Caracas para consultas.

Os representantes diplomáticos da Venezuela em cada um dos países também serão convocados para receberem um protesto oficial, diz a nota assinada pelas 14 nações que formam o Grupo de Lima — Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia, além do Brasil.

1 / 13 Eleições na Venezuela



O presidente Nicolás Maduro exibe seu documento após votar em Caracas. Ariana Cuevas/Associated Press

Lula Neto

Segundo o comunicado, os países "não reconhecem a legitimidade do processo eleitoral que teve lugar na República Bolivariana da Venezuela, concluído em 20 de maio passado, por não estar em conformidade com os padrões internacionais de um processo democrático, livre, justo e transparente".

"[Os países] Reiteram sua preocupação com o aprofundamento da crise política, econômica, social e humanitária que deteriorou a vida na Venezuela, o que se reflete na migração em massa de venezuelanos que

Fonte: Folha de S. Paulo, 2018.

Figura 4 – Fragmento de notícia de O Globo (reação à reeleição)

Eleição de Maduro na Venezuela sofre rejeição internacional

Governos estrangeiros não reconhecem resultado, poucos aliados celebram vitória do presidente

O Globo e Agência Internacional
21/05/2018 - 07:29 / Atualizado em: 21/05/2018 - 22:19



Apeladores do presidente venezuelano Nicolás Maduro comemoram reeleição. Foto: CARLOS GARCIA MARLINS / REUTERS

CARACAS - O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, foi alvo de novas pressões internacionais depois de o órgão eleitoral anunciar sua reeleição na noite de domingo, apesar das denúncias de irregularidades feitas pela oposição. O principal candidato opositor, o ex-chavista Henri Falcón, não reconheceu o resultado, e o pleito teve a menor taxa de comparecimento às urnas (46%) desde a eleição de Hugo Chávez, em 1998. Pelo menos cinco países — Argentina, Austrália, Canadá, Chile, Estados Unidos e México — não reconheceram a vitória de Maduro, e blocos regionais realizaram consultas para estudar posições conjuntas.

LEIA MAIS: Saiba quais são as irregularidades apontadas na eleição da Venezuela

CNE anuncia vitória de Maduro, e Falcón diz que não reconhecerá resultado das eleições

Entenda como o chavismo usa contribuições de assistência social para controlar o voto

Artigo: Precisamos reverter sobre como a crise na Venezuela tem impactado no Brasil

Entenda por que Maduro continua no poder na Venezuela

De total de 20,5 milhões de eleitores, 8,6 milhões votaram. Maduro, segundo o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), ficou com 5,8 milhões, contra 1,8 milhão do ex-chavista Henri Falcón e 923 mil do terceiro colocado, o pastor evangélico Javier Bertucci. A alta abstenção, de 54%, indica que muitos eleitores aderiram ao chamado da principal coalizão opositora, a Mesa da Unidade Democrática (MUD), por um boicote à votação, ou não acreditaram na lealdade do processo. Os votos recebidos por Maduro correspondem a 28% do total do eleitorado, valor próximo ao percentual de eleitores (20,3%) que se identificam como pró-governo, segundo uma pesquisa do Instituto Datafolia divulgada em meados deste mês. De acordo com essa pesquisa, 43,2% dos eleitores se identificam como independentes e 36% como opositores do governo.

Considerando a votação uma "farra", os Estados Unidos não reconheceram as eleições que dão um novo mandato de seis anos a

Fonte: O Globo, 2018.

4.2.5 A autoproclamação de Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela

A reeleição de Maduro permaneceu como ponto de tensão no restante de 2018, sendo alvo de críticas de uma gama de países e da OEA sob acusações de fraude. Em 11 de janeiro de 2019, o então presidente da Assembleia Nacional e um dos líderes da oposição ao chavismo, Juan Guaidó, se autoproclamou presidente da República Bolivariana da Venezuela. Já no título de sua notícia sobre o fato, a Folha deixa explícita a posição do Brasil: “Chefe do Legislativo se declara presidente interino da Venezuela; Brasil elogia”. Um pequeno

parágrafo do texto é dedicado à reação do Itamaraty ao ato, agora sob a gestão Bolsonaro: “Em comunicado divulgado na noite de sexta, o Itamaraty elogiou a decisão do deputado de se declarar presidente interino”. A Folha fornece boa parte do espaço de sua notícia para reproduções de falas de Guaidó, bem como da OEA, que apoia a autoproclamação do opositor. A respeito dessa organização internacional, tanto a Folha quanto O Globo dedicam um parágrafo a expor o posicionamento do secretário-geral Luis Almagro em favor de Guaidó. O Globo, ainda, adjetiva Almagro como “declarado inimigo de Maduro”.

A nota em questão divulgada pelo Itamaraty declara apoio a Guaidó e taxa o governo Maduro de ilegítimo:

O Governo brasileiro saúda a manifestação do Presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, de estar disposto a assumir constitucionalmente a Presidência da Venezuela, diante da ilegitimidade da posse de Nicolás Maduro no dia 10 de janeiro. O Brasil continua comprometido a ajudar o povo venezuelano a recuperar a liberdade e a democracia, e seguirá em coordenação com os demais atores imbuídos do mesmo propósito. O Governo brasileiro reitera ademais a importância do respeito à integridade, autonomia e independência do Tribunal Supremo de Justiça legítimo da Venezuela (BRASIL, 2019).

Percebe-se que o discurso oficial encontra respaldo no conteúdo publicado pela Folha. Mesmo que destaque frase de Guaidó em que afirma que Maduro é um usurpador do poder, a Folha oferece o contraponto, ao informar que “a Assembleia, porém, atualmente não tem força política para impor a decisão ao ditador. Desde 2017, a Casa na prática teve seus poderes retirados pelo regime e repassados para a Constituinte, controlada pelo governo” (COLOMBO, 2019). Falaremos mais a respeito das notícias sobre a nota do Itamaraty mais adiante.

Por outro lado, O Globo, já no título da matéria, não oferece certeza sobre a convicção de Guaidó, que somente diz estar apto ao cargo: “Líder da Assembleia desafia Maduro e se diz disposto a assumir Presidência”. O lide - primeiro parágrafo da notícia - não oferece a ordem factual típica do jornalismo, trazendo o protagonista da ação somente no final do parágrafo. No seguinte, afirma uma incerteza a respeito de Guaidó: “Guaidó, no entanto, admitiu que isso só será uma realidade se os venezuelanos saírem às ruas para apoiá-lo e os militares retirarem seu apoio a Maduro (...)”. A Folha também traz esse contrapeso na decisão do presidente da Assembleia Nacional, ao afirmar que “a Assembleia, porém, atualmente não tem força política para impor a decisão ao ditador. Desde 2017, a Casa na prática teve seus poderes retirados pelo regime e repassados para a Constituinte, controlada pelo governo”. O

valor da correlação entre os fatores apresentado pela Folha coloca a Assembleia em uma posição de vulnerabilidade e de injustiça.

Sequencialmente, a publicação paulista inicia o corpo do texto com a apresentação do fato, a autoproclamação em si. Em seguida, oferece o contraponto da fragilidade da Assembleia, contextualiza com citação à controversa eleição de Maduro, expõe duas reações internacionais de apoio a Guaidó (a do Grupo de Lima e a do Itamaraty) e dedica espaço para a exposição do pensamento do autoproclamado presidente, que invoca a legislação venezuelana em sua defesa. De um total de 18 parágrafos no texto, a Folha dedica nove a Guaidó entre transcrição literal de frases, explanação de fatos e da legislação citada. A notícia se encerra com mais um posicionamento internacional de apoio a Guaidó, o da OEA. Nota-se que não é oferecido o contraponto de nações que apoiaram Maduro, tampouco frases literais do próprio líder chavista.

Já O Globo apresenta um tom narrativo diferente da objetividade do texto jornalístico do estilo “notícia”. Invoca-se Charaudeau neste ponto:

o acontecimento é convertido em notícia através de um processo narrativo que o insere numa interrogação sobre a origem e o devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) de espessura temporal. E se é possível falar de blefe, é porque a narrativa se dá em detrimento da referencialidade do acontecimento, o qual, no entanto, fundamenta o contrato de informação. A palavra “blefe”, aqui, não está revestida de nenhuma conotação moral. No pôquer, o blefe faz parte da regra, a ponto de caracterizar esse jogo e diferenciá-lo de outros. Isso é dito e admitido. Para as mídias, é a mesma coisa, com a diferença de que não pode ser dito nem admitido. E, no entanto, é a melhor resposta que as mídias podem trazer à questão do tempo (CHARAUDEAU, 2010, p. 135).

O jornal carioca dedica a segunda metade do primeiro parágrafo para o fato em si exposto pelo título da notícia, a autoproclamação. Logo após, em tom de reportagem, já não mais de notícia, realiza flertes da oposição com a situação e de acontecimentos na Assembleia. O texto contextualiza a autoproclamação ao invocar a situação de violência nas manifestações públicas e de hiperinflação nacional. Na sequência, é subdividido em três seções: uma para o posicionamento de Maduro - que classificou a autoproclamação como “golpe tuiteiro” -, outra para as relações exteriores da Venezuela após o episódio e uma terceira exclusivamente para a diplomacia entre a Venezuela e o Chile (dado que o governo chileno de Sebastián Piñera, de direita, optara por não cortar relações com o país de Maduro). Em suma, O Globo realiza não uma notícia, mas uma reportagem para a autoproclamação de Guaidó e o contexto.

Ainda no dia 11 de janeiro, o Palácio Itamaraty divulgou a nota em que apoia a presidência autoproclamada de Guaidó. O Globo apresenta o fato no lide e demonstra que o opositor tem angariado apoio internacional por nomeação de alguns países. Os dois parágrafos seguintes se referem à transcrição de um trecho da nota e à apuração de mais um fato relacionado, trazendo a nova informação de que, mesmo que institucionalmente condene o governo Maduro, o Itamaraty não romperá as relações com a Venezuela. Encerra o texto, finalmente, com a declaração da Venezuela de que o então embaixador brasileiro titular, Ruy Pereira, era dado como *persona non grata* (OLIVEIRA, 2019), o que abre margem para a interpretação de que o Brasil sofrera um ataque diplomático. Já a Folha de S. Paulo abre a notícia apresentando como novidade a condenação de Maduro ser o primeiro ato do novo chanceler brasileiro, Ernesto Araújo. Na sequência, entre dois parágrafos de transcrição literal de trechos da nota, o jornal insere outro de contextualização sobre Maduro, mas o tom adotado é explicitamente negativo: “Maduro **esvaziou** a Assembleia Nacional, controlada pela oposição, substituindo-a na prática pela Assembleia Nacional Constituinte, eleita também sob suspeita de **fraude**” (BILENKY, 2019, grifos nossos). Em prosseguimento, Maduro é chamado de “ditador”, e suspeitas de irregularidades são taxadas de “fortes”. Por fim, é exposto o rechaço do Grupo de Lima a Maduro e a “legitimidade” que a organização considera a Guaidó. A adjetivação dos atos do chavista, acrescidos da defesa de Guaidó, em seguida, conduzem a uma conclusão negativa a respeito do governo de situação e, principalmente, positiva com relação ao opositorismo.

Figura 5 – Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (autoproclamação)

VENEZUELA

Chefe do Legislativo se declara presidente interino da Venezuela; Brasil elogia

Juan Guaidó disse que Constituição o autoriza a fazer isso e pede respaldo popular

[f](#) [t](#) [u](#) [v](#) [w](#) [x](#) [y](#) [z](#)



Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, discursando em Caracas - Yuri Cortes/APP

Drívila Colombo

NOVOS AISSAS O deputado Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, se declarou presidente interino do país, um dia após o ditador Nicolás Maduro tomar posse para iniciar o novo mandato.

O anúncio foi feito nesta sexta-feira (11) no escritório da ONU (Organização das Nações Unidas) em Caracas.

A Assembleia, porém, atualmente não tem força política para impor a decisão ao ditador. Desde 2017, a Casa na prática teve seus poderes retirados pelo regime e repassados para a Constituinte, controlada pelo governo.

Guaidó, 35, foi eleito presidente da Assembleia, de maioria opositora, no último sábado (5). No mesmo dia, os deputados também declaram que o novo mandato de Maduro não era legítimo e que ao tomar posse na quinta (10), ele estava usurpando o cargo.

O ditador foi reeleito em maio presidente do país, em uma votação com denúncias de fraudes a favor do governo, boicotada pela oposição e não reconhecida por EUA, União Europeia e Brasil.

Na semana passada, os países do [Grupo de Lima](#) (que reúne nações de todo o continente americano) reafirmaram que não reconhecem

Fonte: Colombo, 2019.

Figura 6 – Fragmento de notícia de O Globo (autoproclamação)

Líder da Assembleia desafia Maduro e se diz disposto a assumir Presidência

Não do Legislativo dá um passo à frente e afirma que o deposto Juan Guaidó já assumiu Executivo, mas depois retifica facto. Maduro fala em golpe futuro

O Globo, com agência internacional
11/01/2019 - 20:39 / Atualizado em 11/01/2019 - 21:54



Manifestante caminha contra o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, durante protesto em Caracas Foto: YURI COHTEC/APF

CARACAS — A oposição venezuelana se mobilizará no próximo dia 23 de janeiro para pressionar por “um governo de transição” e a convocação de eleições presidenciais. Ao convocar a marcha nesta sexta-feira diante de mil opositores em Caracas, o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, disse que a Constituição o legitima a assumir o poder em uma transição depois que o Legislativo, de maioria opositora desde as eleições de 2015, declarou o presidente Nicolás Maduro um “usurpador”.

Guaidó, no entanto, admitiu que isso só será uma realidade se os venezuelanos saírem às ruas para apoiá-lo e os militares retirarem seu apoio a Maduro, que foi empossado na quinta-feira para um segundo mandato de seis anos não reconhecido por boa parte dos países latino-americanos, incluindo o Brasil, nem pelos Estados Unidos e pela União Europeia.

— É suficiente manter a Constituição na ditadura? Não. Deve ser o povo da Venezuela, as Forças Armadas e a comunidade internacional que nos levam a assumir — disse Guaidó.

Horas depois da fala do deputado, a Assembleia Nacional divulgou uma nota em que afirmava que Guaidó já havia assumido os poderes do Executivo, citando vários artigos constitucionais que legitimariam essa decisão. A diferença de tom entre o discurso de Guaidó e a nota da Assembleia sugeria debates entre os opositores sobre a melhor estratégia a seguir. A própria Assembleia Nacional retificou a nota depois, reproduzindo o discurso original de Guaidó.

SAIBA MAIS

 Brasil afirma que governo Maduro é ilegítimo e declara apoio a presidente da Assembleia	 Justiça de transição pode aliviar a crise de Maduro, diz analista venezuelano	 Presidente do Peru chama Maduro de “ilegítimo e ditatorial”	 O PT quer ao participar da posse na Venezuela, diz deputado petista em reunião em Minas
--	--	--	---

No seu discurso, Guaidó convocou uma “grande mobilização em todos os pontos da Venezuela” em 19 de janeiro, mas data ainda incerta

Fonte: O Globo, 2019.

4.2.6 O juramento oficial de Guaidó como presidente autoproclamado

23 de janeiro foi o dia marcado pelo juramento oficial de Juan Guaidó como presidente da Venezuela. No primeiro parágrafo da reportagem da Folha sobre o fato, o líder da oposição teria sido “muito aplaudido” em manifestações populares quando se encarregou de assumir a chefia do poder Executivo nacional. A Folha destaca o fato de a autoproclamação ocorrer em meio a manifestações populares violentas e dá o tom dramático:

Logo após a fala de Cabello [Diosdado Cabello, descrito pelo jornal como ‘homem forte do chavismo’], motocicletas de coletivos (milícias que apoiam o governo), do Exército e da Guarda Nacional saíram às ruas para **dissolver os grupos de antichavistas**. Atiravam **balas de borracha e jogavam suas motos** em direção à multidão, que começou a **correr em retirada**. Jovens encapuzados respondiam aos ataques, com **pedras, paus e o que podiam encontrar** nas ruas. (...) Numa estratégia para dificultar a **repressão**, os atos foram realizados em distintos lugares da capital. As colunas começaram a marchar ao som de "sim, se pode", como **grito de guerra**. Por outro lado, uma contra marcha ocorria na avenida Nueva Granada, com apoiadores de Maduro usando camisetas e bonés vermelhos. Alguns traziam imagens de Hugo Chávez (COLOMBO, 2019, grifos nossos).

Diferentemente da Folha, O Globo dedica somente dois parágrafos para as manifestações em si, mas adota um tom mais moderado do que a Folha:

Os protestos desta quarta-feira vinham sendo convocados pela oposição desde a posse de Maduro. Várias cidades da Venezuela amanheceram **tomadas por manifestantes**. Milhares de pessoas marcham em todo o país exibindo cartazes com apelos à **liberdade** e à saída de Maduro do poder. Alguns cantam o hino nacional. Outros bradam: ‘**Não quero bônus, não quero Claps, quero que Nicolás saia**’, em referência ao sistema paralelo de distribuição de alimentos por meio dos Comitês Locais de Abastecimento e Produção, mercados mantidos pelo governo para a venda aos venezuelanos mais pobres. Desde a madrugada até o final da manhã, ao todo **nove mortes** no contexto dos protestos já haviam sido registradas em Caracas e nos estados de Bolívar e Amazonas, segundo a imprensa local (FIGUEIREDO, 2019, grifos nossos).

A Folha dedica mais espaço para a descrição do rito do ato público do dia 23, após a autoproclamação, citando declarações de lideranças opositoras. Na maioria em discurso parafraseado, a publicação se vale de expressões utilizadas em técnicas de redação a fim de fortalecer a credibilidade do posicionamento de Guaidó, tal qual o uso de verbos de cuja nitidez transparecem ciência:

No palco em Caracas nesta quarta, Guaidó **anunciou** que, no próximo fim de semana, **será apresentado** o plano de anistia e o programa para a transição que se daria caso seja possível remover Maduro do cargo ou caso este renuncie. **Contou que** a Assembleia Nacional esteve trabalhando nesse projeto nos últimos dias, disse que **contava com o apoio** do "chavismo dissidente" e **que não haveria perseguição** num momento "de união para o bem de nosso país". **Afirmou que** no próximo domingo, a Venezuela **seria já** um outro país e pediu que todos o acompanhassem cantando o hino nacional, que começou então a ser executado. **Acrescentou** que, em fevereiro, haverá uma nova marcha, "desta vez para pedir que a ajuda humanitária internacional chegue com urgência a nosso país." (COLOMBO, 2019, grifos nossos)

Pode-se afirmar que o jornal trabalha com o que Charaudeau chama de *verossimilhança realista*, que se insere no âmbito dos textos descritivos. Esse tipo de produção textual tem por objetivo a construção objetiva do mundo, agregando uma visão de

verdade sobre o mundo, adjetivando os elementos que sejam identificados não apenas por quem escreve, mas também reconhecidos por quem lê. O autor ressalta: “não se trata (...) de *verdade do mundo*. Trata-se de um *imaginário social compartilhado* que representa ou constrói o mundo segundo o que crê ser a verdade (...)” (2010, p. 120-121, grifos do autor). Nesse sentido, a escolha de verbos e de expressões dotadas de credibilidade e formalidade representa a visão de uma sobriedade nos atos de Guaidó. Em apoio, a apresentação do reconhecimento de agentes externos, como a OEA e os Estados Unidos, simboliza um fator adicional no momento de considerar como críveis as declarações do opositor. Ao contrário disso, Maduro conta, em ambos os textos, com a formação de um discurso que desautoriza seus atos e o coloca em uma posição belicosa. A Folha escreve:

Às 16h30 locais, Maduro saiu ao balcão do palácio de Miraflores, disse que seu país **cortaria as relações** com os EUA e **ordenou** que os diplomatas norte-americanos **deixem o país** em 72 horas. O ditador **desautorizou** Guaidó e voltou a afirmar que foi eleito de forma legítima pelas urnas, em maio, **em pleito contestado** pela oposição e pela comunidade internacional (COLOMBO, 2019, grifos nossos).

O Globo, em texto não tão extenso quanto o da Folha, limita-se a descrever os ritos e embates entre o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) e a Assembleia Nacional. Assim como o jornal paulista, expõe o apoio de um total de 11 países a Guaidó - incluindo os Estados Unidos e a organização internacional OEA -, mas relega ao próprio o tom enérgico da oposição:

O jovem líder opositor, de apenas 35 anos, vinha sendo **pressionado** para tomar esta decisão, mas claramente esperou a reação popular desta quarta-feira para dar o passo que a **maioria da oposição esperava**.

— Aqui não existe nada paralelo, o exercício do **poder é aqui** — declarou o presidente da AN em Caracas, **derrubando teorias** sobre a criação de um governo paralelo no exílio, nos moldes do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) que se reúne no exterior e não é reconhecido pelo Palácio de Miraflores. (...)

— Não deixaremos nosso povo **sozinho**, porque enquanto Maduro **não protege ninguém**, nós **resgataremos** a Constituição, os direitos humanos. Hoje damos um passo a mais. Que não reste dúvidas de que o povo sairá no fim de semana para receber a primeira ajuda humanitária. Tomara que a família militar se coloque ao lado do povo. Hoje, entendendo que **estamos numa ditadura**, chegaram a perguntar se teríamos coragem. Estamos na rua com o povo que, unido, jamais será vencido (FIGUEIREDO, 2019, grifos nossos)

Figura 7 – Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (juramento)

VENEZUELA

Chefe do Legislativo da Venezuela faz juramento como presidente interino

Em meio a protestos contra Maduro, Juan Guaidó se declara novo líder do país latino-americano

63:39



Juan Guaidó, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, faz juramento ao se autoproclamar presidente interino do país - Carlos Garcia Rawlinz/Reuters

Deiva Colombo

SUPLENTO AISSZ Não aberta levantada, Juan Guaidó, 35, jurou encarregar-se do poder Executivo da Venezuela, às 13h44 da tarde (horário local, 13h44 em Brasília), sendo muito aplaudido por manifestantes que foram às ruas nesta quarta-feira (23) para um grande protesto pedindo a saída do ditador Nicolás Maduro.

Centenas de milhares foram às ruas na capital Caracas e em outras cidades, segundo estimativas de agências de notícias.

No palco armado em Chacao, bairro de classe média alta no lado leste de Caracas, o presidente da Assembleia Nacional venezuelana afirmou: "Sabemos que isso vai ter consequências. Mas não vamos permitir que se declinife esse movimento de esperança, que seguirá ainda por dias, semanas ou meses, e por isso peço a todos os venezuelanos que juramos como irmãos que não desistiremos até alcançar a liberdade".

Logo depois do juramento de Guaidó, os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecê-lo como presidente interino —no total, 11 países já o fizeram, inclusive o Brasil.

Já na praça O'Leary, onde se concentravam apoiadores do regime Maduro, Diosdado Cabello, homem forte do chavismo e presidente da Assembleia Nacional Constituinte, disse ao público que aqueles que tentam usurpar o poder serão "severamente castigados" e que as "forças imperialistas", se quiserem entrar na Venezuela, "podem entrar, o problema é como elas irão sair". A multidão aplaudiu.

Fonte: Colombo, 2019.

Figura 8 – Fragmento de notícia de O Globo (juramento)

Líder do Parlamento se declara presidente da Venezuela em meio a protestos

Juan Guaidó fez anúncio em Caracas, onde milhares se manifestam contra Nicolás Maduro; EUA já reconheceram seu governo

Jemina Figueiredo e Agência Internacional
23/01/2019 - 13:56 | Atualizado em 23/01/2019 - 21:42

RIO — Diante de uma manifestação gigantesca, que esperou amplamente as expectativas da oposição em toda a **Venezuela**, o presidente da **Assembleia Nacional (AN)**, **Juan Guaidó**, declarou assumir “**formalmente as competências do Executivo Nacional como presidente encarregado**” do país. O jovem líder opôs-se, de apenas 33 anos, vindo sendo pressionado para tomar esta decisão, mas claramente operou a reação popular desta quarta-feira para dar o passo que a maioria da oposição esperava.

— Aqui não existe nada paralelo, o exercício do poder é aqui — declarou o presidente da AN em Caracas, derrubando teorias sobre a criação de um governo paralelo no exílio, nos moldes do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) que se reúne no exterior e não é reconhecido pelo Palácio de Miraflores.

A proclamação de Guaidó foi logo em seguida por pelo menos 11 países do continente, incluindo Brasil e EUA, e pelo secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Luis Almagro. Forças do governo do Canadá também afirmaram que o país reconhecerá o presidente da Assembleia Nacional como chefe de Estado venezuelano. Já o México disse que segue reconhecendo o governo de Maduro.

SAIBA MAIS

--	--	--	--

A proclamação de Guaidó era uma especulação, e pessoas esperavam que fosse anunciada nesta quarta-feira, já que a AN ainda está debatendo um projeto de lei sobre o que a oposição já chama de “**transição**”. O texto começou a ser discutido na terça e ainda não foi votado. A AN, eleita em 2015, tem maioria opositorista. Guaidó assumiu a Presidência do Legislativo no início deste ano.

Fonte: Figueiredo, 2019.

4.2.7 A reação ao discurso oficial de Guaidó

No mesmo dia 23 de janeiro, o governo brasileiro reagiu oficialmente com apoio a Guaidó e à oposição venezuelana. Ambas as publicações destacam o grande número de nações da região a condenarem Maduro, puxadas pelo apoio primeiro dos Estados Unidos. Em reunião no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, lideranças do Brasil, Canadá, Peru e Colômbia, por exemplo, fizeram declaração conjunta em solidariedade a Guaidó. O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, destacou a união dos membros do Grupo de Lima que, “um a um”, estariam se posicionando em favor da oposição. Segundo Bolsonaro, “todo o

apoio necessário” seria dado pelo Brasil para o reconhecimento de Guaidó e para a mudança do regime necessário. O Itamaraty divulgou nota, e O Globo não se privou de conferir credibilidade à instituição: “O Itamaraty divulgou uma nota em que afirma que o reconhecimento da proclamação de Guaidó se dá "de acordo com a Constituição daquele país" e "tal como avalizado pelo Supremo Tribunal de Justiça" no exílio.” (OLIVEIRA e RITTNER, 2019).

Uma diferenciação sobre a matéria da Folha do mesmo dia demonstra que O Globo dedica um trecho de seu texto para as reações de China e Rússia, que apoiam o regime Maduro. O jornal afirma que o chanceler do Paraguai, Luis Castiglioni, considera o Brasil uma “ponte” capaz de mudar a postura dos chineses e russos.

Para ele, é necessário mostrar aos chineses e aos russos como o regime venezuelano é "pernicioso". Pequim, sobretudo, vem fazendo empréstimos bilionários a Caracas em troca de compromissos de fornecimento de petróleo em longo prazo. O chanceler destacou a importância de construir uma "aliança global" em torno do assunto e afirmou que espera um "forte compromisso" da União Europeia (OLIVEIRA e RITTNER, 2019).

Os dois jornais mostram o posicionamento dos Estados Unidos, que segundo presidente Donald Trump, “usará todo o peso econômico e o poder diplomático dos EUA para pressionar pela restauração da democracia venezuelana”. É interessante mencionar que O Globo dedica uma seção inteira de sua reportagem à posição mediadora que a União Europeia tanta desenvolver para a resolução dos diálogos, mas cita o Grupo de Lima somente duas vezes no texto: uma em citação literal a Bolsonaro e outra no corpo de seu texto, mas brevemente: “Guaidó, que se proclamou "presidente encarregado" durante uma jornada de protestos contra Maduro em Caracas nesta quarta, recebera carta branca de boa parte dos países do Grupo de Lima para se declarar presidente interino.” (OLIVEIRA e RITTNER, 2019). Já a Folha sequer cita a União Europeia em seu texto e confere um papel de maior protagonismo ao Grupo de Lima, formado em sua maior parte por países contrários ao regime Maduro:

Dos 14 países que compõem o Grupo de Lima, criado para buscar uma solução para a crise venezuelana, apenas Guiana, Santa Lúcia e o México de Andrés Manuel López Obrador não apoiaram Guaidó. Bolívia e Rússia reafirmaram seu apoio a Maduro. (...) O Grupo de Lima já havia declarado que não reconhecia o novo mandato de Maduro, iniciado no dia 10 e resultante de eleições sob suspeita de fraude em maio passado, das quais grande parte da oposição foi impedida de participar e que não teve monitoramento internacional. (COELHO et al, 2019).

Nota-se que a Folha também inclui comentários que podem ser considerados de cunho opinativo ao longo do texto. Após a demonstração de esforços do Grupo de Lima, o jornal escreve: “Mas a solução para o dilema parecia **pouco clara**. Trump e membros do governo colombiano chegaram a aventar uma ação militar, descartada pelos demais países e pelos militares americanos.” Após discorrer sobre as condenações internacionais ao governo Maduro, o veículo acrescenta um parágrafo de contexto, o que abre margem para a interpretação de que, diante de tantas declarações em apoio ao opositor, é necessário oferecer o contraponto que justifique tal escolha. Assim, o jornal diz: “A crise política, econômica e humanitária da Venezuela, agravada em 2017, já produziu um êxodo de mais de 3 milhões de pessoas que fugiram para países da região.” Também é lançado parágrafo a respeito de conclusões sobre como Maduro se mantém no poder, apesar do crescimento dos protestos: “A prevalência de Maduro depende **sobretudo** da posição dos militares venezuelanos, que até então vinham se mantendo como **fiadores** do regime mas que já começavam a dar sinais de **rachaduras** em suas fileiras.” (COELHO *et al*, 2019)

Figura 9 – Fragmento de notícia da Folha de S. Paulo (reação ao juramento)

VENEZUELA GOVERNO BOLSONARO

Brasil e EUA reconhecem Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela

O deputado de 33 anos é o presidente da Assembleia Nacional e um opositor do ditador Nicolás Maduro

   



Da esquerda para a direita: o chanceler do Canadá (Chrystia Freeland), a vice-presidente do Peru (Mercedes Arzoo) e os presidentes da Colômbia (Iván Duque) e do Brasil (Jair Bolsonaro) durante o anúncio em Davos - Ludiana Coelho/Politypress

Ludiana Coelho
 Maria Cristina Pires
 Lucas Neves

Davos: O Brasil, em conjunto com 12 países da região, reconheceu nesta quarta-feira (23) Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, pouco depois de o deputado se proclamar presidente durante manifestação que reuniu milhares de pessoas em Caracas para protestar contra o ditador Nicolás Maduro.

"O Itamaraty acabou de emitir uma nota reconhecendo Juan Guaidó como presidente da Venezuela, e o Brasil, juntamente com os demais países do Grupo de Lima, que estão reconhecendo um a um esse fato, não daremos todo o apoio político necessário para que esse processo siga seu destino", disse o presidente Jair Bolsonaro em Davos, na Suíça.

A decisão de passar a tratar o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela como líder interino do país em substituição a Nicolás Maduro, no poder desde a morte de Hugo Chávez (1954-2013), foi tomada em uma reunião que durou 90 minutos com os presidentes Iván Duque (Colômbia) e Lenin Moreno (Equador), a vice-presidente peruana, Mercedes Arzoo, e a ministra das Relações Exteriores do Canadá, Chrystia Freeland.

Fonte: Coelho *et al*, 2019.

Figura 10 – Fragmento de notícia de O Globo (reação ao juramento)

Brasil reconhece Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela

Bolsonaro afirma que apoiará 'processo de transição' no país vizinho; EUA e mais 14 países do continente também reconheceram, ao contrário do México

Elaine Oliveira e Daniel Rittner*
23/01/2019 - 18:55 / Atualizado em 24/01/2019 - 18:12



Juan Guaidó participa de protesto em Caracas. Foto: Carlos Geste / Contrasto/Reuters



BRASÍLIA E DAVOS — Ao lado de pelo menos mais 16 governos, incluindo o dos Estados Unidos, o presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, reconheceu na tarde desta quarta-feira o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, Juan Guaidó, como presidente interino daquele país. "O Brasil apoiará política e economicamente o processo de transição para que a democracia e a paz social voltem à Venezuela", escreveu Bolsonaro em uma rede social.

Além do Brasil e EUA, reconheceram Guaidó como "presidente encarregado" Argentina, Peru, Colômbia, Chile, Paraguai, Guatemala, Costa Rica, Equador, Honduras, Panamá, Canadá, Bohemia, Haiti, República Dominicana e Albânia. A União Europeia disse apenas que "acompanha de perto" a situação venezuelana e estabeleceu consultas entre os 28 países-membros do bloco. O México anunciou que, por enquanto, continuará reconhecendo Nicolás Maduro como presidente.

Em Davos, onde participa do Fórum Econômico Mundial, Bolsonaro prometeu dar "todo o apoio necessário" para o reconhecimento internacional de Guaidó como presidente e para a mudança de regime na Venezuela. Ele fez uma rápida declaração ao lado de colegas colombianos, Iván Duque, da vice-presidente peruana, Mercedes Araúz, e da chanceler canadense, Chrystia Freeland. Todos participaram de um "diálogo diplomático" sobre a crise venezuelana.

— O Brasil, juntamente com os demais países do Grupo de Lima ao longo do dia, que estão reconhecendo em a um esse fato, não daremos todo o apoio político necessário para que esse processo siga seu destino — afirmou Bolsonaro, referindo-se ao grupo formado por 14 países da América Latina e do Caribe mais o Canadá.

Depois foi na mesma linha:

— Quero expressar que a Colômbia reconhece Juan Guaidó como presidente da Venezuela e acompanha esse processo de transição rumo à democracia, para que o povo venezuelano se libere da ditadura.

Fonte: Oliveira; Rittner, 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do material noticioso produzido por O Globo e Folha de São Paulo a respeito dos eventos selecionados contou com a análise semântica de relações entre termos utilizados e os fatos. Junto a isso, dado o contexto político de crise na Venezuela, o emprego de determinadas formas de texto literal - transcrição de declarações oficiais, privilégio de certos temas em detrimento de outros dentro das próprias notícias - essencialmente, relativas a um mesmo fato e publicadas, preferencialmente, no mesmo dia.

A diplomacia midiática, enquanto uma instância de projeção de poder, revela-se uma nova forma de desenvolvimento político enquanto se utiliza dos meios de comunicação para a criação de uma imagem em favor de uma nação ou política. E esta instância vincula-se com o material que é efetivamente produzido e suas relações de sentido produzidas para transmissão ao grande público.

Conclui-se que as narrativas midiáticas empregadas pela Folha de S. Paulo e o jornal O Globo constituíram anteparos da política externa brasileira na construção de uma imagem principalmente negativa do regime de Nicolás Maduro na Venezuela. O governo brasileiro guinado à direita a partir de 2016, primeiro com Michel Temer e depois com Jair Bolsonaro, encontrou apoio no discurso desenvolvido pelas referidas publicações em termos de declarações internacionais a respeito da situação no país vizinho. O endurecimento da postura brasileira, no material jornalístico produzido, encontrou corroboração diante do resgate de posicionamentos de outros países e organizações igualmente contrários ao chavismo, da desqualificação do governo Maduro e da introdução de um discurso que, por vezes, colocava Guaidó como uma figura salvadora da pátria, diante da citação de números relativos à violência já ocorrida na Venezuela no governo Maduro.

Tanto a Folha de S. Paulo quanto O Globo demonstraram inclinação crítica ao regime chavista. A Folha, no entanto, adotou um tom notavelmente mais agressivo do que o veículo do Grupo Globo, que buscava apresentar mais dados técnicos no corpo de seus textos, seja em relação a números de hiperinflação ou de mortos em manifestações, bem como a uma percepção de que o texto de O Globo apresentava a relação sequencial dos fatos de forma mais objetiva.

A Folha, por outro lado, realizava contextualização maior em aspectos globais, desde internos à Venezuela quanto de atores internacionais críticos ao regime. Referindo-se ao governante como “ditador”, o jornal condenou enfaticamente as forças chavistas,

apresentando, em diversos trechos analisados, relações de “causa e efeito” que conferiam um descrédito ao regime e a uma imagem de maior sensatez, segurança e estabilidade por parte da oposição. Ao apresentar declarações do governo Maduro, em seguida, a publicação acrescentava um parágrafo com uma informação que desmentia ou que deslocava o sentido do que a equipe governista demonstrava. Isso era representado pelas condenações internacionais, resgate histórico de números trágicos de mortes ou de explicações sobre por que a Venezuela estaria esfacelada.

Em ambas as publicações, o conceito de isenção presente em seus princípios editoriais foi relegado, uma vez que as publicações foram contundentes na crítica ao regime político venezuelano. Na esteira de uma análise construtivista das relações internacionais e da política externa brasileira para o caso da autoproclamação de Guaidó como presidente, a imprensa se coloca como um ator que complementa a construção dos sentidos e da leitura a respeito da legitimidade dos fatos. Dessa maneira, a imagem pública e as decisões na esfera política são mediadas pelo imaginário que pode criar ou destruir uma reputação.

O material analisado apresentou em sua maioria, como demonstra a Teoria Construcionista do Jornalismo, um enquadramento narrativo dos fatos. Segundo Charaudeau, o texto narrativo necessita de um contador revestido de intenções, pois contar um fato implica um série de tensões e contradições. O texto jornalístico tem como característica ser descritivo, a exemplo das notícias. Porém, a descrição se liga - de forma não arbitrária -, à narração, pois “adquire sentido (ou uma parte)” em função desta (2010, p. 117). Ao final, o processo oferece uma totalidade, a busca pelo todo e pelo encerramento em uma ideia que produz sentido.

A diplomacia brasileira encontrou legitimação de seus atos junto ao material veiculado por O Globo e a Folha, pois não foram identificadas críticas às reações dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro em relação à autoproclamação de Guaidó, tampouco, sobre as notas emitidas pelo Itamaraty a respeito. O imaginário desenvolvido pelos jornais apresentou a ideia de que apoiar a autoproclamação, diante da grave crise socioeconômica venezuelana, era a melhor opção, em alinhamento com a ideia governamental brasileira. Não é de nosso escopo mensurar os efeitos reais na sociedade do Brasil, mas no material jornalístico em si, considerando a mídia como um agente construtor da realidade, junto aos níveis internos e externos de análise.

A grande relação da mídia com a política externa, portanto, se configura com a legitimação semântica desta junto à opinião pública. Esta legitimação se gradua em níveis que

podem tanger à aprovação ou desaprovação de práticas, resultando na implementação ou não de determinadas medidas. E, por tudo isso, passa a questão do imaginário: a escolha de palavras e de fatos pode levar à ruína ou fortalecimento da reputação de outrem. O que o imaginário não deixa de fazer, porém, é construir a realidade.

REFERÊNCIAS

A. NOTÍCIAS UTILIZADAS PARA ANÁLISE QUALITATIVA

COELHO, Luciana *et al.* Brasil e EUA reconhecem Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela. **Folha de S. Paulo**, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/brasil-reconhece-chefe-do-legislativo-como-presidente-da-venezuela.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

COLOMBO, Sylvia. Chefe do Legislativo da Venezuela faz juramento como presidente interino. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/chefe-do-legislativo-venezuelano-faz-juramento-como-presidente-interino.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

_____. Chefe do Legislativo se declara presidente interino da Venezuela; Brasil elogia. **Folha de S. Paulo**, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/chefe-do-legislativo-declara-se-presidente-interino-da-venezuela.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FIGUEIREDO, Janaína. CNE anuncia vitória de Maduro, e Falcón diz que não reconhecerá resultado das eleições. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 mai. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/cne-anuncia-vitoria-de-maduro-falcon-diz-que-nao-reconhecera-resultado-das-eleicoes-22701182>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

FIGUEIREDO, Janaína *et al.* Líder do Parlamento se declara presidente da Venezuela em meio a protestos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/lider-do-parlamento-se-declara-presidente-da-venezuela-em-meio-protestos-23395685>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **Brasil e outros 13 países da região não reconhecem eleição na Venezuela**. São Paulo, 21 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/brasil-e-outros-paises-da-regiao-nao-reconhecem-eleicao-na-venezuela.shtml>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

MAISONNAVE, Fabiano. Maduro se reelege em votação contestada dentro e fora da Venezuela. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/maduro-se-reelege-em-votacao-contestada-dentro-e-fora-da-venezuela.shtml>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

O GLOBO. **Eleição de Maduro na Venezuela sofre rejeição internacional**. Rio de Janeiro, 21 mai. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/eleicao-de-maduro-na-venezuela-sofre-rejeicao-internacional-22701244>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **Líder da Assembleia desafia Maduro e se diz disposto a assumir Presidência**. Rio de Janeiro, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/lider-da-assembleia-desafia-maduro-se-diz-disposto-assumir-presidencia-23365714>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

OLIVEIRA, Eliane; RITTNER, Daniel. Brasil reconhece Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-reconhece-juan-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela-23395947>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

B. DEMAIS REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AFP. Juan Guaidó se declara presidente interino da Venezuela e é reconhecido por Brasil e EUA. **Istoé**, São Paulo, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://istoe.com.br/juan-guaido-se-autoproclama-presidente-da-venezuela/>>. Acesso em: 30 out. 2019.

_____. Venezuela reconhece inflação de 130.060% em 2018, menos de um décimo da estimativa do FMI. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 mai. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/venezuela-reconhece-inflacao-de-130060-em-2018-menos-de-um-decimo-da-estimativa-do-fmi.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2019.

ALESSI, Gil. Eduardo Cunha anuncia rompimento com o Governo Dilma. **El País**, São Paulo, 17 jul. 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/17/politica/1437145574_034316.html>. Acesso em: 06 nov. 2019.

ARAÚJO, Ernesto. Agora Falamos. **The New Criterion**, Estados Unidos, jan. 2019. Disponível em: <<https://newcriterion.com/issues/2019/1/agora-falamos>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

BILENKY, Thais. Sob Araújo, Itamaraty diz que novo mandato de Maduro é ilegítimo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/01/sob-araujo-itamaraty-diz-que-novo-mandato-de-maduro-e-ilegitimo.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

BOMFIM, Ivan Elizeu; MÜLLER, Karla Maria. Diplomacia Midiática e Jornalismo Internacional: As Notícias Globais no Âmbito da Política Externa. In: **Revista FSA** (Faculdade Santo Agostinho). Teresina, PI: FSA. Vol. 13, n.5 (set./out. 2016), p. 61-79. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148130>>. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. Ministro das Relações Exteriores (2016-2017: José Serra). **Discurso do ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro das relações exteriores**. Brasília, 18 mai. 2016. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

_____. Ministro das Relações Exteriores (2019: Ernesto Araújo). **Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores**. Brasília, 2 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

_____. Ministério de Relações Exteriores. **Evolução da situação na Venezuela**. Brasília, 11 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19947-evolucao-da-situacao-na-venezuela>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Tradução Angela S.M. Corrêa. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo; Contexto, 2010.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Tradução Estela dos Santos Abreu; prólogo Christian Ferrer. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

EFE. OEA aprova apoio dos militares a Guaidó. **Exame**, São Paulo, 30 abr. 2019. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/oea-aprova-apoio-dos-militares-da-venezuela-a-guaido/>> Acesso em: 25 out. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. **A urna não decide**. São Paulo, 20 mai. 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/05/a-urna-nao-decide.shtml>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

_____. **Circulação e audiência**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/institucional/circulacao.shtml?fill=5>>. Acesso em: 8 nov. 2019.

_____. **Folha avalia que errou, mas reitera críticas**. São Paulo, 08 mar. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0803200907.htm>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

_____. **História da Folha**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4>. Acesso em: 7 nov. 2019.

_____. **Limites a Chávez**. São Paulo, 17 fev. 2009. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1702200901.htm>>. Acesso em: 7 nov. 2019.

_____. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2006.

_____. **Projeto editorial - Folha de S. Paulo**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

GRUPO GLOBO. **História/Grupo Globo**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>. Acesso em: 08 nov. 2019.

GUAIDÓ se declara presidente interino da Venezuela. **Terra**, São Paulo, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/presidente-do-congresso-da-venezuela-se-declara-presidente-interino-do-pais,9c10360603e30896b7ab11f524b7d59ashqjs5g.html>. Acesso em: 01 nov. 2019.

JUAN Guaidó se declara presidente interino da Venezuela e é reconhecido por Brasil e EUA. **G1**, Rio de Janeiro, 23 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/23/juan-guaido-presta-juramento-como-presidente-interino-da-venezuela.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2019.

MADURO vence eleição em meio a acusações de manipulação do pleito e boicote da oposição. **BBC**, São Paulo, 21 mai. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44192653>. Acesso em: 01 nov. 2019.

MAISONNAVE, Fabiano. Candidato opositor diz que não reconhece processo eleitoral venezuelano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 mai. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/05/candidato-opositor-diz-que-nao-reconhece-processo-eleitoral-venezuelano.shtml>. Acesso em: 12 nov. 2019.

MELO, José Marques de. **História Social da Imprensa**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MESSARI, Nizar; NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MOLEIRO, Alonso. Maduro é reeleito presidente da Venezuela com uma forte abstenção e em meio a denúncias de fraude. **El País**, Madri, 21 mai. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397_319633.html. Acesso em: 30 out. 2019.

MOREIRA, Gabriel Boff. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018.

MORRE Hugo Chávez, presidente da Venezuela, aos 58 anos. **UOL**, São Paulo, 05 mar. 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/03/05/hugo-chavez-morre-em-caracas.htm>. Acesso em: 30 out. 2019.

MUJICA, José. **Conferência com José Pepe Mujica**. Porto Alegre, UFRGS, 2014. Palestra na conferência de abertura do Seminário Internacional Universidade, Sociedade, Estado. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wRqeUs_GIb8. Acesso em: 17 nov. 2019.

NETO, Olímpio Cruz. Manchetes. **Enciclopédia do golpe - Vol. 2: o papel da mídia**. Giovanni Alves, Maria Inês Nassif, Miguel do Rosário e Wilson Ramos Filho (coord.); Mírian Gonçalves (org.). Bauru: Canal 6, 2018.

NEVES, Rômulo Figueira. **Cultura política e elementos de análise da política venezuelana**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/download/682-Cultura_politica_e_elementos_de_analise_da_politica_venezuelana.pdf>. Acesso em: 25 out. 2019.

NICOLÁS Maduro toma posse como presidente da Venezuela. **G1**, São Paulo, 19 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/04/nicolas-maduro-toma-posse-como-presidente-da-venezuela.html>>. Acesso em: 30 out. 2019.

O GLOBO. **Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro**. Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

_____. **Princípios editoriais do Grupo Globo**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

_____. Secretário-geral da OEA vê papel de Venezuela e Cuba em distúrbios na América Latina. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 out. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/secretario-geral-da-oea-ve-papel-de-venezuela-cuba-em-disturbios-na-america-latina-24042620>>. Acesso em: 30 out. 2019.

OLIVEIRA, C. A. T. A Política Externa do Governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada. **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 17, n. 34, p. 296-309, 14 nov. 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/17280/13907>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

OLIVEIRA, Eliane. Brasil afirma que governo Maduro é ilegítimo e declara apoio a presidente da Assembleia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-afirma-que-governo-maduro-ilegitimo-declara-apoio-presidente-da-assembleia-1-23365817>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

OLIVEIRA, Renata Peixoto de. **Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010)**. 2011. 183f. Tese (Doutorado em Ciência Política)-Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-8HLPPH/1/tese_revis_o_para_a_biblioteca_da_fafich.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística. **Avaliação do governo: setembro 2015**. Encomendada pela CNI – Confederação Nacional da Indústria. Brasília, 2015. 11 p. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/cni_estatistica_2/2015/09/30/31/Pesquisa_CNI-IBOPE_Avaliacao_do_Governo_Setembro2015.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2019.

PRIMERA, Maye. Hugo Chávez nombra sucesor: “Elijan a Nicolás Maduro como presidente”. **El País**, Madri, 9 dez. 2012. Disponível em:

<https://elpais.com/internacional/2012/12/09/actualidad/1355022539_272029.html>. Acesso em: 30 out. 2019.

PORTO, Mauro Pereira. A crise de confiança política e suas instituições: os mídia e a legitimidade da democracia. In: **Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política**. Marcello Baquero (org.). Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1996.

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

RIBEIRO, Edgard Telles. **Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

RIZZI, Lucas. Apesar de reformas, política externa de Temer fica em 2º plano. **Istoé**, São Paulo, 12 mai. 2017. Disponível em: <<https://istoe.com.br/apesar-de-reformaspolitica-externa-de-temer-fica-em-2o-plano/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

RODRIGUEZ, Vitória *et al.* O capitalismo imperialista e a esfera político-midiática: a sujeição da mídia ao imperialismo e sua influência nas Relações Internacionais. **Revista Perspectiva**: reflexões sobre a temática internacional / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Estudantil de Relações Internacionais. - Ano 8, n. 14 (fev/mar. 2015) - Porto Alegre: UFRGS/FCE/CERI, 2015.

ROSA, Bruno. Grupo Globo é o 17º maior conglomerado de mídia do mundo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 mai. 2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/grupo-globo-o-17-maior-conglomerado-de-midia-do-mundo-16159426>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

RUIC, Gabriela. O que esperar da política externa de Jair Bolsonaro? **Exame**, São Paulo, 08 dez. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/2019-esta-logo-ali-o-que-esperar-da-politica-externa-de-jair-bolsonaro/>>. Acesso em: 11 nov. 2019.

SAIBA quais países reconhecem Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela e quais rejeitam. **G1**, Rio de Janeiro, 23 jan. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/01/23/saiba-quais-paises-reconhecem-juan-guaido-como-presidente-interino-da-venezuela.ghtml>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016 - 2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral: journal of the global south**, Porto Alegre, v. 10, n. 49, p. 23-41, jan./mar. 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/86954/52474>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

SILVA, Juremir Machado. **1964: golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina, 2014.

TANCREDI, Leticia di Maio *et al.* A situação na Venezuela. **UFRGSMUN: Empowering people, overcoming challenges**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de

Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais. - Vol. 4 (2016). - Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGEEI, 2016.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TRAIANO, Heloísa. Enem: entenda a situação na Venezuela para as questões de atualidades. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 out. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/enem-e-vestibular/enem-entenda-situacao-na-venezuela-para-as-questoes-de-atualidades-23586037>>. Acesso em: 31 out. 2019.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2012.

THIOLLENT, Michel. **Opinião pública e debates políticos: subsídios metodológicos**. São Paulo: Polis, 1986.

VIEIRA, Bianka. Veja a íntegra do discurso de Bolsonaro na ONU com checagens e contextualizações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 set. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-onu-com-checagens-e-contextualizacoes.shtml>>. Acesso em: 30 out. 2019.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001). **Venezuela: visões brasileiras**. GUIMARÃES, Samuel Pinheiro; CARDIM, Carlos Henrique (orgs.). Brasília: IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.